PSICOLOGIA Ciência e Profissão

Diálogos

ANO 18 | Nº 13
OUTUBRO DE 2022
ISSN 1981-2418

60 ANOS

SEIS DÉCADAS DA PSICOLOGIA COMO PROFISSÃO REGULAMENTADA NO BRASIL

Conselho Federal de Psicologia

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Sul (SAF/Sul), Quadra 2, Lote 2,
Edifício Via Office, sala 104,
CEP 70.070-600 - Brasília/DF

Versão *on-line* no site: **www.cfp.org.br**
Distribuição gratuita às(aos) psicólogas(os)
inscritas(os) nos Conselhos Regionais de Psicologia

SUMÁRIO

ANO 18 | Nº 13 | OUTUBRO DE 2022

2 Editorial

3 Expediente

12 Para quem a Psicologia pinta seu rosto?

28 Para ir além dos muros: o encontro entre Psicologia e movimentos sociais

39 Mulheres na Psicologia: uma jornada de vitórias e desafios

55 Presencialidade, decolonização, qualidade, direitos humanos, ética e compromisso com as políticas públicas: as novas batalhas da graduação em Psicologia

62 Desafios e oportunidades da pós-graduação

68 Diálogos e estratégias para construção de uma Psicologia latino-americana

79 Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB)

90 Desafios da profissão de psicóloga(o): o que dizem os Conselhos de Psicologia?



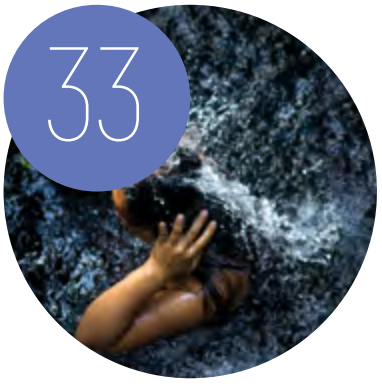
4

REPORTAGEM
Seis décadas da Psicologia como profissão regulamentada no Brasil



18

ENTREVISTA
Caminhos para o futuro



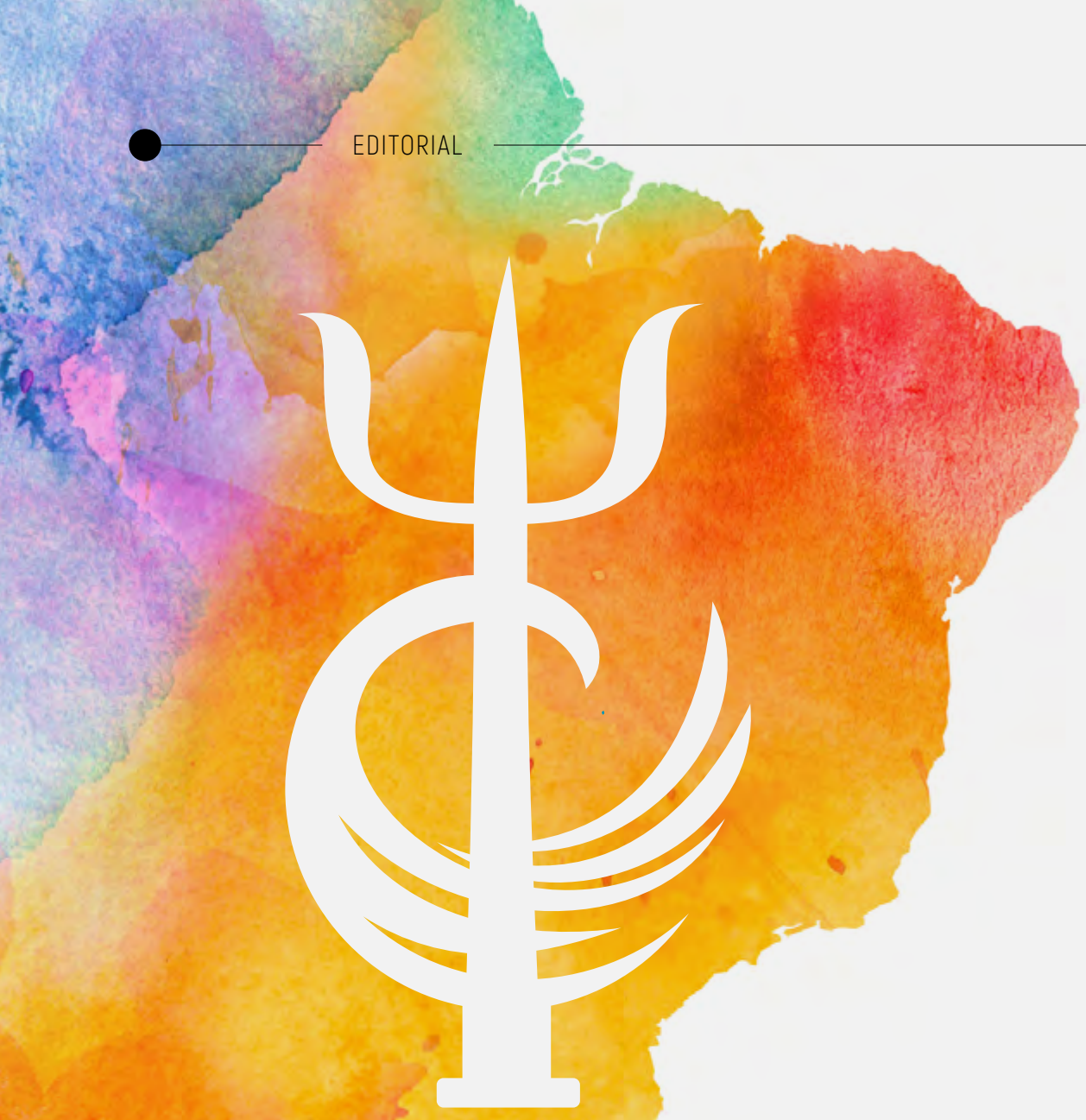
33

RELATO
A história profissional da psicóloga Marisa Helena Alves



44

ENTREVISTA
Profissão psicóloga(o): quem é e como atua a(o) profissional no Brasil do século XXI?



O ano de 2022 certamente marcará a história do nosso país e do mundo. Em meio a uma crise civilizatória e climática sem precedentes, temos o imenso desafio de revisitar todas as esferas da vida para que possamos, sob o aspecto de humanidade, construir um futuro em nome da sobrevivência da espécie humana. Nada disso é fortuito quando lembramos que, neste mesmo ano, nossa profissão celebra 60 anos no Brasil.

Nossa história, com todos os seus desafios e todas as suas glórias, deve ser motivo de orgulho para as(os) profissionais que hoje vivem a missão de fazer Psicologia em um país diverso e complexo como o Brasil. Por isso, na certeza de que há muito o que se falar sobre esses 60 anos, dedicamos a nova edição da Revista Diálogos para colocar em destaque temas que marcam as transformações e desafios da Psicologia como ciência e profissão.

→

ILUSTRAÇÃO: ADOBE STOCK

Longe de esgotar esse universo, o que seria impossível neste espaço limitado, nosso intuito é lançar um olhar à nossa profissão em uma perspectiva que considere passado, presente e futuro, ou seja, mais que apenas celebrar, esta edição comemorativa dos 60 anos da Psicologia no Brasil está dedicada a resgatar aspectos históricos sobre o desenvolvimento da nossa profissão, conectando com avanços e conquistas do presente de maneira a pensarmos os desafios e as oportunidades para a Psicologia que queremos construir para o futuro.

A revista está dividida em quatro eixos centrais. Na primeira parte, uma perspectiva histórica, abordando disputas ideológicas no campo e um apanhado geral do percurso da profissão. Na segunda etapa, nós nos dedicamos a trazer questões e práticas do presente, considerando a atuação de profissionais de diversas origens e lugares de fala. Na terceira etapa, buscamos traçar um panorama da Psicologia como profissão e ciência, trazendo algumas das primeiras informações sobre o Censo da Psicologia, que será lançado em breve, além de abordar os desafios da formação e da pós-graduação. Já na quarta e última parte, a participação especial de todos os Conselhos Regionais e um especial dedicado a entidades que compõem o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB).

Assim, queremos levar aos leitores da Diálogos uma experiência leve, agradável, ao mesmo tempo rica e diversa, como é característica deste periódico ao falar de Psicologia. Você pode interagir conosco em todos os nossos canais digitais nos contando sobre o que achou das pautas trazidas na edição e sugerindo outros temas para a nossa Diálogos. Esperamos você!

Boa leitura! ●

EXPEDIENTE

EDITORA RESPONSÁVEL

Losiley Alves Pinheiro

COMISSÃO EDITORIAL NACIONAL

Iolete Ribeiro da Silva
Biancha Angelucci
Daiane Bentivi

COMISSÃO EDITORIAL REGIONAL

Juliana Barbosa Dias Maia (Nordeste)
Ramon Neves Matos (Norte)
Camilla Fernandes Marques (Centro-Oeste)
João Batista Martins (Sul)
Rodrigo Toledo (Sudeste)

EQUIPE DE JORNALISMO

Flávia Azevedo DRT 7150/DF (jornalista responsável)
Dayanne Holanda - DRT 1374/PI
Gioconda Bretas - MTB/MG 06555

REVISÃO

MC&G Design Editorial e Marília Mundim. Apoio: Raphael Gomes e Augusto Henriques

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Tatiany Fonseca

IMPRESSÃO

Quality Gráfica e Editora

Distribuição gratuita às(aos) psicólogas(os) inscritas(os) nos Conselhos Regionais de Psicologia
Versão *on-line* no site:
www.cfp.org.br
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL
Sul (SAF/Sul), Quadra 2, Lote 2,
Edifício Via Office, sala 104,
CEP 70.070-600 - Brasília/DF

Seis décadas da Psicologia como profissão regulamentada no Brasil

Olhar para a história e para o presente da profissão é também olhar para a história brasileira e seus desafios nos últimos 60 anos. E o futuro também se conecta com o que desejamos para o Brasil

A Psicologia comemorou em agosto deste ano 60 anos de história como profissão regulamentada no país. O momento foi de celebração e de reflexões sobre a história, as conquistas e os desafios da área, com suas inúmeras possibilidades de inserção e de relação com a sociedade.

O saber psicológico brasileiro é centenário. Para alguns historiadores, há percepção dos primeiros sinais – antes mesmo da chegada da Psicologia científica nos moldes europeu – entre os tupis guaranis e sua busca da compreensão da subjetividade dos povos que habitavam o solo brasileiro antes da ocupação portuguesa.

Ou até mesmo antes disso. Segundo a psicóloga, professora e pós-doutora em História da Psicologia, Ana Maria Jacó Vilela, "um saber psicológico existe em quaisquer circunstâncias em que haja um grupo humano, porque neste já se cria uma compreensão sobre o que o ser humano é, como o ser humano funciona".

Já diante de um país colonizado e sob a influência "exportada" dos Estados Unidos e da Europa, a Psicologia no Brasil passou por campos – médico, educacional e jurídico – até adquirir espaço de atuação própria, que culminou com o crescimento da categoria profissional. O caminho natural de quem atuava na área foi, portanto, se organizar para, mais tarde, lutar pelo reconhecimento legal da profissão.

A Associação Brasileira de Psicotécnica (ABP) foi a primeira associação de Psicologia no Brasil, em 1949. E partiu desta a elaboração do primeiro anteprojeto de reconhecimento legal da profissão, em 1954, encaminhado ao Ministério da Educação, com proposta de currículo duas fases para cursos de Psicologia: bacharelado e licenciatura (com ramos de educação, trabalho e clínica psicológica), ambos com três anos de duração.

Após críticas de possuir pouca base teórica, vindas das cátedras de Psicologia nas faculdades de filosofia da Universidade do Brasil e da Universidade de São Paulo, uma nova proposta foi elaborada pelas associações paulistas de Psicologia em 1957, trazendo a essência da lei mais tarde aprovada e sancionada em 27 de agosto de 1962, no governo de João Goulart.

A Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, estabeleceu então o bacharelado, que forma teóricos, estudiosos e pesquisadores da Psicologia; a licenciatura, que forma professores de Psicologia para o ensino médio e técnico; e a formação de psicólogo, que forma os profissionais que atuam na área.

Quase 10 anos após a regulamentação, pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971 (regulamentada pelo Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977), foram criados o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais, que, responsáveis pelo registro, normatização e fiscalização profissional, organizam a intervenção social da profissão.

De acordo com o psicólogo e ex-presidente do Conselho Federal de Psicologia (2016-2019) Rogério Gianinni, a Psicologia "nasceu" com a marca de disputa sobre o fazer profissional em suas diversas áreas. "Que consultório se faz? Quais as melhores linhas? No mundo do trabalho, como separar? Hábeis e não hábeis, habilitados e não habilitados, capazes e incapazes? No campo da Psicologia escolar, quais os determinantes que influem no processo ensino-aprendizagem? Então isso é um campo de disputa na ciência e na sociedade", explica.

Tal disputa, ressalta ele, apesar de ser mais endógena, tem repercussões para a sociedade, uma vez que ela parte, inclusive, de pressupostos de como funciona o pensamento, de como funciona



ANA JACÓ VILELA

psicóloga, pós-doutora em História e Historiografia da Psicologia, pela Universidade Autônoma de Barcelona, doutora em Psicologia escolar e do desenvolvimento humano pela Universidade de São Paulo e mestre em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas/RJ. É professora titular da UERJ, atuando no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e no curso de graduação em Psicologia e na coordenação do Laboratório de História e Memória da Psicologia - Clio-Psyché.



ROGÉRIO GIANINNI

Psicólogo, atual presidente do SinPsi - Sindicato dos Psicólogos de São Paulo e secretário geral da ABRASME – Associação Brasileira de Saúde Mental. É conselheiro do CNDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos, coordenando a Subcomissão de Políticas de Drogas e Saúde Mental. Presidiu o CFP no triênio 2016/2019.

o psiquismo, de como funciona o comportamento. "Não esqueçamos que a Psicologia foi regulamentada ainda no governo João Goulart, mas se estabeleceu no meio da Ditadura Militar, que durou 21 anos. E só depois, com a Constituição de 88 e as eleições de 89 se consolida o processo democrático", recorda, ao comentar sobre impactos do contexto no próprio fazer psicológico e nas discussões que o envolvem.

Como consequência do processo de regulamentação, beneficiados pelo regime militar, houve aumento de cursos de graduação em Psicologia (eram cinco cursos até então: um em universidade pública e quatro em particulares), criação de sociedades científicas, formativas e profissionais, além de difusão da cultura psicológica entre a classe média urbana, portanto muito elitista.

"Com o incentivo que a ditadura militar deu às instituições privadas, tivemos um número imenso de cursos de Psicologia sendo criados nestas instituições. Em termos de prática profissional, a grande mudança aconteceu nos anos 70, com o grande interesse dos psicólogos pela área clínica e, nela, pela psicanálise. Mas também havia interesse pela área do trabalho, e menos pela área escolar", comenta Ana.

> "Não esqueçamos que a Psicologia foi regulamentada ainda no governo João Goulart, mas se estabeleceu no meio da Ditadura Militar, que durou 21 anos. E só depois, com a Constituição de 88 e as eleições de 89 se consolida o processo democrático."

RUPTURAS COM O MODELO VIGENTE

Outra mudança importante após a regulamentação da Psicologia no Brasil foi a contestação, ainda nos anos 70, do modelo de atuação profissional vigente, até então embasado nas teorias norte-americanas e, em menor grau, europeias. Isso porque não havia uma literatura nacional de Psicologia e grande parte do conhecimento vinha de fora, por meio de pós-graduados, mestres e doutores que saiam do país para se formar nos Estados Unidos.

"Não tinha uma literatura de Psicologia no Brasil. A primeira que tivemos foi fruto de traduções, feitas principalmente por Carolina Bori e Dante Moreira Leite, que começaram esse trabalho para livros adotados na graduação", explica a professora Ana Jacó.







Começou-se então uma ebulição de pensamentos e práticas próprias do país, com mudanças em diferentes áreas. Houve crise na Psicologia clínica, na escolar e no trabalho, que eram as três principais áreas naquele momento. Porém, conforme Jacó, as mudanças começam de fato a serem implementadas no conjunto da categoria e na formação do psicólogo entre os anos 1980 e 1990.

FORTALECIMENTO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO

Gianinni chama atenção para o que ocorreu após a promulgação da Constituição de 88: o processo de redemocratização da própria Psicologia e suas instituições, num cenário em que se espalharam entidades, grupos, associações, levados pelo espírito democrático de reunir pessoas, produzir conhecimentos, debates e discussões a partir de coletivos.

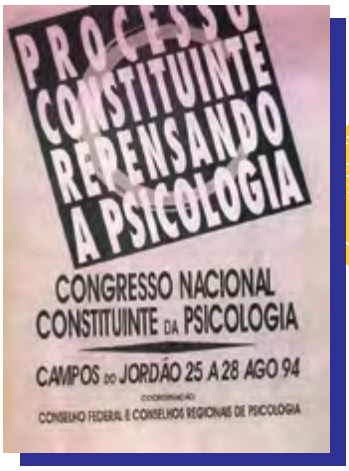
"Tivemos nos anos 90 um processo, muito estimulado pela própria constituinte e pela redemocratização do país, de debate da própria reorganização do Sistema Conselhos, inclusive com a instituição de eleições diretas, que a gente chama de consulta pública". Entre os conselhos profissionais, foi a primeira iniciativa nesse sentido, e hoje esta se dá pela internet, ampliando exponencialmente a possibilidade de participação da categoria.

Nesse período, estabeleceu-se internamente o processo de congressos, proporcionando debates desde as bases, apresentação de teses e discussão de diretrizes. Entre estes, houve intenso debate de transformar o Sistema Conselhos em introdutores de ideias, políticas e propostas em relação à sociedade, para além do seu papel de fiscalizar e normatizar a profissão. "Dentre essas normatizações, se percebeu a possibilidade de a

IMAGENS: ARQUIVO CFP







Psicologia exercer um importante papel na defesa dos Direitos Humanos, um dos primeiros tópicos do nosso Código de Ética", relembra Rogério.

Em agosto de 1997, criou-se então a Comissão de Direitos Humanos do CFP e, em 1998, as comissões dos Conselhos Regionais. Entre suas funções: incentivar a reflexão e o debate sobre os direitos humanos inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia; intervir em situações concretas onde existam violações dos direitos humanos que estejam produzindo sofrimento mental; e participar ativamente das lutas pela garantia dos direitos humanos na sociedade brasileira.

Para Ana Jacó, as instituições de Psicologia passaram a entender que elas devem se posicionar politicamente. "A gente tem um envolvimento da Psicologia que não existia antes. Quando existia, era com um afastamento muito grande da realidade, dos grupos minoritários e com uma compreensão deles a partir dos padrões da nossa Psicologia, que na época era uma psicologia basicamente estadunidense".

O reflexo pode ser visto nas próprias normativas e publicações do CFP, que cada vez mais se mostraram atentas e conectadas com pautas sociais, trazidas para discussões pelas psicólogas a partir do que se percebia nas bases do exercício da profissão. "Quando o Conselho Federal de Psicologia instrumentaliza esse tipo de mudança na profissão, ele instrumentaliza através dos documentos que se originam dele, como o Código de Ética e as resoluções", comenta Ana.

→

IMAGENS: ARQUIVO CFP

Um exemplo é a Resolução CFP n° 1/1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, entre elas a de que psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoafetivas. Esta tornou-se, 18 anos depois, motivo de disputa por meio de Ação Civil Pública de um grupo de psicólogos que pedia a liberação da prática de terapias de reversão sexual, mais conhecida como "cura gay".

Para além de suas funções normativas e de fiscalização, o Sistema Conselhos buscou fortalecer também a sua função de orientar o exercício da profissão e criou, em 2006, o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), com o objetivo de promover a qualificação da atuação nas diversas políticas públicas por meio da produção de conhecimento. Nestes são produzidos textos, cadernos, apostilas e demais publicações que demonstram a contribuição da profissão na elaboração e implementação de políticas públicas mais humanizadas, a partir da compreensão da dimensão subjetiva dessas.

Vale destacar a importância da forte presença da Psicologia em uma das principais políticas públicas do Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), que acaba de completar 32 anos de existência. Por meio deste, ampliou-se o acesso da Psicologia para várias camadas da população, uma vez que seus profissionais atuam desde a atenção primária, estando presentes nos postos de saúde, nos centros de saúde, nas unidades de Saúde da Família e em outros níveis de trabalho realizados.

DESAFIOS FUTUROS

Numa sociedade em constante transformação, atualmente impactada pelas consequências de uma pandemia e de um Estado marcado pelo enfraquecimento de políticas públicas, são inúmeros os desafios da profissão e do Sistema Conselhos. Desafios estes que passam pelo fazer psicológico, pela formação dos profissionais e pelo fortalecimento da atuação regional da Psicologia.

"A gente tem que pensar a Psicologia como um direito da sociedade brasileira. Ela não pode ser um privilégio de poucos que podem pagar, porque isso pode ser qualquer coisa, menos Psicologia. Primeiro porque ela se insere na ideia de saúde, bem-estar e bem viver", defende Rogério.

E completa: "quando a gente fala que a saúde é determinada por questões sociais, a gente está dizendo que ela é determinada

"A gente tem que pensar a Psicologia como um direito da sociedade brasileira. Ela não pode ser um privilégio de poucos que podem pagar, porque isso pode ser qualquer coisa, menos Psicologia. Primeiro porque ela se insere na ideia de saúde, bem-estar e bem viver"



pelo padrão de como essa sociedade se organiza. Uma sociedade que se organiza no seguinte sentido: uma pessoa que tem dinheiro pode consertar a perna e a pessoa que não tem dinheiro corta a perna e coloca uma perna de pau. Essa sociedade tem um problema".

O ex-presidente do CFP ressalta que a saúde mental, portanto, não só está incluída, mas, de certo modo, ela é um determinante da saúde. O empoderamento, as relações sociais, as relações comunitárias criam um ambiente melhor inclusive para manifestar a presença da saúde. E isso tem muito a ver com a Psicologia, não necessariamente com uma patologia que a Psicologia vai tratar, mas tem muito a ver com possibilidade de reconhecimento nos territórios, na vida, no correr da história de cada pessoa. O reconhecimento daqueles elementos que podem significar repertórios para o bem viver, para boas relações, para boas práticas, para o nível de civilidade, para o nível de relacionamento interpessoal.

"Por isso não tem como o psicólogo não estar ligado à questão do racismo quando está fazendo um atendimento. A não ser que ele ache que o sujeito vai estar se enchendo de uma certa energia psicológica positiva que tudo bem ele ser racista ou não. Mas não existe tudo bem ser racista ou não", afirma Rogério, ao pontuar que existe uma ética profissional que vai até o consultório, e não fica só no psicólogo e na sociedade.

Para a professora Ana Jacó, o grande desafio da Psicologia passa pela educação. "O ensino de graduação é muito arcaico, deixa muito a desejar, mesmo em algumas universidades públicas. Fico pensando naquelas pequenas faculdades que têm curso de Psicologia espalhado pelo interior do Brasil e isso me preocupa muito. É preciso uma formação tecnicamente melhor, porque eu acho que em alguns momentos a gente está deixando de lado a formação técnica do psicólogo e formando somente no discurso", destaca, ao ressaltar que é necessário, sim, entender o que são os direitos humanos, o racismo e a cidadania, mas também investir no conhecimento mais técnico da profissão.

→

FOTO: ARQUIVO CFP

Além disso, segundo ela, por meio do Fórum de entidades profissionais, é necessário continuar "atento e forte" e manter iniciativas próximas à categoria. "As propostas das instituições se afastam um pouco do conjunto de psicólogas e psicólogos. Eu falo isso com tranquilidade, porque eu já fui do plenário do Conselho duas vezes, eu já fui do Fórum de entidades outras duas vezes, como presidente de duas outras associações (Abrapsi e Abep), e sei que existem pessoas que não têm essa vinculação com interesse maior pelo que está acontecendo na profissão. Por um lado, é um problema das pessoas, por outro, as entidades têm que desenvolver também alternativas para se aproximar delas".

> "A gente parte daqui de uma micropolítica. Os regionais estão mais no acompanhamento da política de base, da regulamentação, da fiscalização da orientação, das demandas da ponta. E o nosso maior desafio é se aproximar da categoria e a categoria se aproximar da gente."

Para a psicóloga Nágela Evangelista, conselheira presidenta do X Plenário do Conselho Regional de Psicologia do Ceará, o caminho para esse desafio passa pelo fortalecimento da regionalização da profissão. "Se a gente quer mudar nossa realidade, a gente precisa voltar para a base", ressalta.

"A gente parte daqui de uma micropolítica. Os regionais estão mais no acompanhamento da política de base, da regulamentação, da fiscalização da orientação, das demandas da ponta. E o nosso maior desafio é se aproximar da categoria e a categoria se aproximar da gente", explica, ao destacar a importância das Comissões Temáticas para esse diálogo com a categoria.

"Através das discussões das Comissões Temáticas, o conselho chega à categoria, porque as comissões são formadas pela categoria. Então fazendo essa construção coletiva, escutando o que tá emergente na sociedade e que impacta diretamente a categoria, o Regional tem o desafio de fazer a micropolítica e de fazer essa comunicação ao Conselho Federal", comenta Nágela.

Em tempos de pandemia que a gente ainda está saindo foi muito importante o fortalecimento dessa ponte. O sistema enriqueceu muito na pandemia, apesar dos pesares. A gente começou a se escutar internamente também, não só da categoria para o regional, mas regional para Federal também. ●



NÁGELA EVANGELISTA

Psicóloga especialista em Saúde Mental pela Faculdade Stella Maris, atua no Centro de Infectologia - SAE, na cidade de Juazeiro do Norte (CE). Conselheira Presidenta do X Plenário do Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região - CRP11.

PARA QUEM A PSICOLOGIA PINTA SEU ROSTO?

Ao refletir a Psicologia a partir da realidade política e social do Brasil é possível compreender seu papel na luta civilizatória do presente e do futuro

Uma das cenas mais emblemáticas ocorridas no plenário da Câmara dos Deputados aconteceu no dia 4 de setembro de 1987, em defesa de uma emenda popular à nova Constituição. Um jovem indígena da etnia Krenak, trajando terno e gravata claros, subiu à tribuna. Durante quatro minutos, ele cobriu seu rosto lentamente com a pasta de jenipapo, enquanto falava em favor dos povos originários.

Em um dos trechos, o jovem disse: "creio que nenhum dos senhores nunca poderia apontar atos ou atitudes da gente indígena no Brasil que colocou em risco seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano nesse país. E hoje somos o alvo de agressão que pretende atingir, na essência, a nossa fé, a nossa confiança de que ainda existe dignidade. De que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar os que não têm dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação".

A comovente cena feita por Ailton Krenak, hoje mundialmente conhecido como ativista do movimento socioambiental em defesa dos direitos dos povos indígenas, ilustra a gravidade daquele momento, que viria a provocar profundas transformações também nos rumos da Psicologia brasileira, marcada pela conquista da regulamentação em 1962 e logo depois abatida pelo golpe militar de 1964.

A psicóloga, professora da PUC/SP e membro do Instituto Silvia Lane, Maria da Graça Marchinha Gonçalves, relembra a participação das psicólogas(os) na Constituição de 1988 e sua contribuição na construção do marco na garantia dos direitos sociais, no Brasil. "A Psicologia participou de muitas das lutas do processo de redemocratização e de ampliação da participação. Isso não foi vivido de maneira unânime, mas participamos dessa luta. A Constituição, embora seja um produto de sua época, é a primeira que afirma os direitos sociais de maneira explícita. Ela tem também a afirmação de que direitos sociais devem ser integrais e garantidos a

→



todos e por meio da responsabilização do Estado a partir de uma perspectiva publica de direitos" avalia.

A Psicologia, contudo, chegava àquele momento histórico sob os efeitos de 23 anos de ditadura militar que provocaram mudanças substanciais em sua trajetória no Brasil. Se, no final da década de 1950, há acúmulo crítico que busca a regulamentação da profissão, a partir de práticas demandadas sobretudo pelo setor público, em escolas e empresas públicas; a partir de 1964, ocorre redução drástica por esses serviços, o que leva gradativamente à elitização da profissão.

Para a psicóloga e professora da PUC/SP, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, "dois anos depois da regulamentação há um retrocesso na demanda pública pelos serviços da Psicologia. As políticas públicas passam a ser políticas de governo que não são públicas nem republicanas. Ocorre o uso da Psicologia para produzir desigualdade social", explica.

As grandes escolas privadas, por exemplo, abriram as portas para a Psicologia, que foi utilizada como um chamariz, um diferencial. Para Mitsuko, a partir de então, é possível observar a prevalência da prática clínica dentro da escola em detrimento de uma Psicologia Escolar. "Com isso, vemos a Psicologia Escolar perder seu caráter educacional adotando o modelo médico. Ou seja, diante da queixa escolar, dos problemas escolares, a medicalização e a patologização da educação".

Nas empresas, completa Mitsuko, a(o) psicóloga(o) era contratada(o) para "o recrutamento, seleção e treinamento de pessoal a fim de escolher as pessoas que pudessem ser mais lucrativas. A clínica psicológica passou a ser para quem pode pagar. E completando o cenário pós-64, a Reforma Universitária privatizou o ensino superior. Naquele momento, como campo de atuação, a Psicologia servia ao capital, e não ao trabalhador".

O embate entre uma Psicologia menos elitista nos anos após 1964, para o professor Emérito da UFRN, Oswaldo Yamamoto, é uma luta constante pela hegemonia dos segmentos progressistas, "superando também um alinhamento com a autocracia burguesa nos anos que seguem ao golpe de Estado, logrando barrar propostas anticientíficas e retrógradas que tipificam o neonazismo com o qual convivemos nos últimos anos", avalia.

→





MARIA DA GRAÇA MARCHINA GONÇALVES

Doutora e mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde é Assistente Doutora. Membro da Diretoria do Instituto Silvia Lane

O cenário que moldou a Psicologia naquele período, entretanto, deu os primeiros sinais de enfraquecimento no final dos anos 1970, quando os grandes movimentos populares pela redemocratização no país se iniciaram: eleições na UNE, greves de professores da rede pública em vários estados, greve dos metalúrgicos do ABC, realização de Dias Nacionais de Luta.

"No programa de Psicologia Social, Silvia Lane e Maria do Carmo Guedes propunham uma Psicologia comprometida socialmente, uma Psicologia voltada para a realidade brasileira. Isso é um grande marco", ressalta Mitsuko.

Essa nova perspectiva de uma Psicologia Social que brotava no asfalto, como na poesia de Drummond, vai influenciar a formação das psicólogas(os) no Brasil, tornando-se um dos importantes marcos na trajetória dos últimos 60 anos da ciência e profissão, como observa Oswaldo. "Como os estudos mostram, a profissão deixa de ser eminentemente elitista, passando a abranger um contingente muito maior da população, alinhada que está, fundamentalmente, com o campo social".

A PSICOLOGIA DE VOLTA À ARENA PÚBLICA

A luta incessante, a que se referiu o professor, conquistou o direito de escrever sua própria história, participando da vida política do Brasil, no final dos anos 1980. Algo raro acontecia na casa do povo para quem manteve as portas fechadas por décadas. Cenas como a protagonizada por Krenak eram possíveis porque havia pressão inédita de segmentos sociais nas ruas, como no movimento Diretas Já, e na participação ativa na arena pública da Assembleia Constituinte. Assim, o direito de fazer emendas ao texto constitucional e defendê-las no parlamento foi uma conquista social.

Depois de tanto tempo trancada do lado de fora, a população tinha sede de participação e o Congresso foi palco de inúmeras manifestações ao longo dos 20 meses de elaboração da nova Constituição. Mais de 80 indígenas entraram no Congresso cantando e batendo pé até alcançarem a antessala do deputado e presidente da Assembleia Constituinte, Ulisses Guimaraes, que os recebeu, rodeado por correria, susto e medo de jornalistas e congressistas. Em

→

IMAGENS: ARQUIVO CFP

meio ao tumulto, um dos líderes indígenas retirou seu cocar e o repousou sobre a cabeça de Ulisses, coroando-o como um dos seus.

Quem estava longe também participou. Há registros de mais de 10 mil cartas com sugestões aos textos constitucionais. É difícil apontar outro momento da história recente de tamanha participação social que tenha resultado em amplas e efetivas conquistas de direitos. No caso dos indígenas, depois de muito embate, a Assembleia Constituinte decidiu pela posse das terras tradicionalmente ocupadas por eles, que passaram a ser inalienáveis.

Na Psicologia, a superação do modelo estimulado pelo regime militar obteve forte impulso a partir da consolidação das políticas públicas de Seguridade Social, conquistadas na nova Constituição. Elas permitiram grandes avanços na ampliação de serviços aos cidadãos brasileiros e na garantia de direitos.

A regulação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990; a Lei da Previdência Social, em 1991; e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, isso tudo formou o tripé que sustentou uma forte diversificação e expansão da Psicologia nas políticas públicas.

"O projeto de compromisso social foi muito discutido e se configurou uma nova possibilidade para a categoria. Sem dúvida, isso deu uma nova cara para a Psicologia, e de uma forma mais consequente porque está mais articulada com uma perspectiva coletiva", avalia Maria da Graça.

A saúde, como direito fundamental, chacoalhou a noção de cura de doenças, e passou a ser entendida como uma condição integral, que envolve qualidade de vida e garantia dos demais direitos sociais. Nessa esteira, a ampliação e diversificação das práticas psicológicas passou a se dar em múltiplos e novos campos, como nas unidades de saúde, nos centros de atenção psicossocial, nos processos grupais terapêuticos, em comunidades, nos territórios, com os quilombolas, indígenas, ribeirinhos, nos acampamentos de sem terra, nos serviços que atendem à população em geral.

Maria da Graça conta que "no período da redemocratização estávamos lá na defesa da Reforma Sanitária, da saúde, da educação das crianças e adolescente, dos direitos humanos e levamos o processo redemocratização também para o interior da nossa própria categoria, democratizando Conselhos de Psicologia ainda formatados por Leis de períodos da ditadura. Discutir isso foi importante".

> **"O projeto de compromisso social foi muito discutido e se configurou uma nova possibilidade para a categoria. Sem dúvida, isso deu uma nova cara para a Psicologia, e de uma forma mais consequente porque está mais articulada com uma perspectiva coletiva"**



OSWALDO YAMAMOTO

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é professor Emérito do Departamento de Psicologia da UFRN



DA ARENA POLÍTICA À PRAÇA PÚBLICA

A história da regulamentação da profissão de psicóloga(o) está entrelaçada com a trajetória política e social do país. Frente às demandas sociais cada vez maiores e mais complexas, a Psicologia deu respostas científicas e técnicas, criando tecnologias que a tornam cada vez mais relevante e inclusiva nas políticas públicas.

A *I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: Psicologia e Compromisso Social*, promovida pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, em 2000, lotou o gigante Centro de Convenções do Anhembi (SP). A Mostra recebeu mais de 2.000 trabalhos de compromisso social, evidenciando que uma nova Psicologia já estava inventada, comprometida com necessidades, com carências, com exigências que vinham da população.

Desde então, ao buscar ampliar as possibilidades de acesso aos serviços psicológicos para uma parcela maior da sociedade, surgiram iniciativas como o *Consultório na Rua*, formado por equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde para a população em situação de rua. As atividades são feitas de forma itinerante e, quando necessário, em parceria com equipes das Unidades Básicas de Saúde locais.

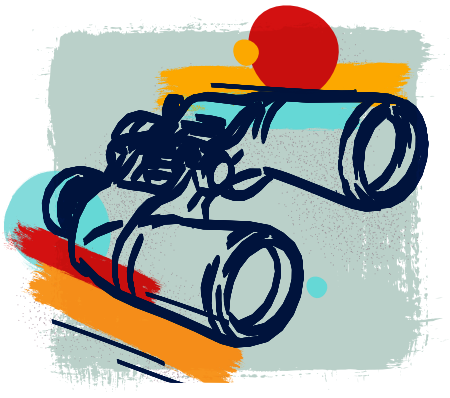
Além de *Consultórios na Rua,* iniciativas de grupos de psicólogas(os) oferecem escuta terapêutica gratuita à população, em praças nas cidades, ação que amplia o contato inicial de diversos públicos com a Psicologia. As iniciativas permitem que população seja acolhida em uma escuta com fins terapêuticos, conduzidas por profissionais qualificados, desmistificando assuntos relacionados à saúde mental.

> “Nos dias atuais, penso que essencialmente a nossa luta no Brasil é civilizatória. Vivemos nos últimos anos um pesadelo, de obscurantismo, de negacionismo – da ciência, do conhecimento –, de xenofobia, de intolerância, de escalada da violência.”

A construção de novos territórios de atuação e discussão encontra na itinerante *Tenda Paulo Freire* uma experiência que “reúne diferentes sujeitos sociais na articulação entre saberes técnicos, científicos e populares vivenciados mais próximos da cultura e realidade das comunidades”, como se define na Carta da Tenda Paulo Freire no 8° Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde.

Partindo da premissa de Paulo Frente de que *ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão*, a Tenda constitui-se em um espaço político de resistência que em um território diverso reúne diferentes formas e formatos de pensamento, agrupamentos e identidades.

Presente em Mostras de Práticas em Psicologia, no espaço *Eu e @s outr@s psicólog@s* profissionais da Psicologia ganham voz ao compartilhar com demais colegas suas realidades de trabalho, por meio de vídeos. A proposta inspira-se no cineasta brasileiro Glauber Rocha para quem *uma câmera na mão e uma ideia na cabeça* era o princípio da utilização dos meios de produção artística a serviço da transformação social. Os vídeos gravados por psicólogas(os), por meio do *Minuto PSI*, têm como parceria o *Festival do Minuto*, criado pelo cineasta brasileiro Marcelo Masagão.



COM AS LENTES DO FUTURO

A Psicologia brasileira chega ao seu 60º aniversário, comprometida com as transformações de sua rica trajetória na defesa e garantia de direitos. O reconhecimento da história percorrida estimula o vislumbre de novos desafios, tão importantes, talvez, quanto os que levaram Ailton Krenak a pintar seu rosto com tinta de jenipapo, no púlpito do Congresso Nacional.

Maria da Graça busca na definição de *política do abate social* – "movimento responsável por introduzir e legitimar a selvageria do mercado no domínio da política pública" – de Amélia Cohn, seu ponto de partida. "Temos um momento de revés e desmonte, temos o desafio de retomar e não pode ser mera repetição. Vamos encontrar políticas públicas que não possuem financiamento nem condições de execução, na perspectiva da universalidade, integralidade e participação. As questões que temos que enfrentar estão diferentes. Esse é o desafio agora e temos que nos valer das experiências que acumulamos o tempo todo", afirma.

Uma luta civilizatória é como define o professor Oswaldo. "Nos dias atuais, penso que essencialmente a nossa luta no Brasil é civilizatória. Vivemos nos últimos anos um pesadelo, de obscurantismo, de negacionismo – da ciência, do conhecimento –, de xenofobia, de intolerância, de escalada da violência. Isso num contexto de crise do capitalismo que, conforme Mészáros, é estrutural, ou seja, geral, abrangente e duradoura, que demonstra que o capitalismo esgotou o modo de intercâmbio social sobre o qual foi edificado, restando apenas um crescimento destrutivo, da classe trabalhadora, da natureza, em escala nunca antes vista. É nesse contexto que a categoria vai se movimentar. Os desafios, obviamente, são imensos", antevê.

E Mitsuko desafia a Psicologia a entender – para interferir – como se forma a personalidade fascista. "Como um sujeito que eu conversava há um tempo atrás hoje anda armado e quer matar pessoas? A Psicologia é a ciência que pode juntar forças para buscar explicações para este fenômeno da realidade. É o desafio deste aniversário de 60 anos. Ele está na base da crise que vivemos hoje", conclui. ●



MITSUKO APARECIDA MAKINO ANTUNES

Doutora em Psicologia Social e mestre em Filosofia da Educação, é professora titular do Departamento de Fundamentos, Gestão e Políticas da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É editora da Revista "Psicologia da Educação", do Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: Psicologia da Educação, da mesma universidade. É membro eleita da Academia Paulista de Psicologia.

Caminhos para o futuro

Construir o futuro da Psicologia também passa por reconfigurar aspectos da formação básica, onde conhecimentos oriundos de diversos povos possam traduzir uma profissão ainda mais conectada com a diversidade do povo brasileiro



Seis décadas se passaram até aqui. Se a contagem correspondesse à vida de um único ser humano, provavelmente seria motivo de comemorar a idade, revisar o passado e fazer planos para os próximos anos. Em se tratando de Psicologia no Brasil, que envolve a vida, a saúde e os sonhos de milhões de pessoas, a realidade não é diferente: há muito o que se celebrar, muito a se refletir e muito a se pensar sobre o futuro. Afinal, qual é a Psicologia que se pretende construir? Quais são os desafios para as próximas décadas?

Para falar sobre o assunto, a Revista Diálogos conversou com três importantes vozes da construção do presente e do futuro da Psicologia: a psicóloga, mulher indígena e antropóloga social Nita Tuxá, a psicóloga, mulher quilombola e educadora social Samilly Valadares, e o psicólogo e professor Paulo Navasconi. Olhares e vivências diferentes, mas um pensamento em comum: a necessidade de uma Psicologia diversa, plural e ainda mais conectada com a realidade brasileira.

Diálogos **Como você vê o futuro da Psicologia no Brasil partindo da sua origem, formação e atuação profissional?**

NITA TUXÁ Eu me sinto muito feliz e honrada em fazer parte dessa história, dessa Psicologia tão jovem, ainda muito cheia de vida. E é nessa opção de vida que a gente deve se agarrar, para pensar essa Psicologia plural, originária, brasileira e ancestral.

Então, como psicóloga e mulher indígena, com alguns anos de atuação, eu vejo e vislumbro a possibilidade de uma Psicologia pintada de jenipapo e urucum, como costumamos dizer, enquanto membros da Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogos.

E quando a gente coloca isso, não é só pensando a Psicologia junto e com os povos indígenas. Mas é pensando numa Psicologia originária, que acolha a pluralidade dos Brasis, a nossa diversidade, as nossas práticas terapêuticas e de cuidado que dialogam com a Psicologia enquanto uma ciência e um fazer profissional. Então eu posso dizer que a Psicologia que eu quero é a Psicologia que eu venho fazendo.

Também é importante pontuar que o futuro é indígena. Isso no entendimento de uma cosmovisão de mundo, de uma proposta de sinergia com o coletivo, com o comunitário. Para isso, a Psicologia precisa romper essa rigidez com categorias e abordagens, para pensar uma Psicologia, de fato, plural, comunitária, feita com, em e para as comunidades. Porque isso é Brasil.

> “Defendo uma Psicologia pintada de jenipapo e urucum.”



NITA TUXÁ

Psicóloga mestra em Antropologia Social pela UFRR, Pós-graduada em Terapia Cognitivo-comportamental pela UNISEPE, especialista em Saúde Indígena pela UNIFESP. Está como coordenadora da Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogos (ABIPSI) e atualmente é Psicóloga de Saúde Indígena do DSEI-BAHIA / Polo Base de Paulo Afonso

Quando a gente pensa na conjuntura brasileira, o nosso campo tradicional é o campo dos coletivos, porque são esses que demandam a nossa proposta de linhas de cuidado. Porque até aquele que vai no processo terapêutico, num processo clínico, de alguma maneira, a história dele está atrelada ao seu coletivo. E entender suas origens marca todo o diferencial para a escuta qualificada e acolhedora.

Nós precisamos, então, construir a identidade de uma Psicologia brasileira. E só é possível fazer isso identificando as nossas origens: quais a experiência e a expertise adquiridas nesses 60 anos? Quais os entraves, os pontos que precisam ser melhorados, ressignificados? E só assim pensar numa perspectiva para o futuro, perguntando para quem, para quê, por que fazemos Psicologia.

Diálogos Sabe-se que a formação acadêmica ainda está distante de contemplar a pluralidade e a cosmovisão indígena e que é na atuação profissional que muitos novos saberes práticos vão se formando. Você acredita que existe algum tipo de movimento onde esses saberes estão, de certa forma, aproveitados pela ciência psicológica para avançar em métodos e técnicas capazes de fomentar profissionais mais preparados para essa diversidade de povos indígenas que temos no Brasil?

NITA TUXÁ O principal ponto crítico dessa Psicologia ainda muito aprisionada a modelos clássicos europeus e americanos é justamente a nossa formação. Por quê? Eu sempre coloco isso por onde passo: nos meus cinco anos de Psicologia, eu nunca me vi, nem vi os meus dentro dos estudos, dentro da sala, dentro das propostas de projetos de extensão.

Felizmente, a gente percebe, ainda que em passos lentos, um movimento crescente de se trazer essas diversidades, pluralidades e subjetividades do sujeito para dentro da academia. E é importante pensar que esses espaços estão acontecendo, quando eu tenho essa oportunidade de ecoar vozes, de falar. E do quanto a pauta dos povos indígenas vem, dentro das esferas dos Conselhos Regionais, criando grupos, criando seminários, eventos. Mas precisamos estar para além da visibilidade, precisamos estar, de fato, na promoção, na atuação e no ressignificar epistemológico da Psicologia junto à população.

Assim, tanto a problemática quanto a solução são a formação. Quando a gente conseguir criar mais espaços, debates, ecoar vozes, dar visibilidade a esses corpos, a essa subjetividade, a gente vai conseguir desconstruir epistemologicamente a Psicologia engessada e pensar uma Psicologia dos Brasis, uma Psicologia originária.

Diálogos Em sua visão, o que mais dificulta uma atuação profissional no contexto indígena: barreiras linguísticas e culturais, por exemplo, ou um preparo teórico mais plural?

NITA TUXÁ Não é a cultura e tampouco a língua que impossibilita a nossa comunicação. É a dificuldade de estabelecer interculturalidade e sensibilidade do olhar para o outro, de enxergar esse outro com lentes ampliadas. Mas ampliadas no sentido de ser sem julgamentos, sem essa perspectiva do etnocentrismo, da soberania de uma cultura sobre a outra.

Nós conseguimos criar uma comunicação em comum, quando se tem a sinergia, a empatia. A gente cria outras linguagens para se comunicar. Isso não é diferente com as popula-



ções indígenas. Quando se tem esse desejo de um fazer cuidadoso, cauteloso, intercultural, de respeito a essa interculturalidade, isso flui e a língua não é uma barreira.

A língua pode, claro, dificultar algumas questões nos campos interpretativos de códigos culturais. Mas você, dentro do seu manejo em fazer, pode observar, estudar e se preparar junto com, se permitindo estar com, criando, de fato, relações afetivas e socioculturais respeitosas e empáticas nessa construção.

E nesse ponto, de fato, o campo teórico é importante. O que seria essa teoria, essa proposta de querer explicar tudo, nomear tudo, interpretar? Dentro de um processo cultural dos povos indígenas, tudo é muito dado, no sentido de o fenômeno estar ali, se revelar, sem precisar criar tantas categorias. E a Psicologia tem esse saber de classificar, para que ela seja uma ciência, uma ciência empoderada.

Mas a gente entende que o empoderamento não está em diagnosticar, classificar e criar categorias. Está no fato de que essa Psicologia impacta e transforma a vida do sujeito. O nosso compromisso é com sujeito e suas subjetividades no mundo, de como ele subjetiva no mundo e que mundo ele tem para subjetivar.

E quando a gente pensa as questões indígenas na realidade do Brasil, é de um Estado que nega o direito do indígena viver essa sua subjetividade, invalida o direito do indígena de ser e limita o seu ir e vir, a sua identidade, a sua capacidade. Sempre coloca o indígena, o seu saber e a sua cultura nesse lugar de inferioridade. Então precisa-se romper essas questões e construir outra linguagem, mais plural e diversa.

Quando a gente fala em pluralidade é sobre a Psicologia que o indivíduo quer, que o indivíduo precisa, que o indivíduo constrói, ressignifica e lida diariamente, para que essa Psicologia faça sentido para ele.



Diálogos Como você vê o futuro da Psicologia no Brasil partindo da sua origem, formação e atuação profissional?

SAMILLY Eu sempre demarco a necessidade, a importância e a urgência de aquilombar a Psicologia. O meu olhar sobre a Psicologia, no presente e para o futuro, parte do meu território, da minha comunidade, das vivências no quilombo, nas periferias, na minha ancestralidade negra quilombola. Tudo que eu construo, em diferentes espaços que eu ocupo, parte disso.

Desse lugar, diante da realidade brasileira, de diferentes atravessamentos da conjuntura atual, eu vejo o quanto é desafiador e o quanto nós, enquanto profissionais, devemos assumir o compromisso de construir, de fato, uma Psicologia que seja antirracista, que seja emancipatória, que seja contextualizada.

E essa pergunta me traz muita reflexão sobre o símbolo Adinkra Sankofa,

> “O desafio é, portanto, a construção de uma profissão comprometida, eticamente, com a pluralidade de corpos, de vivências, de subjetividades no Brasil, na Amazônia, nos diferentes espaços que ocupamos. Porque vejo a Psicologia como mais uma ferramenta de mudança social a partir das nossas narrativas, das nossas vivências, das nossas ancestralidades.”

que fala sobre a importância de termos o passado como base, para não esquecer de tudo o que foi vivenciado, do que nos trouxe até aqui. Para que, assim, possamos agir no presente, comprometidos com as diversas pautas sociais que atravessam a nossa profissão, para construirmos um futuro melhor. Essa também é uma reflexão sobre bem viver, sobre construir novos mundos possíveis.

O desafio é, portanto, a construção de uma profissão comprometida, eticamente, com a pluralidade de corpos, de vivências, de subjetividades no Brasil, na Amazônia, nos diferentes espaços que ocupamos. Porque vejo a Psicologia como mais uma ferramenta de mudança social a partir das nossas narrativas, das nossas vivências, das nossas ancestralidades.

Diálogos Você costuma dizer que saúde quilombola é saúde no território. Quais aspectos da atuação prática da profissional de Psicologia que trabalha junto às populações quilombolas poderiam ser considerados avanços teóricos e metodológicos para qualificar a Psicologia e torná-la, assim, mais conectada com a realidade brasileira dos povos quilombolas e tradicionais? As resoluções e guias de atuação técnica que já consideram contextos e temas transversais são suficientes?

SAMILLY Sim, e territorializar as nossas práticas é um elemento muito importante. Não tem como pensar qualquer atuação com as comunidades quilombolas se não for nos nossos territórios e a partir dos nossos territórios. É uma construção coletiva, ancestral, de bem viver. Então, sim, educação quilombola, saúde quilombola, segurança quilombola têm de ser feitas nos nossos territórios, para que sejam efetivas, para que sejam reais, concretas e contextualizadas.

A Psicologia traz um leque de possibilidades para que possamos atuar com as comunidades a partir do papel de escuta. E eu aprendi sobre a importância desse lugar primordial da escuta no quilombo, antes de aprender na Psicologia, na academia.

Então a Psicologia tem muito o que aprender com os povos quilombolas, para que seja, de fato, efetiva, concreta, real, transformadora e emancipatória. Com ela, é possível construir uma educação de resistência quilombola, de construir práticas em saúde e de cuidado que considerem e que respeitem os saberes tradicionais e ancestrais que historicamente mobilizam as comunidades. Porque foi isso que nos trouxe até aqui.

Eu trago aqui como exemplo o Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada, que a Psicologia, assim como todas as áreas do saber devem considerar e respeitar. E todas as resoluções, as referências técnicas existentes ajudam, como ferramentas para construir essa prática contextualizada. Mas nós ainda estamos engatinhando nesse processo.

Precisamos ser multiplicadores dessas ferramentas nos diferentes espaços que ocupamos, pois nós estamos no campo, na cidade, na universidade, no mercado de trabalho, nós estamos pesquisando e construindo estratégias nos espaços de decisão que cada vez mais estamos buscando ocupar. Quando eu estava na graduação, pouco eu me via ali. Em muitos momentos, era apenas objeto de estudo. Mas nós vamos cada vez mais assumindo esse protagonismo, aquilombando a universidade, aquilombando os estudos, aquilombando a profissão.

Diálogos Quais são, em sua visão, as maiores contribuições e os maiores desafios da Psicologia no desenvolvimento de políticas de saúde mental que considere o saber das populações



SAMILLY VALADARES

Psicóloga pela Universidade Federal do Pará. Educadora social e coordenadora do projeto Perpetuar – identidades, ancestralidades e territorialidades quilombolas. Embaixadora da Juventude pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), da ONU

negras e quilombolas? Nesse sentido, como podemos situar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra?

SAMILLY Um dos maiores desafios da Psicologia, enquanto ciência e profissão, é romper com esse pacto histórico com a branquitude, esse pacto colonial que se perpetua até os dias de hoje e traz muitos impactos. Nós precisamos modificar esse cenário, para que as nossas narrativas, as nossas negritudes, as nossas vivências possam ecoar.

Além do desafio, o principal compromisso deve ser construir práticas antirracistas que não fiquem apenas no discurso, nos debates e na academia. Precisa transgredir, inclusive, as normas, ultrapassar esses muros, para que se possa vivenciar, de fato, uma profissão que seja emancipatória, diversa, plural, como são as realidades brasileiras e amazônicas.

E, sim, já tivemos muitos avanços que precisam ser celebrados. Nós estamos democratizando os saberes, transformando realidades, construindo escuta e diálogo com os diferentes sujeitos, vivências, povos, territórios, comunidades. É o nosso protagonismo. Nós estamos aquilombando, de fato, e como é de direito, a nossa prática, a nossa profissão, a nossa atuação nos diferentes espaços.

Isso traz muitas possibilidades de construir práticas de saúde mental a partir da nossa diversidade. Esse é um ponto essencial para o debate sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que não é efetivada por conta desse racismo institucional e estrutural na nossa sociedade.

O discurso de que não existe racismo no Brasil apaga as nossas vivências e o nosso sofrimento, que é carregado ancestralmente e precisa ser pautado em cada momento do processo. Isso tudo é discutido na Política Nacional e em muitos outros documentos, demandas e espaços que são invisibilizados. Está mais do que na hora de trazer para cena tudo isso e de romper com discursos racistas, mas que ficam camuflados, por conta do racismo estrutural.

Diálogos Como você vê a ocupação dos espaços institucionais (desde movimento estudantil – CAs e DAs –, até entidades que representam as especialidades reconhecidas, conselhos regionais e conselho federal) por profissionais que pautem as negritudes, em especial dos povos quilombolas e tradicionais?

SAMILLY Eu enxergo como essencial. Base para os nossos debates, para as nossas práticas, para qualquer articulação em relação à Psicologia. É urgente que nós ocupemos espaços de discussão na academia, no movimento estudantil e outros espaços de formação e informativos, para construir essa Psicologia diversa, que dialogue com as populações tradicionais, com as nossas negritudes e que sejam efetivas diante das nossas demandas. Trazer esses debates para os nossos Conselhos Regionais, para o Conselho Federal, para – além de debatermos – atuarmos nos diferentes espaços também. Esse é um compromisso social, ético e político da Psicologia.

Esse ano eu compus chapa para o CRP 10, justamente por compreender a urgência de estarmos garantindo representatividade. Se nós ocuparmos esses espaços, nós conseguiremos construir estratégias de cuidado a partir dos nossos territórios, vivências e atuações. Partindo sempre do entendimento de que as nossas negritudes e os nossos quilombos são diversos, e assim também tem de ser a nossa prática, comprometida com essa pluralidade. Aquilombar essa Psicologia é, portanto, mais do que necessário, é urgente.

Isso me lembra uma fala muito

potente da Conceiçao Evaristo: que nós tenhamos o compromisso de construir novos quilombos em quaisquer lugares que estejamos. E eu estou aqui ocupando esse lugar. E esse é um compromisso de construir novos quilombos. A Psicologia também é isso. Quilombos são territórios de resistências ancestrais. A Psicologia também pode ser. Deve ser.

Diálogos Como você vê o futuro da Psicologia no Brasil partindo da sua origem, formação e atuação profissional?

PAULO Eu tenho o hábito de comentar com os alunos que sou privilegiado, no sentido de pensar minha formação, na qual eu tive contato presencial com Cecília Coimbra, Angela Caniato, Oswaldo Yamamoto, Odair Furtado, a própria Ana Bock e tantos nomes do início, de uma geração, de uma Psicologia social crítica.

Mas, pensando isso, eu demarco que a gente jamais deve esquecer que foi justamente no contexto científico, no final do século 19, início do século 20, que os ditos homens de ciência ajudaram a produzir as pseudos teorias raciais, que, naquele momento, atestavam a existência, por exemplo, de alguns grupos inferiores e outros grupos superiores. Foi naquele espaço que a ciência serviu como instrumento de dominação, de opressão, de discriminação e de manutenção e reprodução do racismo.

Mas eu gosto muito de pensar nisso para olhar para o futuro e, principalmente, para o presente. E refletir que é no contexto acadêmico, é no saber, é no fazer cotidiano que nós devemos não só continuar lutando, mas romper com essa tradição de uma ciência que adotou e adaptou os objetivos de uma missão civilizatória e colonial oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política que servisse aos interesses da dominação.



“É preciso enegrecer a Psicologia.”

Então a gente tem muito o que fazer e, sobre essa discussão, eu gosto de pensar algumas perguntas: quais são, por exemplo, os corpos, as vidas sacrificáveis e matáveis? O que é que é, por exemplo, que a Psicologia atribui como visível, aquilo que deve permanecer no invisível? Quem são as mãos que escreveram e que escrevem a história dessa ciência?

Hegemonicamente falando, a gente entende e muitas vezes reproduz a ideia de que a Psicologia foi escrita por mãos brancas. E manteve, sim, um compromisso com as elites e muitas vezes desconsiderando, naturalizaram vários fenômenos. Um deles, o racismo.

Isso não significa que intelectuais pretos e pretas não estavam existindo, presentes, resistindo. Afinal, nós tínhamos e temos Virgínia Leone Bicudo, Neuza Santos Souza que, mesmo não sendo uma psicóloga, sua obra foi fundante para se pensar, por exemplo, os efeitos psicossociais do racismo na subjetividade de pessoas negras. A Isildinha Batista Nogueira, Maria Aparecida Silva Bento, Jesus Moura e tantas outras intelectuais negras e negros que tiveram e estão nos possibilitando compreender, por exemplo, as insuficiências metodológicas, estruturais, práticas do próprio fazer ciência e do próprio fazer psicologia.



Pensar a Psicologia hoje e pensar, de fato, a Psicologia no futuro é justamente refletir que não devemos mais trilhar um caminho com o qual a Psicologia passa a ser um instrumento de dor, de apagamento de violência. Então é muito importante refletir sobre esse passado, para não repetirmos os mesmos erros, que se atualizam no contemporâneo de um modo muito simplista e sintético.

Enquanto não recordarmos, a gente apenas vai ficar na repetição de uma Psicologia, de uma ciência, de uma política compromissada com ideários racistas, LGBTfóbicos, sexistas, machistas, misóginos, capacitistas, etnocidas. E a gente, de fato, fixa num presente, num futuro, numa contemporaneidade, mas repetindo os mesmos erros.

Talvez eu esteja sendo extremamente utópico, ingênuo, mas eu acredito muito no futuro. Hoje estamos vendo, talvez, um processo único e diverso de psicólogas e psicólogos, de estudantes de Psicologia questionando, por exemplo, aquilo que Ana Bock, Silvia Lane e tantos outros demarcavam acerca de quem é o homem da Psicologia. A fome, a subjetividade, a violência, a desigualdade, o fenômeno psicológico tem cor, tem raça, tem classe, tem gênero.

Diálogos É possível identificarmos um processo de desenvolvimento do que poderíamos chamar de uma Psicologia antirracista no Brasil? Isso demandaria, por parte dessa Psicologia mais tradicional, o reconhecimento do racismo como pressuposto desumanizador e, consequentemente, ponto de partida para adoecimentos psíquicos que atingem as pessoas negras. Você sente esse movimento acontecendo? De que forma?

PAULO Essa pergunta me lembra muito de uma parte da tese do meu doutorado em que eu uso Sueli Carneiro, no qual ela, num texto da década de 90, utiliza a expressão "enegrecendo o feminismo". E eu, a partir do movimento proposto por Sueli Carneiro, digo que é preciso enegrecer a Psicologia.

O movimento da Psicologia antirracista, desde a década de 70, vem, de fato, ganhando força, principalmente com movimento de psicólogos e psicólogas negras, e principalmente dentro do Movimento Negro Unificado. Depois, na década de 90, com a construção da Amma Psique e do CEERT. Em seguida, na década de 2010, a construção e a efetivação da ANPSINEP.

A própria Psicologia de autores e autoras ou psicólogos e psicólogas que se intitulam como psicólogos negros vem, de uma certa forma, reconstruindo e construindo essa psicologia antirracista. Além disso, políticas públicas como as cotas raciais ou as ações afirmativas foram necessárias e essenciais para mudar o cenário das universidades e, consequentemente, a formação e a produção de saberes.

A gente também pode pensar e pontuar o quanto que a Psicologia antirracista fez com que o Sistema Conselhos se implicasse especificamente numa luta antirracista, visto, por exemplo, em 2002, a construção da Resolução 018, que completa 20 anos; a construção da Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas e as Relações Raciais, e tantos outros eventos e campanhas de que todo racismo é uma violência.

Dentro desse movimento da articulação e da construção de uma Psicologia antirracista brasileira, temos visualizado que, historicamente, justamente pela Psicologia não conceber os efeitos do racismo na subjetividade, pessoas negras sofreram, adoeceram, vieram a óbito. Obviamente, não simplesmente porque eram negras.

E aí eu acho que é a grande questão: nós, psicólogas e psicólogos, principalmente psicólogos negros e psicólogos

brancos aliados dentro de uma política de uma Psicologia antirracista, devemos tomar muito cuidado para não patologizar o racismo. Não é porque eu sou um corpo negro que eu posso adoecer ou irei adoecer. Ou, automaticamente, todo negro terá problemas psicológicos ou de fato impactos psicológicos decorrentes ao racismo.

O que nos faz, por exemplo, poder entrar numa condição de sofrimento psíquico é justamente vivermos numa sociedade que não só nega o racismo, mas que fomenta, que pratica, que executa. Então eu gosto muito de pensar que raça e racismo são determinantes na subjetividade humana, mas agem de maneira não determinista.

Diálogos **Na intersecção entre racismo e suicídio, você aprofunda em questionamentos sobre a existência do corpo negro e o conceito de morte e vida nessas jornadas de vida. Como a ciência no campo da Psicologia tem absorvido esses saberes construídos a partir desses questionamentos que você tem realizado ao longo do seu processo como pesquisador e profissional?**

PAULO Eu não me orgulho de ser o primeiro psicólogo e pesquisador brasileiro a ter uma publicação, um trabalho para pensar o suicídio de pessoas negras no Brasil e, principalmente, suicídio de pessoas negras LGBTQIA+.

Eu tive que ficar mais de dois anos buscando, levantando dados, entrando na internet, para tentar verificar e falar: olha, as pessoas estão morrendo, as pessoas negras LGBTs estão morrendo por suicídio. E o que tem sido feito? O que a Psicologia tem feito? O que a sociedade tem feito? O que o Estado tem feito?

É muito sintomático pensar um Estado que não tem uma política pública organizada e estruturada frente ao fenômeno do suicídio, que dirá uma política pública e uma discussão acerca da população negra e LGBTQIA+. No ano de 2018 foi lançado pelo Ministério da Saúde um caderno que aponta que a cada 10 jovens que há óbito por suicídio, 6 são negros.

Então é muito complexo pensar o fenômeno do suicídio, principalmente numa sociedade que ainda vem reforçar uma ideia individualista sobre isso, uma ideia causalista, buscando respostas, buscando saídas, muitas vezes por uma ideia de medicalização da vida, usando teorias neurocentradas, para tentar determinar uma causa. E aí, pensando tudo isso, imaginemos como era o corpo negro dentro do Brasil há mais de 500 anos.

Assim, eu entendo, enquanto teórico, o quanto que a minha obra não só vem questionar. Afinal, eu começo justamente por conta de duas tentativas de suicídio. No passado, eu tentei, eu gritei. E aí eu escrevo uma frase, que hoje eu falo: sabemos onde dói, mas poucas pessoas conseguem enxergar. Será que de fato eu existo? Será que de fato nós existimos?

Mais do que saber o que devemos falar e fazer, é saber se somos capazes de suportar escutar. Jota Mombaça nos ensinou isso. Portanto, diante do fenômeno do suicídio interseccionalizado com o racismo, com a LGBTfobia, é importante refletir sobre necessidade de um cuidado interseccional, de um olhar interseccional, e principalmente a necessidade de lidar com cuidado que eu não sei muitas vezes como vai ser. Isso é romper com a lógica, com a política do saber, da postura do poder e da postura científica. Então, diante disso, eu me orgulho do trabalho que eu tenho feito, dos grupos de acolhimento, das pesquisas, dos materiais e da luta que eu não travo sozinho, que eu travo dentro de um coletivo. ●



PAULO NAVASCONI

Psicólogo, membro do coletivo Yalodê-Badá e do Núcleo de Estudos Interdisciplinar Afro-Brasileiro da UEM (NEIAB). Professor em Psicologia no Centro Universitário Cidade Verde (UNIFCV), em Maringá (PR). Autor do Livro: Vida, Adoecimento e Suicídio: Racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros LGBTTIs.

Para ir além dos muros: o encontro entre Psicologia e movimentos sociais

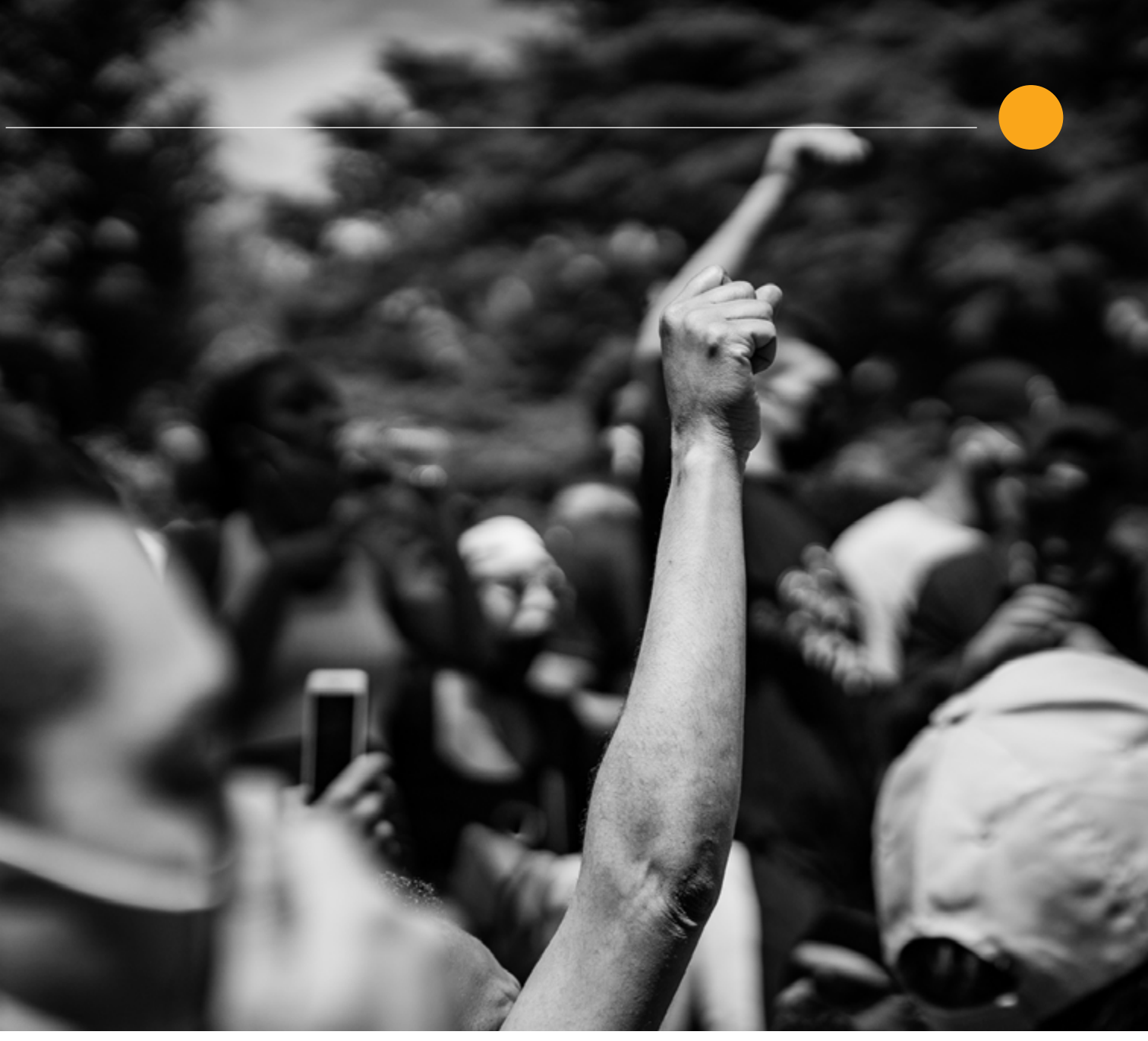
POR
ALINE DA SILVEIRA MUNIZ
BIBIANA VALIENTE UMANN BORDA
CAROLINA DOS REIS
FABRICIO GONÇALVES KRAMBECK
JACINTA ANTONIOLLI TESTA
LUIS ARTUR COSTA
LUIS HENRIQUE DA SILVA SOUZA

Nós não queremos que a universidade venha aqui pra nos escutar, não queremos que vocês venham aqui fazer roda de conversa com a gente, não queremos ser objeto de pesquisa. Nós queremos parceiros que estão ao nosso lado, porque entendem que essa luta também é sua", disse-nos Ezequiel de Morais, militante do direito à cidade.

Esse diálogo, acertadamente provocativo, deu início a uma parceria com diversas frentes de trabalho na cidade de Porto Alegre – tomando forma em nosso grupo de extensão, "Ocupas: cidades, resistências e produção de subjetividade", do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A afirmação de Ezequiel nos convoca a assumir e enunciar nossa posição ético-política dentro das disputas pelo direito/acesso à cidade e pelo direito à moradia, bem como frente aos modos como a universidade constrói relações de trabalho para além de seus muros.

A afirmação nos desloca de um lugar algumas vezes assumido pela universidade de, na melhor das hipóteses, situar-se frente aos movimentos sociais como um saber técnico-auxiliar. Isso quando não está (o que talvez seja o mais comum) situada a partir de uma relação extrativista, colonialista, que os tomará como objetos de investigação, conduta que pode multiplicar violências. Em recusa a esses modos de relação extramuros edificados pela universidade, a afirmação de Ezequiel

> "É tarefa da Psicologia aliar-se à produção de vida. Talvez seja no encontro com movimentos sociais onde mais aprendemos sobre isso. Vemo-nos diante da construção histórica do nosso campo de saber, que, ao longo de muitos anos, forjou uma suposta dicotomia entre Psicologia e política."



nos convoca a outro lugar: imediatamente dentro dos movimentos e, assim, também com eles em movimento; deslocando os próprios saberes técnicos que supostamente teríamos a oferecer. É tarefa da Psicologia aliar-se à produção de vida. Talvez seja no encontro com movimentos sociais onde mais aprendemos sobre isso. Vemo-nos diante da construção histórica do nosso campo de saber, que, ao longo de muitos anos, forjou uma suposta dicotomia entre Psicologia e política.

Talvez seja por isso que, para muitas pessoas, quando falamos em Psicologia e quando falamos em política, sua imaginação logo é tomada por imagens completamente diferentes e, em alguns casos, até mesmo antagônicas. Diante da palavra "Psicologia", muitas vezes a primeira imagem que vem à mente é aquela tradicional arquitetura dos consultórios e sua construção de um *setting* agradável que promova privacidade e conforto, de modo a facilitar o processo de construção de um vínculo de confiança entre a(o) profissional psi e a pessoa escutada.

Já diante da palavra "política", muitas vezes a imagem que surge é de uma praça, largo ou grande avenida tomada por uma multidão a manifestar-se publicamente. Os austeros tons pastéis da figuração de um consultório com alguns livros, plantas e uma ampla janela da qual se vê a copa de algumas árvores praticamente se

FOTO: ADOBE STOCK



contrapõem à caleidoscópica imagem da rua transbordando cores, cantos e danças. Bem sabemos que este pretenso antagonismo nada mais é do que a reedição do binarismo que pretende cindir de modo absoluto e agudo nossos habitares entre o público e o privado. Bem sabemos, também, que tal pretensão de separação sempre se desfaz na miríade de paradoxos que esfumaçam e complexificam as fronteiras em verdadeiras tramas: assim, quando olhamos de perto, vemos que as linhas diante das quais antes víamos fronteiras na realidade tecem articulações que tornam a dimensão da clínica inseparável da dimensão política, assim como a dimensão privada se faz imanente à pública.

Um dos pontos por meio dos quais podemos perceber com nitidez a articulação imanente entre clínica e política, entre privado e público, é a agência promovida pelas organizações que costumamos nomear de modo geral como "movimentos sociais". Trata-se de coletivos que, unidos em torno de um projeto de mundo comum, organizam-se para resistir às violações de direitos e lutar por transformação social. Os movimentos sociais dos quais falamos combatem cotidianamente a exclusão, o racismo, o machismo, o classicismo, a LGBTQIA+Fobia – em contextos trabalhistas, educacionais, urbanos ou rurais –, ampliando os alcances da imaginação política e tornando alcançável a construção de mundos outros, mais interessantes de se habitar.

Ainda que os movimentos sociais tenham se construído na busca por mudanças no campo social, enquanto a Psicologia foi historicamente lançada ao interior do sujeito (sendo este tomado como seu campo

de ação e transformação), sabemos que esta cisão é forjada. Trata-se de uma aposta ético-política questionar a organização do fazer psi, a fim de torná-lo uma ferramenta para a transformação da vida cotidiana – ou melhor, da vida política.

O que se faz, então? Atendimentos psicoterápicos, acompanhamentos terapêuticos, escutas qualificadas, oficinas, grupos terapêuticos. Mas não só, isso, há também reuniões organizativas, encontros itinerantes, assembleias, fóruns, debates, mutirões. O fazer psi com movimentos sociais não se restringe ao acompanhamento individual de militantes: anda-se ao lado dos coletivos. Quando a Psicologia vai às ruas, às ocupações, aos barracos, aos mutirões, não há *setting* controlado nem paredes em tons pastéis que se sustentem. Apostamos no caminhar junto – sabendo que esta não é tarefa fácil. Nossos saberes e práticas são a todo instante questionados, interpelados, tensionados.

Quando a Psicologia vai às ruas, às ocupações, aos barracos, aos mutirões, não há *setting* controlado nem paredes em tons pastéis que se sustentem. Apostamos no caminhar junto – sabendo que esta não é tarefa fácil.

Torna-se necessária a investida em outros referenciais teóricos, que não só busquem dar conta do campo no qual nos inserimos como não produzam violência aos corpos com os quais caminhamos. Torna-se necessária a investida em outras metodologias, que se impliquem na promoção de cuidado e estejam alinhadas à produção de vida pela qual se batalha nestes territórios. Em uma cinesia de dupla afetação, a Psicologia não apenas se coloca e se oferece à luta como também torna-se também movimento: faz-se, desfaz-se, move-se.

A Psicologia que se encontra com os movimentos sociais – em cada curva, esquina ou bifurcação – é uma Psicologia da praça pública. A imprevisibilidade que os encontros possibilitam potencializa as construções coletivas, tecendo práticas de contestação, de reivindicação e de abertura para a expressão das múltiplas formas de existências. Tanto os sujeitos quanto os seus fazeres são políticos, conduzindo condutas e produzindo mundos. A política, por sua vez, torna-se também política dos afetos, das sensações, das paixões – longe do racionalismo ilusório que se quer dono do debate público. Não é difícil acabar deslizando nas dicotomias. Afinal, os limites entre Psicologia e política têm sido há muito tempo cravados: como cicatrizes-fronteiras, manifestam a história de um corpo-território. No entanto, é em uma imbricação indiscernível e indissociável que o encontro se dá – demandando que a Psicologia, como nas palavras de Ezequiel, se coloque ao lado dos movimentos sociais. ●



FOTO: ADOBE STOCK

"PENSE NA PSICOLOGIA COMO UMA CACHOEIRA: ENTRE PARA SE MOLHAR"

A história da psicóloga Marisa Helena Alves mostra o amor pela potência transformadora da profissão, ingrediente fundamental para animar as lutas do presente e inspirar as lutas do futuro

Era o final da década de 1970. O Brasil entrava no 15º aniversário de golpe militar. Em Uberaba (MG), floresciam as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ligadas à Igreja Católica, que incentivadas pela Teologia da Libertação e marcadas pelo regime militar autoritário, abriam espaço para defesa dos direitos humanos e dos mais pobres.

Por meio de uma CEB, a jovem Marisa Helena Alves conheceu as carências e misérias da população excluída e despossuída em sua própria cidade. "Com 16 anos me interessei pela Igreja. Via a organização e discussão política dentro da igreja. Tínhamos uma paróquia com um nível de vulnerabilidade muito grande. E então fui trabalhar com crianças e adolescentes em comunidades carentes, em uma CEB", conta.

Marisa também cursava o segundo grau, à época, e como toda adolescente de sua idade estava às voltas com as escolhas do futuro, com o que faria na idade adulta. Na casa de uma amiga, cuja irmã cantora arrebatava a comunidade uberabense à época, ela descobriu a profissão pela qual iria se apaixonar e que definira sua atuação por toda vida. "Um dia fui fazer trabalho de escola na casa da minha amiga e a irmã dela estava ensaiando, enquanto a gente estudava. Conversa vai conversa vem, ela me disse que fazia Psicologia na faculdade da cidade. Eu fiquei com aquilo na cabeça. Conversei muito com ela depois disso e no dia do vestibular decidi fazer aquela tal de Psicologia".

Ao entrar na sala de aula da Faculdade Integrada de Uberaba (Fiube), como estudante daquela tal Psicologia, foi paixão à primeira vista. "Descobri muito cedo que a Psicologia é transformadora e tem um lugar social, embora este lugar social ainda não estivesse presente nos currículos", relembra. O clima era contagiante na universidade à época, e arrebatou a jovem estudante. Ela encontrou na Psicologia o espaço para discutir o sofrimento das pessoas e o momento político da época. "Em 78, estávamos vivendo a ditadura e o movimento estudantil era muito forte. Os alunos de Psicologia eram muito atuantes. Eu me engajei rapidamente e logo já fazia parte das reuniões, grupos de discussões nas repúblicas, passeatas e organizações. Como já integrava o movimento das CEBs, dei continuidade a esse trabalho de base, criando vínculos", conta.

> "Descobri muito cedo que a Psicologia é transformadora e tem um lugar social, embora este lugar social ainda não estivesse presente nos currículos."

Apesar da atitude engajada dos estudantes, os cursos de Psicologia nos anos 1970 priorizavam a formação do profissional para atuação clínica, nas escolas e nas organizações. No curso de Marisa não era diferente. Contudo, esta lacuna estava prestes a ser preenchida pelos alunos, que por iniciativa própria criaram grupos de discussão sobre novos temas e também por professores que vieram de longe com ideias instigantes.

Um professor e psiquiatra vindo da Universidade de São Paulo (USP) apresentou as teses do italiano Franco Basaglia, conhecido médico e psiquiatra que criou o movimento pela Reforma Psiquiátrica, sob o nome de Psiquiatria Democrática. "Esse professor nos ensinou a olhar para o manicômio como lugar segregado e discriminatório. Como lugar de dor e sofrimento, que não deveria existir. Um lugar que causava mais doença do que cura", conta.

Além do humanista professor da USP, outra pessoa iria mexer com as ideias da futura psicóloga: a professora Liane Cordeiro, que abriu o universo da Psicologia Comunitária para os ávidos estudantes. "Isso foi um grande salto na nossa formação e que casou com o que já fazíamos nas comunidades e na base. Deu um salto no curso. Fomos entender o quanto a Psicologia podia contribuir naquele trabalho", relembra.

Com muitas ideias na cabeça e psicóloga já formada, Marisa Helena, mudou-se de Minas para Cuiabá (MT),

onde de fato colocou sua formação em ação em diversos campos da Psicologia. "Ao chegar no Mato Grosso, tínhamos ideias transformadoras da Psicologia Social voltada para as questões coletivas. Fundamos uma Associação de Psicólogos e trabalhávamos muito em torno dela. Ela congregava as pessoas para discutir as inúmeras questões ligadas à Psicologia", relata.

ORGANIZANDO A CATEGORIA

A constituição de um Conselho Regional de Psicologia é feita por meio de várias etapas e critérios que são acompanhados pelo Conselho Federal e apreciados pela Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf). Na década de 1980, por exemplo, o Conselho Regional de Psicologia (CRP6) era formado pela tríade São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Apenas em 1996, os estados do Centro-Oeste conseguiram se desmembrar de SP, formando o CRP14, com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e sede em Campo Grande. Finalmente, 14 anos depois, em 2010, Mato Grosso tornou-se um Conselho independente, constituindo o CRP18/MT, com sede em Cuiabá.

Marisa participou de todo esse processo desde sua chegada à capital de Mato Grosso. Ela se tornou presidente do CRP14 de MT e MS, e sua gestão fomentou a discussão da independência do Conselho de MT. Ela elaborou todo projeto para o seu desmembramento final, demonstrando sua viabilidade, número de profissionais e sustentabilidade financeira. Finalmente, em 2010, o projeto foi apresentado na Apaf do Conselho Federal e aprovado. Desde então, o CRP18 possui sede em Cuiabá, onde Marisa Helena ocupou cargos de Tesoureira de 2010 a 2016.

"Os CRPs estão a serviço da sociedade. Os Conselhos cuidam dos interesses do bom exercício da profissão e para que a ciência e a Psicologia sejam aplicadas pelos psicólogos em benefício da sociedade por meio de suas orientações, normas e fiscalização. O Sistema Conselhos possibilita esse diálogo com a sociedade e com as populações vulnerabilizadas. Onde o direito humano seja violado o profissional deve atuar. Ele pode ser uma voz em defesa dos direitos humanos", defende.

A criação e independência do Conselho gerou novos frutos, como núcleos no interior e a categoria se aglutinou ainda mais a partir do contato próximo da categoria com seus Conselheiros. "O desmembramento teve um impacto positivo porque era um anseio da categoria. O fato repercutiu muito positivamente e o interior acabou desenvolvendo núcleos próprios. O que estava disperso começou a se aglutinar com o desmembramento e a sede. Fizemos o projeto "CRP vai ao interior", que ajudou a unir a categoria e inclusive promover o contraditório, porque estamos em uma democracia e ela é saudável para o nosso crescimento", ressalta.

A LUTA PELA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Os ecos das ideias da adolescente participante da CEBs e da graduanda atuante reverberavam, na prática, em sua profissão. Além da estruturação das organizações de psicólogas(os), Marisa Helena, plantou, regou e colheu vários frutos no campo das políticas públicas. Enquanto viabilizava discussões para o desmembramento do CRP de MT, ela estudou e passou no concurso público da Secretaria de Saúde do Estado do Mato Grosso ainda na década de 1990, "foi quando entrei mesmo na saúde mental", demarca. Lá, ela se tornou coordenadora



MARISA HELENA ALVES

Mestre pela Universidade Católica Dom Bosco e especialista em psicanálise e educação e saúde mental. É coordenadora e docente do curso de Psicologia da Faculdade Católica de Mato Grosso e Conselheira do CFP.

de Saúde Mental do estado e criou o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (Caps) do Mato Grosso, propondo, concebendo e capacitando profissionais para uma atuação na perspectiva de redução de danos e plantando as sementes de uma nova rede de atenção à saúde mental.

Antes disso, no final dos anos 1980, Marisa chegou a experimentar a ausência uma rede de atenção humanizada no atendimento à população. Seu interesse pela saúde mental a levou a trabalhar no Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho, no mesmo momento em que o Brasil discutia uma nova Constituição que revolucionaria a prática da Psicologia. O modelo, à época, era o da internação de pacientes com transtornos mentais e uso abusivo de álcool e outras drogas em hospitais psiquiátricos, como o que havia Cuiabá, com 150 leitos.

Nesta unidade, ela comprovou a ineficácia do modelo "hospitalicêntrico, de exclusão, de manutenção da doença em detrimento de produzir saúde", conta. No Adauto Botelho foi palco de uma luta travada pela humanização do atendimento e implantação de novas práticas no tratamento. Conquistas, ainda que pequenas, foram obtidas, embaladas pelos ares frescos da Reforma Sanitária brasileira, criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo caldo que já se formava em torno de uma Reforma Psiquiátrica no Brasil.

A batalha pela humanização da rede de serviço, contudo, sofreu um revés em Mato Grosso quando – embora já proibido pelo Ministério da Saúde, e com o apoio do Governo do Estado – um grupo privado do Paraná conseguiu implantar o primeiro hospital psiquiátrico do estado, na capital: o Instituto de Neuropsiquiatria, que chegou a ter capacidade para 500 leitos, dos quais 483 eram destinados ao SUS. Ele passou a funcionar em outubro de 1990.

Conta Marisa que a implantação deste hospital caracterizava uma prática contrária à Reforma Psiquiátrica e Sanitária em curso no Brasil, o que reaglutinou o movimento com denúncias de práticas ultrapassadas e já questionadas. A despeito do movimento contrário, a partir de então, toda a população de Cuiabá e de quase todo estado de Mato Grosso ficou dependente dos serviços de um único hospital privado, no estado. O hospital público foi fechado e todos os pacientes, transferidos para o novo Instituto, movimento que privatizou a assistência psiquiátrica em MT. Os funcionários do antigo Adauto Botelho foram dispersados e transferidos para outras unidades.

Dois anos e meio depois, em 1993, o hospital público reabriu sob o nome de Centro Integrado de Atendimento Psicossocial (Ciap) Adauto Botelho, para funcionar como pronto-socorro, ambulatório, internação de curta permanência e hospital dia. Reformado e com nova estrutura, a unidade pública não ofertava leitos suficientes – cerca de 1960 – para se contrapor ao modelo privado criado pelo próprio Estado.

Um conjunto de acontecimentos a partir daí, tais como Encontros de Saúde Mental de Mato Grosso, auditorias no Instituto de Neuropsiquiatria, discussões sobre novas propostas terapêuticas no Ciap, possibilitou a reversão do modelo vigente, sobretudo com a apresentação da proposta de política da saúde mental orientada pelos princípios da Reforma Psiquiátrica e sua aprovação no Conselho de Saúde do Município de Cuiabá, em 1995. "O marco deste processo é a Constituição de 88 que também é um marco para a Psicologia que passou a ser voltada para as políticas públicas. Com isso, conseguimos reorientar a política de saúde mental em todo estado, o que deu origem a toda a rede de serviços", conclui.

O Instituto de Neuropsiquiatria ainda sobreviveu até o final da década de 1990, quando foi fechado, abrindo espaço para a consolidação de uma nova rede de serviços e equipamentos públicos de atendimento psiquiátrico, tais como as Residências Terapêuticas.

CONSTRUINDO O FUTURO DA PSICOLOGIA

A docência também transpassou a vida de Marisa Helena. No início de 1990, ela iniciou sua carreira integrando a Universidade de Cuiabá (Unic), onde foi professora e coordenadora do primeiro curso de Psicologia em Mato Grosso. No Centro Universitário de Várzea Grande, foi também professora e coordenadora do curso de Psicologia.

Marisa levou sua energia pioneira além, para Faculdade Católica de Mato Grosso onde deu início à matéria de Psicologia nos cursos livres de Filosofia e Teologia, ainda não reconhecidos pelo Ministério da Educação, na preparação de seminaristas. Mais tarde, ela ajudou a estruturar o processo de reconhecimento dos cursos junto ao MEC, a certificação dos alunos e a ampliação da oferta de cursos, inclusive de Psicologia.

"Sempre me preocupei muito com a questão da formação. Pesquisei e encontrei uma nova metodologia na qual o estudante é protagonista de sua formação. Trata-se da Aprendizagem Baseada em Problema (PBL, sigla oriunda do inglês *Problem Based Learning)*. E já formamos duas turmas a partir dela", explica. Marisa coordena o curso atualmente e atua para que ele permaneça formando profissionais que reconheçam sua importância social no contexto brasileiro.

Quando pergunto como ela conseguiu tempo para fazer tudo isso, ela diz que da forma como me concede a entrevista, atendendo ao telefonema de uma professora, respondendo mensagem de um aluno e presidindo a Comissão Eleitoral Regular. "Do ponto de vista pessoal, tudo que tenho me foi dado por esse trabalho com a Psicologia. Ela sempre foi minha mantenedora. Me realizei pessoal e financeiramente, o que se traduz em segurança emocional. Quanto mais a gente se disponibiliza para a profissão, mais a gente tem o retorno dela", reflete.

> "Sempre digo para os meus alunos. Pensem na psicologia como uma cachoeira. Entre para se molhar. Ninguém entra em uma cachoeira com capa de chuva. Entre com a cabeça livre e, de preferência, sem roupa."

Ainda hoje, é possível ver aquela paixão do primeiro dia de aula em Marisa Helena, que parece ter seguido o mesmo conselho que ela deixa para as(os) futuras(os) psicólogas(os): "sempre digo para os meus alunos. Pensem na Psicologia como uma cachoeira. Entre para se molhar. Ninguém entra em uma cachoeira com capa de chuva. Entre com a cabeça livre e, de preferência, sem roupa". ●



ILUSTRAÇÕES: ADOBE STOCK

Mulheres na Psicologia: uma jornada de vitórias e desafios

Como a luta feminista impactou positivamente o desenvolvimento da Psicologia e do Sistema Conselhos ao longo dos anos

O Brasil presenciou neste ano a eleição da primeira presidente travesti de um conselho de categoria profissional. Um marco histórico, especialmente para a Psicologia. Céu Cavalcanti estará à frente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro até 2025 e representa, com a sua vitória, mais uma conquista da luta femininista.

"Eu sinto que a possibilidade de estar nesse lugar já é efeito de um conjunto de construções feministas dentro da Psicologia. Não tem como pensar na possibilidade da existência, por exemplo, de diversidade de gênero na composição de quadros, nos plenários variados, seja em qualquer lugar, sem entender que já há ali um debate sobre direitos humanos, sobre diversidade, sobre respeito às diferenças de algum modo", afirma Céu.

Até que se chegasse a esse marco, foram muitas lutas e transformações, iniciadas muito antes da regulamentação da profissão no Brasil. Hoje, as mulheres representam 90% da categoria no país e cada vez mais impactam positivamente na atuação do Sistema Conselhos.



JEANE TAVARES

Psicóloga doutora em Saúde Pública pelo ISC/UFBA e mestre em Saúde Comunitária pela UFBA. Professora na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Membro colaborativo do GT de saúde da pop negra da Sociedade Brasileira de Medicina de família e Comunidade (SBMFC).

A psicóloga Jeanne Tavares, mestre em Saúde Comunitária e doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, não só acompanhou como fez parte desse avanço da representatividade feminina dentro da própria categoria. Formada há 22 anos, ela presenciou mudanças sociais significativas que refletiram em mudanças no Conselho Federal de Psicologia, até então ainda muito tradicionalista, no sentido de pensar uma Psicologia neutra, meramente científica. "Toda a produção, as resoluções, as discussões eram muito distantes dessas discussões sobre gênero, sobre raça, sobre capacitismo, sobre Direitos Humanos, sobre questões que são definidoras para vida em sociedade, portanto, definidoras da saúde mental da população", recorda.

O início dos anos 2000 foi marcado pela transição do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso para a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Tavares, tal mudança foi reflexo de movimentos políticos e sociais que influenciaram na categoria, na representação do Conselho e na forma como a psicóloga se vê na sociedade e pensa a sociedade. "Não é que os movimentos sociais, que trazem essa discussão de gênero, vão aparecer nos anos 2000. Eles são anteriores, mas só conseguem trazer uma mudança efetiva na atuação da categoria a partir também de uma mudança política no contexto geral e específico no Sistema Conselhos".

Nesse cenário, afirma, a forma de pensar e de pesquisar da própria comunidade científica mudou. Houve um rompimento de paradigmas e um deslocamento do olhar para o que é prioritário na Psicologia e para o que é saúde mental, deixando de considerar apenas o indivíduo e sua subjetividade, para enxergá-lo como parte de um contexto que tem impacto na sua vida.

Além disso, com a implementação efetiva do SUS e a entrada da Psicologia neste, houve importante mudança na abordagem clínica, que precisou se distanciar do modelo de atuação que herdou dos anos 1960 e 1970, para pensar um sistema de saúde complexo para atender pessoas fora do *setting* terapêutico.

"Então a gente entrou na casa das pessoas. A gente foi para o contexto e não era qualquer contexto. A gente foi para a favela, para o CAPS, para o SUAS. E passou a ver uma sociedade que a Psicologia não via, porque não

> "Não é que os movimentos sociais, que trazem essa discussão de gênero, vão aparecer nos anos 2000. Eles são anteriores, mas só conseguem trazer uma mudança efetiva na atuação da categoria a partir também de uma mudança política no contexto geral e específico no Sistema Conselhos."



atendia. Essa sociedade não existia para a Psicologia, porque, mesmo fazendo suas pesquisas com pessoas pobres, a análise era baseada na classe média-alta. E como não se racializava, como não se pensava gênero, como não se pensava os fatores sociais amplos, era uma Psicologia feita a partir de transmissão de livros".

A Psicologia passou então a lidar com um público sem proteção social, especialmente formado por mulheres negras e pobres, expostas a diversas formas de violência e a problemas até então pouco acessados pelas profissionais da área. Isso porque, apesar de estudos feministas já existirem desde a década de 1970, estes pouco reverberaram e só foram ter algum impacto na Psicologia quase 50 anos depois.

Jeane destaca que nomes importantes de pesquisadoras do movimento feminista negro, como Lélia Gonzalez e Angela Davis, por exemplo, só chegaram na Psicologia recentemente, após as políticas de interiorização das universidades e de cotas raciais. Para ela, a entrada sistemática de pessoas negras nas universidades foi uma das coisas mais importantes que aconteceram em termos de produção de conhecimento, de mudança da sociedade como um todo.

"É na mudança da universidade que a gente muda a formação e que a gente cria uma nova categoria profissional. É na universidade que a gente ensina a base técnico-científica, para que a atuação do psicóloga seja ética na escola, seja tecnicamente adequada e que esteja aberta para produzir conhecimento e aprender com mulheres negras, mulheres negras mulheres indígenas, sexualidades que não são héteros cis normativas", defende.

"A gente foi para a favela, para o CAPS, para o SUAS. E passou a ver uma sociedade que a Psicologia não via, porque não atendia. Essa sociedade não existia para a Psicologia, porque, mesmo fazendo suas pesquisas com pessoas pobres, a análise era baseada na classe média-alta. E como não se racializava, como não se pensava gênero, como não se pensava os fatores sociais amplos, era uma Psicologia feita a partir de transmissão de livros"



No âmbito do Sistema Conselhos, a luta feminista e de diversos movimentos sociais refletiu, ao longo dos anos, na produção de resoluções que orientaram o exercício profissional.

A Resolução CFP nº 18/2002 trouxe normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Em 2018, a Resolução nº 1/2018 destacou que as psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero. A mais recente, Resolução nº 8/2020, regulamentou o exercício profissional da psicóloga e do psicólogo ante as violências de gênero, sobretudo contra a mulher.

A PRIMEIRA TRAVESTI À FRENTE DE UM CONSELHO PROFISSIONAL

Céu Silva Cavalcanti é psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nascida no interior pernambucano, em 2018 se mudou para estudar no Rio de Janeiro, onde é doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No mesmo ano em que a Psicologia celebrou 60 anos de regulamentação no Brasil, Céu conquistou o feito histórico de ser a primeira travesti a comandar um conselho profissional no país. “Isso era da ordem do inimaginável um tempo atrás. Mas a gente vai abrindo brechas, inclusive nos campos da imaginação, nos campos dos que, coletivamente, a gente consegue imaginar, de como a gente projeta imagens. Então essa disputa que é no campo do simbólico, também é uma disputa no campo do político”, comenta.

> “a Psicologia brasileira, as pessoas que fazem a psicologia brasileira e as pessoas que fazem o Sistema Conselhos começam a se pautar desde perspectivas do feminismo interseccional, dos feminismos negros, dos feminismos que apontam a diferença como fundadora das coletividades.”

Para Céu, isso já é um efeito de quando, em determinado momento histórico, "a Psicologia brasileira, as pessoas que fazem a Psicologia brasileira e as pessoas que fazem o Sistema Conselhos começam a se pautar desde perspectivas do feminismo interseccional, dos feminismos negros, dos feminismos que apontam a diferença como fundadora das coletividades".

Na certeza de muitos avanços ainda estão por vir nas próximas décadas, Céu espera que venham mais conquistas em direção aos direitos humanos, ao fortalecimento cada vez mais intenso das políticas públicas, dos grandes sistemas, da redução da desigualdade e da promoção da dignidade.

"No fim, eu tenho pensado que essa é a nossa grande função enquanto categoria: promover cuidado, promovendo a dignidade também. Dignidade em todos os níveis que a gente pensar. Então, não à toa, a gente tá trabalhando no SUAS, não à toa a gente está trabalhando nos territórios, não à toa a gente trabalha também nos serviços de desinstitucionalização. Porque, se a gente pega o cerne, a semente ética desse trabalho, do que nos une, é a promoção da dignidade para esse sujeito. Então eu espero muito mais como um desejo do que como uma antevisão que a Psicologia siga mirando na promoção, na produção de dignidade e que isso se faça também a partir das nossas grandes políticas públicas".

Céu compõe ainda a diretoria nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) e integra o conselho consultivo da Associação Brasileira de Estudos da Trans-homocultura (ABETH). A partir de articulações do Congresso Nacional de Psicologia (CNP), participa desde seu início da Articulação Nacional de Psicologues Trans (ANP Trans). ●

> "Isso era da ordem do inimaginável um tempo atrás. Mas a gente vai abrindo brechas, inclusive nos campos da imaginação, nos campos dos que, coletivamente, a gente consegue imaginar, de como a gente projeta imagens. Então essa disputa que é no campo do simbólico, também é uma disputa no campo do político."

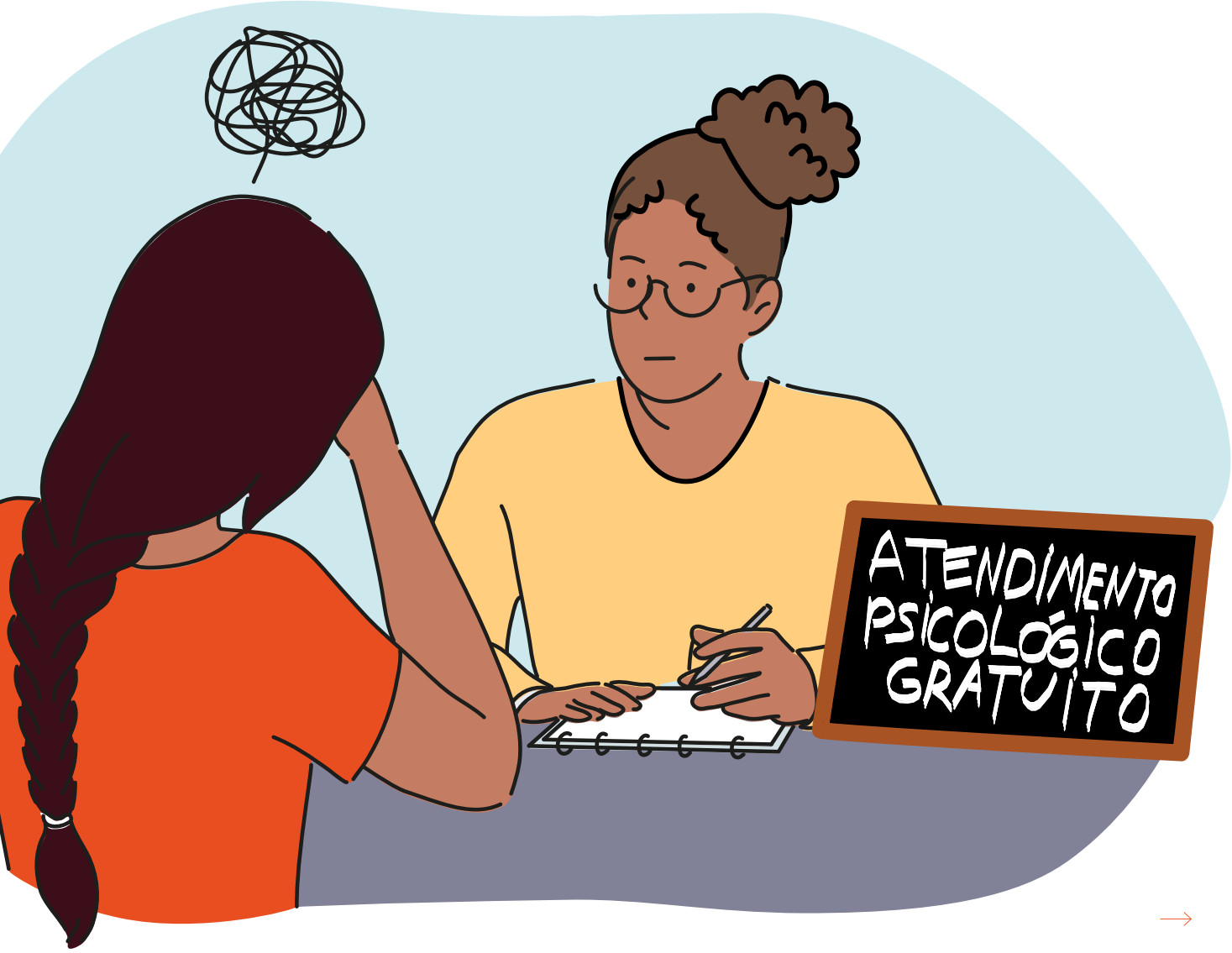


CÉU CAVALCANTI

Doutoranda em Psicologia pela UFRJ, professora de Psicologia na Unisuam, integrante da diretoria nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Profissão psicóloga(o): quem é e como atua a(o) profissional no Brasil do século XXI?

Após quase 40 anos da primeira pesquisa, o Conselho Federal realiza a maior investigação sobre o exercício profissional em Psicologia do mundo



ILUSTRAÇÕES: ADOBE STOCK

Versátil, abrangente e diversa são algumas características que fazem da Psicologia uma das profissões mais desejadas do país. Para se ter uma ideia, em meados da década de 1980, eram cerca de 50 mil profissionais. Hoje, já são quase 430 mil e, segundo o Ministério da Educação, somente em 2020 foram feitas 275.771 matrículas em faculdades de Psicologia em todo o território brasileiro.

Se por um lado os números comprovam o potencial da área para atrair novas(os) estudantes, por outro reforçam o imenso desafio de compreender a realidade profissional no Brasil de hoje. É neste ponto que entram em cena as pesquisas que investigam o perfil da profissão.

No final dos anos 1980, o Conselho Federal de Psicologia realizou a primeira grande investigação na área, com a participação de mais de duas (dois) mil profissionais. Além de entender o estado da arte da profissão e as especialidades mais escolhidas, o levantamento também buscou identificar o impacto da qualidade da formação universitária na atuação profissional. De lá para cá, outras pesquisas foram feitas sem, contudo, expressar um quadro mais abrangente da profissão.

A nova gestão, que assumiu o CFP no início de 2020, trouxe o desafio de atualizar o panorama da atuação profissional na Psicologia brasileira por meio de uma nova pesquisa, feita em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT) e com o Grupo de Trabalho "Configurações do Trabalho na Contemporaneidade e a Psicologia Organizacional e do Trabalho", da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Ambas as entidades apoiadoras compõem o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB).

Foram 20.207 questionários respondidos por psicólogas(os) de todo o país entre outubro de 2021 a março de 2022. Para conversar um pouco sobre a pesquisa, a Diálogos entrevistou o psicólogo e atual conselheiro do CFP Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, coordenador-geral do Censo da Psicologia Brasileira 2021. Por coincidência, Virgílio também integrou a gestão do CFP que realizou a pesquisa nos anos 1980. Nas próximas páginas, um pouco de história, novidades sobre a pesquisa e alguns *"spoilers"*. Boa leitura!

Diálogos Virgílio, após quase 40 anos, o CFP retoma o desafio de atualizar o panorama da Psicologia no Brasil. Como a ideia nasceu?

Virgílio: Foi um compromisso assumido pela atual gestão. Colocamos na nossa plataforma de trabalho e no nosso planejamento estratégico a necessidade de realizar esse Censo da Psicologia Brasileira após tantos anos da primeira pesquisa. Nossa profissão mudou muito, se ampliou, se desenvolveu e, portanto, não ter esse panorama atualizado é uma grande lacuna, tanto para o Conselho, que é a autarquia que orienta, acompanha e fiscaliza, como para a sociedade, que é a grande interessada no desenvolvimento da Psicologia. A questão é que três meses após tomarmos posse, veio a pandemia, que causou um impacto muito forte na nossa gestão e isso exigiu um tempo até conseguirmos nos adequar a esse novo cenário



ANTÔNIO VIRGÍLIO BASTOS

Psicólogo, doutor em Psicologia pela UnB e mestre em Educação pela UFBA, é professor titular em Psicologia Social das Organizações na UFBA e conselheiro do CFP.

tão desafiador. Por isso, somente em 2021 é que começamos a preparar o Censo, que levou alguns meses e foi bem trabalhoso porque envolvia o desenho da pesquisa em si, além da organização da equipe, as tratativas todas, as adequações etc. Em outubro, começamos efetivamente a coleta de dados. Foram mais de 20 mil participações com amostras representativas de cada regional. Uma informação interessante para destacar são amostras estatisticamente significativas para cada Conselho Regional, o que nos permitirá, oportunamente ir além desse quadro nacional que estamos traçando no livro e aprofundar a compreensão de realidades regionais específicas. Podemos afirmar que é a maior pesquisa já realizada sobre a profissão, o maior levantamento brasileiro, quiçá do mundo, com essa quantidade de participações. Aliás, sobre o exercício profissional da Psicologia, não tem. É o maior já realizado no mundo.

Diálogos Sobre o trabalho em si, quem esteve com a "mão na massa" diretamente?

Virgílio: Na fase da pesquisa, foram os pesquisadores do GT "Configurações do Trabalho na Contemporaneidade e a Psicologia Organizacional e do Trabalho", da ANPEPP, do qual também participo. Foi esse grupo que esteve na linha de frente do trabalho, desde a preparação inicial até a coleta dos dados. No âmbito do Conselho, também tivemos a participação da CCAP e da CDH, que construíram módulos específicos de seu interesse. Agora, uma segunda parte do trabalho está sendo feita, que é, efetivamente, a interpretação dos dados e a redação dos capítulos do livro que estamos preparando para apresentar os dados e que será lançado no VI CBP – Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. É um trabalho enorme e humanamente impossível de ser realizado somente pelo Grupo de Pesquisa. Então, ampliamos bastante as pessoas envolvidas, que convidamos para interpretar e redigir cada um dos 27 capítulos que teremos nos dois volumes do livro. Há mais colegas do atual plenário; há colegas de entidades do FENPB. É um grupo bem diverso e bem amplo, como bem cabe à nossa profissão.

> "Nossa profissão mudou muito se ampliou, se desenvolveu e, portanto, não ter esse panorama atualizado é uma grande lacuna, tanto para o Conselho, que é a autarquia que orienta, acompanha e fiscaliza, como para a sociedade, que é a grande interessada no desenvolvimento da Psicologia."



Diálogos Pode nos detalhar um pouco sobre o processo de coleta e apuração desses dados? A pesquisa foi toda on-line?

Virgílio: Sim, a coleta toda foi on-line e terminou em meados de março de 2022. Tinha um link que levava ao questionário. O CFP desenvolveu um amplo trabalho de divulgação nas redes sociais. Na etapa final, para completar a amostra de alguns regionais, tivemos uma equipe de estagiários que entrou em contato com profissionais para sensibilizá-los a responder, algo que deu resultados muito positivos. O questionário tinha uma parte comum, que todos respondiam, e a partir de um certo ponto as(os) participantes foram direcionados para duas rotas de questões. Em uma primeira rota, a(o) participante respondia sobre as condições de trabalho, a precarização do trabalho, o trabalho decente e a influência das novas tecnologias no trabalho. Na segunda rota, eram questões que buscavam compreender a concepção do participante sobre direitos humanos, democracia e, ainda, uma análise mais específica de avaliação psicológica, como é que ele lida com a avaliação psicológica. O módulo comum tomou dados de formação, inserção no trabalho, características dessa inserção (tipo de vínculo, renda, carga horária, áreas de atuação, processos de trabalho, atividades desenvolvidas). O módulo incluiu também uma avaliação da profissão e o levantamento de projetos futuros de cada respondente.

Uma novidade dessa pesquisa é que ela foi toda conduzida dentro das normas de respeito à diversidade. Então, a pessoa respondia como gostaria de ser tratada. "Eu quero ser tratada como psicóloga, psicólogo ou psicólogue", e daí o questionário se ajustava perfeitamente à forma do tratamento que a pessoa quer. Até o vídeo de abertura em que a nossa presidente Ana Sandra apresentava a pesquisa, tinha versões específica para cada tratamento escolhido pela(o) participante.

Diálogos As perguntas eram todas fechadas?

Virgílio: Não, tinham questões abertas e questões fechadas e esse foi o grande trabalho que a gente teve, porque lidar com questões abertas de mais de 20 mil participantes foi uma

loucura. Por exemplo, nós não fornecemos uma lista prévia com atividades realizadas para os participantes escolherem, foram eles que descreveram quais atividades realizam. Nós tivemos que sistematizar e caracterizar essas milhares de atividades. Um trabalho indescritível. Muitas questões fechadas (por exemplo área, contexto de trabalho) deixavam sempre a possibilidade de se acrescentar alternativas abertas ao final. Temos ainda um rico material a explorar com mais tempo. Para nós é fundamental divulgar nesse ano, em que comemoramos 60 anos de regulamentação da profissão, esse retrato atualizado do que somos hoje. Mas os dados coletados no Censo ainda irão gerar mais trabalhos e mais insumos para as entidades e para a própria categoria.

Diálogos **E como vocês se dividiram para analisar os dados? Quais foram os próximos passos?**

Virgílio: O primeiro passo foi trabalhar em cima da limpeza dos dados, o que em si também foi um supertrabalho. Só então é que pudemos começar a disponibilizar os dados e iniciar as análises de cada capítulo do livro. Temos uma equipe central e nela temos uma pessoa que foi responsável por montar o instrumento no sistema e nos deu um apoio fundamental nas análises dos dados e preparação dos resultados para os autores do capítulo. Foi o colega Hugo Sandall, hoje na diretoria da SBPOT. Ainda não consigo ter uma visão de todo o conjunto de dados que estão integrando os capítulos do livro.

Diálogos **Um trabalho imenso, mas o volume da coleta foi muito bom. Qual panorama inicial temos sobre atuação profissional no Brasil?**

Virgílio: Sim, foi muito bom! Claro que ainda estamos trabalhando na interpretação de todas as informações e na redação do livro, mas alguns dados gerais podemos citar. Do ponto de vista da atuação profissional, dos mais de 20 mil participantes, 17.176 atuam na Psicologia e 1.657 estavam fora, pois nunca se inseriram na profissão. Eles se formaram, estão inscritos no Conselho, mas nunca atuaram profissionalmente. Também tivemos 740 que se declararam desempregados/desocupados, mas que já tinham atuado na Psicologia. Também tivemos 634 que estavam trabalhando, não estavam desempregados, mas trabalhavam fora da Psicologia. Então, esse é o primeiro

> “Uma novidade dessa pesquisa é que ela foi toda conduzida dentro das normas de respeito à diversidade. Então, a pessoa respondia como gostaria de ser tratada. “Eu quero ser tratada como psicóloga, psicólogo ou psicólogue”, e daí o questionário se ajustava perfeitamente à forma do tratamento que a pessoa quer.” →

dado geral; 85% daqueles que estão no sistema conselhos atuam na Psicologia. E a permanência no sistema mesmo não atuando em Psicologia revela uma intenção de vir a atuar em algum momento da sua carreira.

Diálogos **E em termos geográficos, como as(os) profissionais estão distribuídos pelo Brasil?**

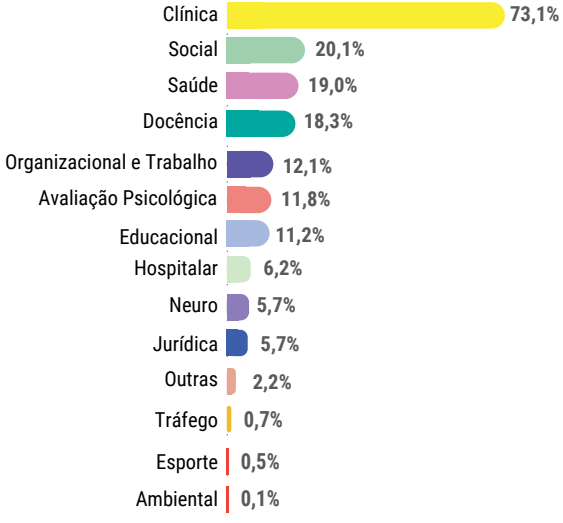
Virgílio: O Censo mostra que nossa profissão ainda é fortemente concentrada no Sudeste. São Paulo, Rio e Minas Gerais são os três estados que concentram mais profissionais. Depois, vem o Nordeste, o Sul, o Centro-Oeste e o Norte, que é a região com menor quantidade de profissionais. Um terço da profissão é católica, mas você já tem aí um contingente também expressivo de quem não tem religião, quase um terço não tem religião, depois tem aí uma parte que é espírita, protestante. Já quanto à formação, ela é fortemente vinda das instituições privadas, que é onde tem a maior parte dos cursos, do que das instituições públicas, pois 72% das(os) profissionais se formaram em instituições privadas e 27% em instituições públicas. A maioria, 83%, só tem mesmo a graduação de Psicologia e 16,7% combinam a Psicologia com outra profissão, outra formação. É uma profissão jovem, no sentido que ela cresceu muito nos últimos anos. Outro dado é que 50% da categoria tem até 39 anos.

Diálogos **Você afirmou que, do ponto de vista da diversidade, a pesquisa também trouxe novos tipos de informações. O que podemos adiantar sobre elas?**

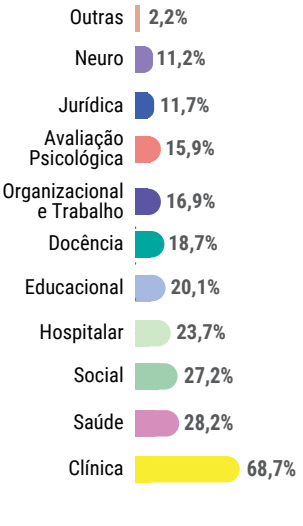
Virgílio: É que pela primeira vez temos dados sobre orientação sexual, gênero, raça e deficiência. No livro, teremos um capítulo específico para tratar da diversidade. Vamos lá: com relação à orientação sexual 83,8% se definem como heterossexual, 8% como homossexual, 7,1% como bissexual e 1% como pansexual ou assexual. Em termos de gênero, somos uma profissão feminina e a pesquisa corrobora o que já sabíamos: 79,2% das participantes são mulheres e apenas 20,1% homens.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

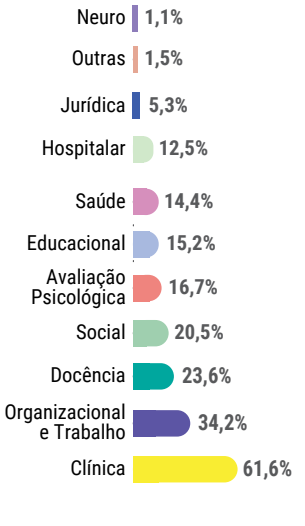
85% **Atuam na Psicologia** 17.176



8,2% **Aspiram atuar na Psicologia** 1.657



3,7% **Atuaram na Psicologia** 740



Tivemos, ainda, uma quantidade pequena de transgêneros que participou: 0,3%. É inédito esse mapeamento. E quanto à raça, 63,9% se definiram branca, 26,1% parda, 8,5% preta, 0,3% como indígena e 1,2% amarela ou oriental. Uma parcela de 5,4% citou que possui ao menos uma deficiência. Mas esses dados são ainda bem gerais. No entanto, estamos felizes por trazer essas informações e perceber que o caminho da luta pela diversidade e inclusão vale à pena!

> “Para nós é fundamental divulgar nesse ano, em que comemoramos 60 anos de regulamentação da profissão, esse retrato atualizado do que somos hoje. Mas os dados coletados no Censo ainda irão gerar mais trabalhos e mais insumos para as entidades e para a própria categoria”

Diálogos **Sabemos que as análises mais aprofundadas ainda estão sendo feitas; mas, de maneira geral, quais desafios você destacaria para os próximos anos Psicologia, a partir da leitura inicial dos dados?**

Virgílio: Os resultados sobre as condições de trabalho sem dúvida preocupam. Uma característica que notamos é que, em geral, as(os) profissionais precisam combinar vários trabalhos para sobreviver com um padrão de rendimento aceitável. Então, a primeira coisa que chama atenção é essa multiplicidade de vínculos de trabalho, que não são necessariamente vínculos de emprego e atribuímos isso, inicialmente, a uma precariedade das condições de trabalho. Muitas vezes a pessoa trabalha fora da Psicologia, e, na maioria dos casos, em ocupações de nível médio ou mesmo outras que não requerem formação superior. Muitas vezes essa atuação fora é combinada com um trabalho reduzido em termos de carga horária e rendimentos na Psicologia, como uma estratégia de não perder a relação com a profissão. Isso é uma questão preocupante em termos de políticas, porque será que essa fragmentação vem da falta de trabalhos que assegurem condições de sobrevivência dignas para as(os) profissionais ou de escolhas pessoais?

Para se ter uma noção: 65% atuam somente na Psicologia, 17% combinam a Psicologia com outros campos, 5% estão fora da Psicologia, 6% responderam que estavam desempregados e 6% nunca se inseriram profissionalmente. Ou seja, é um indicador de fragilidade, no seu global, esse é um dado que impacta a gente. Nós temos taxas de desocupação, em algumas regiões que chegam a 11% da categoria que está sem trabalhar, nem dentro nem fora da Psicologia. É o caso do Nordeste e do Norte, onde a situação é mais precária. Nós temos apenas 29% na categoria que tem apenas um



vínculo de trabalho, seja ele autônomo ou contratado, uma fonte de trabalho. Já 28% têm dois vínculos, 21% têm três vínculos e 10% têm quatro vínculos. Este último nos preocupa também, como é que ele está combinando esses trabalhos diversos e o que está por trás disso.

Diálogos **Mas o trabalho de forma autônoma é uma característica bastante naturalizada na profissão. Como podemos olhar para isso?**

Virgílio: Desde sempre as pessoas têm a representação da profissão a partir da atuação na Clínica que, lá atrás, era caracterizada por alcançar fatias mais elitizadas da população, em consultórios particulares, distantes de pessoas que não podem pagar. Naquela época fazíamos essa crítica. O que nós temos agora? De fato, a Psicoterapia é a prática mais dominante. Sabemos disso porque mais de 70% praticam a Psicoterapia, seja individual, de grupo ou de casal. É certamente o fazer mais hegemônico e isso nos surpreende, considerando a diversificação de contextos de inserção que se observou ao longo das últimas décadas, sobretudo com a inserção da Psicologia nas políticas públicas. Agora, o que a gente constata é que a atividade em clínica (ou a Psicoterapia) não está mais restrita aos consultórios particulares. Hoje, ela está no Serviço Único da Saúde (SUS) e em tantos outros espaços, como hospitais e mesmo CRAS. Ou seja, por um lado, a Psicoterapia cresceu muito e isso é superpositivo, pois cada vez mais pessoas têm acesso a esse serviço tão fundamental, sobretudo quando vemos os crescentes indicadores de sofrimento psíquico após a pandemia. Por essa razão, não se pode olhar para essa ampliação pelo prisma do elitismo, como víamos há tempos. Mas devemos reconhecer que a visão da atenção individualizada continua dominante.

Diálogos **Em que sentido?**

Virgílio: No sentido de entender a fragilidade desses vínculos que já citei, no seu global. Por exemplo, 78% das profissionais, das(os) psicólogas(os) possuem vínculos autônomos. Aquelas(es) que são assalariados constituem apenas 18% da profissão, as(os) que são apenas autônomos 35,5% e outros 25% possuem vínculos combinados, assalariado e autônomo.

Então, apesar de a profissão ter entrado nas políticas públicas, ter ampliado o campo de atuação, com muito mais psicólogas(os) no SUS e no Sistema Único

de Assistência Social (SUAS), muitos vínculos são frágeis. Nem sempre são contratos de pessoa física, às vezes é via MEI ou prestação de serviço sem vínculo empregatício. Chama a atenção, desde já, a fragilidade da remuneração de quem atua na área social. Então, temos vários indicadores de uma condição precária de inserção no trabalho e é um fenômeno que precisamos observar e monitorar, pelas implicações que tal precarização possivelmente tem sobre o desempenho e a qualidade dos serviços prestados.

Diálogos Em termos de impacto, como você avalia a importância do novo Censo para a Psicologia do presente e já visando a Psicologia do futuro?

Virgílio: Pensamos que o Censo pode funcionar como uma grande bússola para o Conselho, no sentido de embasar suas políticas a partir de um conhecimento mais profundo sobre as mudanças profissionais de uma maneira mais concreta. Afinal, nossa profissão é dinâmica, não é estática. Nossa produção científica também está avançando. Fatores conjunturais e estruturais nos afetam, as ferramentas e os processos de trabalho também vão se alterando. Um eixo fundamental que vamos conseguir analisar é como está a categoria profissional e os recém-ingressos na profissão. Como está a condição do nosso profissional como trabalhador nesse momento do mundo do trabalho? E os recém-ingressos, onde estão e fazendo o quê? Quais problemas enfrentam? A pesquisa vai trazer insumos específicos, independentemente dos dados sobre isso.

Outro eixo fundamental para análise são as transformações que estão ocorrendo na profissão com o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Na pandemia, o atendimento psicoterápico remoto se popularizou, hoje é uma realidade e

> “Chama a atenção, desde já, a fragilidade da remuneração de quem atua na área social. Então, temos vários indicadores de uma condição precária de inserção no trabalho e é um fenômeno que precisamos observar e monitorar”

me parece que não haverá retorno, mas vejo um equilíbrio possível. Por outro lado, muitos profissionais estão reconfigurando a sua atividade de trabalho a partir dos meios digitais. Antes, a(o) profissional estava no consultório, abria a sala, entrava, chegava um cliente ali ou por meio de indicação. Hoje, esse jovem profissional está no Instagram oferecendo serviços, mantendo conteúdo, oferecendo cursos. Isso mostra uma mudança muito profunda na forma como a profissão se estrutura, é uma outra configuração do exercício profissional. Isso falando apenas no aspecto da atividade clínica. Mas na área do Trabalho, por exemplo, é quase tudo a distância, entende?

As universidades corporativas estão quase todas a distância, as entrevistas podem ser feitas a distância. Você tem a inteligência artificial entrando, instrumentos que vão permitir o autodiagnóstico... quer dizer, esse é o mundo que vem por aí. Mas teremos um módulo específico analisando o impacto das novas tecnologias, antes na pandemia, como ele enxerga, como vai ser.

O Censo ainda incorporou dois estudos mais específicos que eram demandas da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica (CCAP) e da Comissão de Direitos Humanos (CDH), trazendo dados novos e de grande relevância para os trabalhos das duas comissões. Aprofundou-se a compreensão de como a categoria lida com essa atividade estruturante do trabalho em Psicologia – a avaliação psicológica – que nos é privativa, como assegura a Lei nº 4.119/1962. Pela primeira vez vamos ter, também, um amplo conjunto de informações sobre como a categoria estrutura sua concepção e o quanto essa impacta as suas ações frente às noções de democracia e direitos humanos.

Enfim, o Censo é um mapeamento da realidade. Ele nos traz informações ricas e diversas e muito abrangentes que podem fundamentar decisões políticas e planos de ação não só do Sistema Conselho. Acredito que as instituições formadoras e as demais entidades científicas, profissionais e estudantis da área, especialmente aquelas que integram o FENPB, poderão trabalhar dados mais específicos e destes retirar insumos para as suas ações.

Diálogos **E uma última pergunta. Para o futuro, Virgílio, o que você imagina para o próprio Censo em si? Pergunto porque foi um longo tempo entre um Censo e outro...**

Virgílio: Bom, a nossa preocupação é institucionalizar esse Censo, definir uma periodicidade para que o Conselho dê continuidade independente das próximas gestões. Tornar isso uma política da autarquia. Pessoalmente, acredito que um intervalo de cinco anos entre um Censo e outro é um tempo razoável, porque hoje nós estamos com uma média aproximada de quase 40 mil profissionais formados por ano. Ou seja, a cada cinco anos temos a possibilidade, se o ritmo de expansão da formação não se ampliar ainda mais, de ter aproximadamente mais 200 mil psicólogas(os) atuando ou buscando se inserir no campo de trabalho. Então, é muito profissional que entra no sistema a cada ano e o Conselho precisa acompanhar de perto essas mudanças, quem sabe até desenvolver outras ferramentas para um acompanhamento mais automatizado, mais prático e que traga dados ano após ano.

Como sabemos, o Conselho ao longo do tempo tem sido um dispositivo importante no sentido de construir uma profissão que cumpra a sua missão dentro dos mais elevados padrões éticos, embasados nos mais recentes avanços da ciência e, especialmente, sensível às demandas de uma sociedade estruturalmente profundamente desigual, como a que temos no Brasil. Esses três pilares pautam todas as nossas ações, projetos, linhas de trabalho. Por isso lutamos por uma sociedade mais justa e lutamos pelo fortalecimento da democracia como condição básica para avançarmos nessa necessária transformação. Construir esse projeto de uma Psicologia sensível à nossa realidade e, em especial, às necessidades das nossas populações excluídas não é algo simples. Requer a ação conjunta e coordenada de múltiplos atores, de múltiplas entidades. As informações do Censo podem funcionar como uma bússola para fazermos ajustes nessa caminhada.●



Presencialidade, decolonização, qualidade, direitos humanos, ética e compromisso com as políticas públicas: as novas batalhas da graduação em Psicologia

O Brasil possui hoje cerca de 428,8 mil psicólogas(os), segundo dados do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Desses, 84% são mulheres, 14% homens e 2% preferiram não declarar. As regiões Sudeste (54%) e Nordeste (19%) concentram 73% dos profissionais brasileiros. Todos estes profissionais certamente se graduaram em um dos 1.100 cursos de Psicologia existentes hoje no País.

Pode-se afirmar também que a grande maioria deles foi formada em instituições privadas ou confessionais que hoje concentram 80% da oferta de cursos desta disciplina, contra 20% das Universidades Públicas.

Este breve retrato do perfil das(os) psicólogas(os) brasileiras(os) dá pistas para uma realidade que preocupa estudiosos que se debruçam sobre os dados acerca da formação dessas(es) profissionais, no Brasil.

FOTO: ADOBE STOCK



De acordo com a doutora em Psicologia e docente colaboradora da Faculdade de Educação da Unicamp, Ângela Soligo, as universidades públicas oferecem os melhores cursos nas melhores condições de ensino, aprendizagem pesquisa e extensão, pelo seu modo de funcionamento, regime de trabalho autonomia didático-científica, contudo ofertam apenas duas em cada 10 vagas na graduação.

Para ela, embora haja universidades privadas e confessionais que tentam garantir boas condições de ensino-aprendizagem, o que inclui boas condições de trabalho docente e boas experiências de pesquisa e extensão, elas não são majoritárias e são caras. Há ainda uma grande oferta de cursos Psicologia em Universidade Empresa, ou Instituição de Ensino Empresa, que oferecem vagas com valores mais baixos, mas para isso precarizam as condições de trabalho de seus professores, com carga horária excessiva e pouco tempo para estudo e preparação no atendimento de alunos.

"Eles trabalham na condição de horistas que vão às instituições para dar aula e vão embora. Nós sabemos que a docência é muito mais do que isso. Este '"a mais"', é feito à custa do sacrifício pessoal dos professores, de seus salários que não condizem com a responsabilidade docente e que impactam na qualidade do ensino que é oferecido", explica.

Mais preocupante ainda, segundo Ângela, são as demissões em massa de professores e sua substituição por experiências remotas. "Há uma intenção explícita e agressiva do governo brasileiro em transpor as atividades presenciais para o formato Ensino a Distância (EaD). Há interesse dessas instituições empresa de transpor seus cursos presencias EaD; ou no mínimo ter os dois porque EaD significa uma criação desmedida de vagas e economia financeira", avalia.

→

FOTO: MARACELLO CASAL/AGÊNCIA BRASIL

Ângela se refere à Portaria do MEC nº 2.117 (06/12/2019), assinada pelo então Ministro da Educação Abraham Weintraub, que dispôs sobre a ampliação EaD em cursos de graduação presenciais de 20% para 40%, ou seja, quase a metade de um curso de Psicologia.

Contra a Portaria, manifestaram-se, em 16 de dezembro, a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do Sistema Conselhos de Psicologia, composta pelos 24 Conselhos Regionais e pelo Conselho Federal de Psicologia, em consonância com Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb) e diversos Conselhos Profissionais da área da Saúde.

As entidades argumentaram: "a Psicologia se edifica nas relações humanas, na intersubjetividade e no encontro com o outro. Exige vivência acadêmica na sala de aula e fora dela, nas comunidades, nos espaços de atuação profissional, implicando reflexão, confronto de ideias e o desenvolvimento de uma postura ética e de respeito à diversidade. Os processos de ensino-aprendizagem pressupõem uma formação que se realiza na troca de experiências, implicando convivência e diálogo, além de práticas colaborativas fundamentalmente presenciais". As entidades defenderam que a formação em Psicologia, como ciência e profissão, se faz com presença e que o aumento da carga horária de ensino a distância é uma modalidade restritiva, que prejudica a construção da identidade profissional frente à complexidade do saber psicológico e da diversidade de suas práticas.

A Portaria, contudo, ainda continua em vigor.

A baixa oferta de cursos por universidades públicas em relação às privadas e confessionais, além da ampliação da carga de disciplinas em modalidade EaD interferem tanto na qualidade do ensino quanto do profissional formado no país. Ângela afirma que hoje "não há garantia da oferta das melhores experiências de aprendizagem. Isso significa que muitas instituições estão formando pessoas sem o preparo necessário para atuar e isso impacta então na atuação e na qualidade dos serviços que a Psicologia acaba oferecendo", avalia.

"a Psicologia se edifica nas relações humanas, na intersubjetividade e no encontro com o outro. Exige vivência acadêmica na sala de aula e fora dela, nas comunidades, nos espaços de atuação profissional, implicando reflexão, confronto de ideias e o desenvolvimento de uma postura ética e de respeito à diversidade."



ÂNGELA SOLIGO

Mestre e doutora em Psicologia pela PUC Campinas, docente da Faculdade de Educação da Unicamp, presidente da ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) e da Associação Latinoamericana de Formação e Ensino em Psicologia.

Especificamente nos cursos de Psicologia, o EaD tem impactos importantes, segundo Ângela Soligo, pela própria identidade profissional da Psicologia: "nós somos uma profissão relacional. Nós somos uma profissão que lida com humano na sua integralidade, portanto nós constituímos a nossa identidade na diferença, na relação com o outro, no conhecimento e troca de visões de mundo, experiências de vida, características culturais que vão todas conviver no espaço acadêmico, nas experiências intraclasse e extraclasse", argumenta.

Para ela, o EaD individualiza a formação e encastela o estudante em uma "bolha existencial", porque sem a vivência universitária, em grupos de estudo, nas atividades de extensão, práticas, estágios dentre outros, não é possível criar atitudes de empatia, de diálogo respeitoso e de compreensão na diferença. "A formação em Psicologia demanda – exige – a presencialidade", diz.

Pesquisas acerca da formação EaD em outros cursos – ainda não há pesquisas na Psicologia, porque teoricamente o curso é 100% presencial – demonstram que não se obtém a mesma qualidade alcançada nos cursos presenciais. Mesmo quando há o curso nas duas modalidades e na mesma instituição, a qualidade dos cursos EaD é mais baixa, de acordo com Ângela.

> "A formação em Psicologia demanda – exige – a presencialidade."

Questionada sobre as experiências de ensino remoto durante a pandêmica que atingiu praticamente todos os estudantes brasileiros, Ângela argumenta que aquele foi um período de muita aprendizagem. "Desenvolvemos atividades utilizando tecnologias que não utilizávamos, aprendemos atuar de diferentes maneiras dentro do que era possível, nas práticas e estágios, mas também aprendemos que há impossíveis; que há condições de ensino-aprendizagem que não foram garantidas na pandemia. Há contextos em que não se pode apreender sem estar neles", esclarece.

Para ela, tais investidas precisam ser enfrentadas e combatidas coletivamente pelo Sistema Conselhos, por entidades como Fenpb e de forma muito especial pela Abep. "Nós precisamos enfrentá-las e combatê-las porque a experiência na pandemia nos mostrou que mesmo que tenhamos sido criativos, mesmo que tenhamos feito todos os esforços para produzir o melhor, não é possível garantir um ensino de qualidade ética e técnica com compromisso. Não é possível construir a identidade profissional a partir dos nossos eixos em uma experiência remota, numa experiência EaD. Então na pandemia, mais do que aprender a usar ferramentas, nós aprendemos que a presencialidade é imprescindível", defende.

MAS COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?

Desde a regulamentação da profissão, em 1962, a formação em Psicologia se desenvolveu e se aperfeiçoou. Evoluiu de um currículo mínimo, ou uma lista de disciplinas de matérias que deveriam necessariamente constar nos cursos de Psicologia, para uma elaborada forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN),

engendradas por processos participativos e inclusivos de elaboração.

Ângela Soligo conta que na década de 1960 havia predomínio de um tipo de Psicologia positivista, voltada para a compreensão e controle do comportamento, ou como resume: "uma época de ouro do behaviorismo". O currículo, recém-regulamentado em 1962, também sofria as consequências de seu contexto, o golpe militar de 1964. "Havia uma ênfase muito grande na perspectiva do sujeito individual e não para a dimensão social, como por exemplo, ênfase na psicometria, nas técnicas psicoterápicas, na dimensão orgânica e física do sujeito e um pequeno espaço para dimensão institucional e social" destaca.

O final da década de 1970 e início de 1980, contudo, viu surgir um conjunto de transformações que impactaram profundamente aquela configuração inicial: o pensamento crítico sobre a própria Psicologia. Vários e novos olhares insurgem e repensam a Psicologia clínica, escolar, industrial e ainda constrói um novo campo de atuação, a Psicologia Comunitária.

"Discutimos o elitismo na Psicologia quando ela se configurava, hegemonicamente, como profissão liberal, voltada para um perfil empreendedor do psicólogo. Vimos crescer uma Psicologia escolar realmente e não uma Psicologia dos problemas do indivíduo na escola. Vimos o aperfeiçoamento de uma Psicologia que nasce como Industrial e vai se constituindo como Psicologia Organizacional e do Trabalho, e que, portanto, não vai olhar só para os interesses da empresa mas também para o trabalhador e para as relações no campo do trabalho", explica.

Ao fazer a sua autocrítica e ao entender as críticas advindas de



outros campos, como da Sociologia, por exemplo, a Psicologia construiu novos lugares e novos fazeres. É nessa época que nasce a Psicologia Comunitária no Brasil, com o desenvolvimento da Psicologia Social, e ainda a Psicologia Hospitalar, Institucional, Jurídica e Forense.

A partir dos anos 1990, principalmente nos anos 2000, a Psicologia se insere, definitivamente nas políticas públicas de Saúde e Assistência Social, com a nova Constituição de 1988. "É uma Psicologia que vai se comprometer com políticas públicas que são garantidoras de direito. Ela vai conquistar esse espaço. E, agora mais recentemente, a Lei nº 13.935/2019 dispõe sobre a presença de psicólogas(os) e assistentes sociais

FOTO: ADOBE STOCK

no Sistema Educativo Básico público", enfatiza Ângela.

A inserção da Psicologia em novos campos, com destaque para a política de Educação, tem reflexos também na formação das(os) profissionais. O modelo ou os parâmetros da formação atuais em Psicologia são as DCNs. As primeiras Diretrizes foram elaboradas em 2004. Nelas, constam, pela primeira vez, princípios fundamentais de Direitos Humanos, políticas públicas e vinculação entre o ensino e a pesquisa:

> "Há, portanto, um conjunto de processos que estão imbricados com os campos em que uma profissional trabalha, que não são grudadas no campo; elas são possíveis nos diferentes campos. A gente sai daquela especificidade dos campos e entra na identidade da psicóloga e do psicólogo. Isto sem dúvida é outro avanço."

um novo modelo de formação generalista, porém com ênfases, a partir da concepção de que há um conjunto de conhecimentos que deve ser comum a todas os profissionais de Psicologia.

Ângela explica que há um corpus de conhecimentos que são aprofundados em alguns campos relacionados com as experiências de pesquisa das instituições e com as demandas regionais, por exemplo. Pretende-se que elas dialoguem com as realidades dos territórios onde estão inseridas. "Isso é uma grande mudança em relação ao currículo mínimo, no qual tínhamos como áreas tradicionais de estágio, a clínica, a escolar e a industrial. Isso muda com a perspectiva de formação generalista com ênfases porque se supõe que há conhecimentos dos quais não se pode prescindir na formação e que a formação deve dialogar com a pesquisa e a realidade social dos territórios. Isso é uma mudança importante", avalia.

Outra mudança relevante com as DNCs é sua organização por competência e processos de trabalho, e não mais por disciplinas. A alteração significa a definição do que a(o) futura(o) psicóloga(o) precisa aprender e construir em sua formação e quais competências deve adquirir. Ângela exemplifica: capacidades de comunicação, capacidade de organização de grupos e comunidades, capacidade de escuta, empatia, busca de conhecimentos, processos de avaliação, educativos processos de organização de grupos em instituições e processos de análise.

"Há, portanto, um conjunto de processos que estão imbricados com os campos em que uma profissional trabalha, que não são grudadas no campo; elas são possíveis nos diferentes campos. A gente sai daquela especificidade dos campos e entra na identidade da psicóloga e do psicólogo. Isto sem dúvida é outro avanço", assinala.



As DCNs de 2011 também resultaram em conquista: a regulamentação da licenciatura em Psicologia que passou a ser um componente obrigatório para as instituições e optativo pelo estudante.

E em 2018, novas DCNs foram discutidas em um amplo processo de revisão que contou com a participação de diversas entidades, como o Sistema Conselhos, Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (Abep), Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb) e envolveu todo país: estudantes, docentes e profissionais, coordenadores de curso puderam analisar as diretrizes e fazer propostas para as novas DCNs. Houve encontros regionais, nacionais, votação de propostas que resultaram em uma minuta de diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). No caso deste último, houve reformulações negociadas.

Nelas, foram expressos importantes compromissos da área, como destaca Ângela, "a reafirmação dos princípios de Direitos Humanos, da pesquisa como constituinte da formação, da ética e qualidade como eixo, da inclusão como compromisso e do compromisso com as políticas públicas, garantidoras de direito, explicitando Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (Suas) e Educação".

Outros elementos de destaque na nova DCNs são o estabelecimento da presencialidade como condição da formação de graduação em Psicologia, aprovado desta forma no CNE; e ainda a atenção aos conhecimentos produzidos na América Latina. "Uma perspectiva que nós defendemos é a decolonização da Psicologia. É a inserção de saberes latino-americanos, de saberes africanos e orientais, fazendo com que os conhecimentos europeus e estadounidenses sejam pensados e trabalhados de forma reflexiva e não reprodutiva", explica.

Embora estejam aprovadas nos Conselhos desde 2018, as novas DCNs da Psicologia não foram homologadas pelo Ministério da Educação, portanto ainda não se transformaram em lei. Essa é uma nova batalha pelo aprimoramento das Diretrizes Curriculares Nacionais pela qual as entidades do campo irão trabalhar.●

FOTO: ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

Desafios e oportunidades da pós-graduação em Psicologia

Diversidade, qualidade, foco na formação e a necessidade de ampliar programas de pós em todas as regiões

O Brasil figura hoje como um dos maiores produtores de Ciência no mundo. Segundo *SCImago Journal & Country Rank (SJR)*, relevante plataforma bibliométrica sobre países e periódicos cujos indicadores são desenvolvidos a partir da base *Scopus*, o país ocupa o 14º em quantidade de produção científica e 24º em impacto desta produção, no ranking mundial.

Esse exitoso resultado, segundo o Coordenador da área da Psicologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e professor Titular de Psicologia na USP, Gerson Tomanari, se deve ao fato de que o Plano Nacional de Pós-graduação possui estabilidade e é uma política de Estado. "Diferentemente do que a gente vê no país – com programas que começam e não terminam e uma predominância de políticas de governo e não políticas de Estado – no caso da pós-graduação, trata-se política estável que vem se aprimorando há décadas, em função de planos estratégicos para o país" explica.

Para o coordenador, a área da Psicologia está em linha, historicamente, com a evolução no Sistema Nacional de Pós-graduação. "A Psicologia vem acompanhando *pari passu* esse desenvolvimento. A minha convicção, sem sombra de dúvida, é de que o projeto de pós-graduação para o país é muito bem sucedido", afirma.

Uma política de pós-graduação constante e duradoura é fundamental para a formação dos futuros professores que irão ensinar Psicologia para as gerações seguintes e qualificar ainda mais a formação na disciplina. "A pós-graduação é a alavanca de qualificação individual que coloca o profissional em um outro patamar de atuação. Ainda que esse profissional não siga na vida acadêmica, a formação é muito importante para sua atuação em organizações governamentais, não governamentais, privadas ou públicas", argumenta.

O primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia, no Brasil, foi o mestrado em Psicologia Clínica da PUCRJ, criado em 1966. Depois, vieram os mestrados em Psicologia Experimental, e em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento da Universidade de São Paulo (USP), criados em 1970.

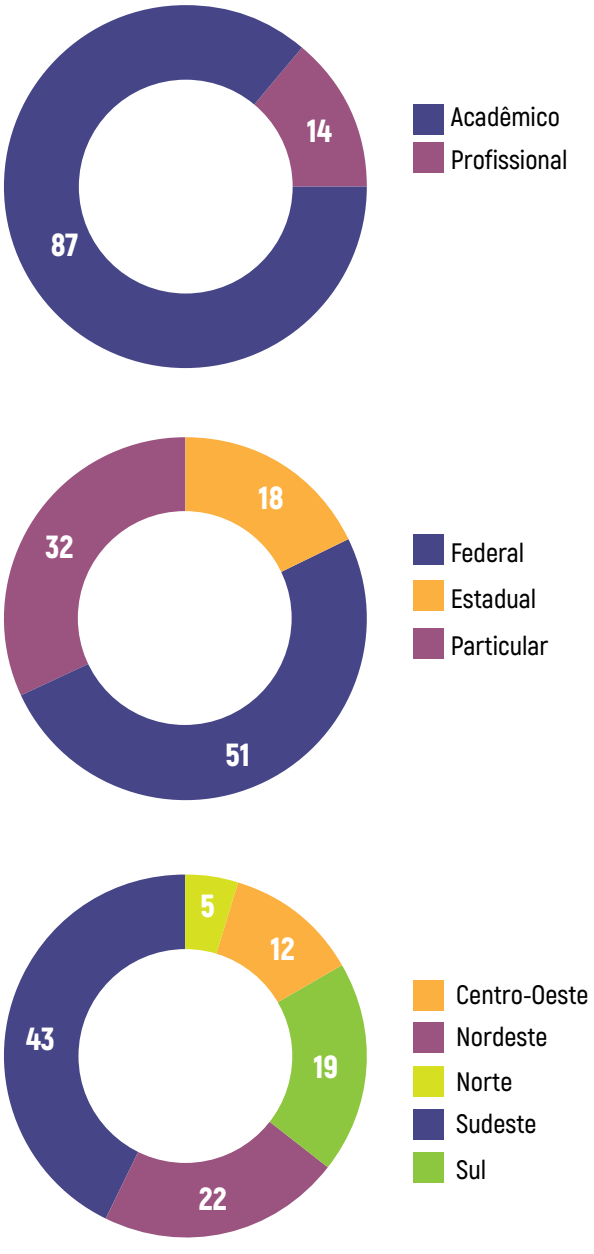
Hoje, de acordo com a Coordenação da Área de Psicologia na Capes, o Brasil possui 101 Programas de Pós-graduação (PPG): 87 acadêmicos e 14 profissionais. Cerca de 50% deles são ofertados em universidades federais, 32% em instituições particulares e 18% em entidades estaduais.

A região Sudeste concentra o maior número de PPGs em Psicologia, com 42,6% deles, seguida pela região Nordeste, com 21,8%, Sul, 18,8%, Centro-Oeste, com 11,9% e região Norte, com 5%.

Desde quando nasceram, em 1966, os PPGs de Psicologia tiveram um aumento gradual e progressivo. Os cursos, antes exclusivamente ofertados no Sudeste, passaram a se distribuir pelo país, resultado de um processo proativo e induzido pelo Plano Nacional de Pós-Graduação e políticas da Capes de interiorização e redução das assimetrias regionais, segundo Gerson Tomanari. "Hoje há Programas de Pós-graduação em todas as regiões do Brasil e nas mais variadas localidades. Em Psicologia, há cursos em quase todos os estados da federação, nós não temos pós-graduação em Psicologia em apenas quatro: Amapá, Roraima, Tocantins e Acre", diz.

Embora haja dois grandes polos de PPGs na região Norte, no Pará e

Programas de Pós-graduação

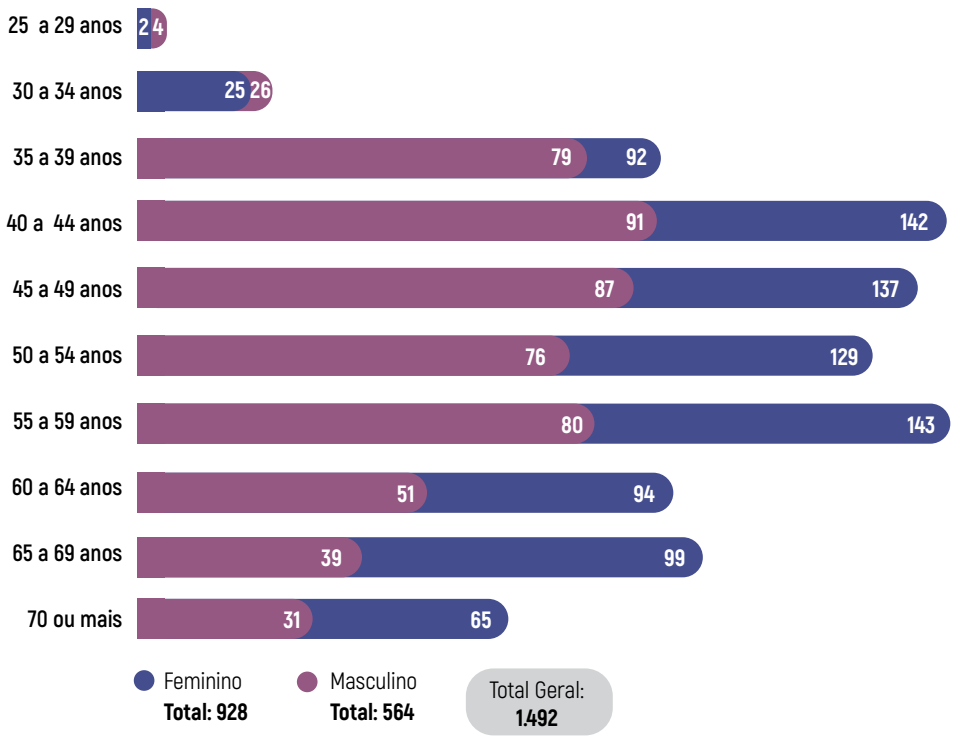


no Amazonas, Tomanari reconhece a necessidade de ampliação da oferta no Norte do Brasil, considerando as distâncias e a dificuldade de deslocamento naquela região. "Já fiz reuniões e entrei em contato com universidades públicas nesses quatro estados para acelerar e viabilizar este processo, para, em breve, podermos comemorar, PPGs em todos os estados do país", informa.

Para Tomanari, a produção intelectual brasileira na Psicologia tem ganhado quantidade, mas sobretudo qualidade ao longo dos anos. "Mais do que publicar muito é mais importante publicar com qualidade. E hoje temos uma produção bibliográfica qualificada", explica. Um dado empírico observado pela Coordenação de Psicologia da Capes é que a produção intelectual brasileira na Psicologia tem uma característica que se mantém. Trata-se de uma proporção de 60% de publicações em artigos periódicos e 40% em livros ou capítulos de livros.

Outra característica, é o predomínio de mulheres no corpo docente permanente, de acordo com os dados de 2020, da Coordenação de Psicologia da Capes. 62% são professoras e 38% são professores. A faixa etária predominante entre mulheres é de 55 a 59 anos (15,4%) e de 40 a 44 anos (15,3%). E entre homens, predominam as faixas 40 a 44 anos (16,1%) e 45 a 49 anos (15,4%).

PERFIL DO CORPO CORPO DOCENTE PERMANENTE 2020



Fonte: Coordenação da Área de Psicologia da Capes

Tomanari destaca que os PPGs incorporam processos que elevam a diversidade e pluralidade do corpo docente e discente, implementando políticas que melhoram indicadores como aquele da distribuição entre os diferentes sexos. Um maior equilíbrio na população de mestres e doutores, no Brasil foi alcançado em 1998, quando o número de mulheres tituladas no mestrado ultrapassou o número de homens e em 2004, o mesmo fato ocorreu no doutorado. Fatos que repercutiram também no perfil dos professores em Psicologia.

> “A minha convicção, sem sombra de dúvida, é de que o projeto de pós-graduação para o país é muito bem sucedido.”

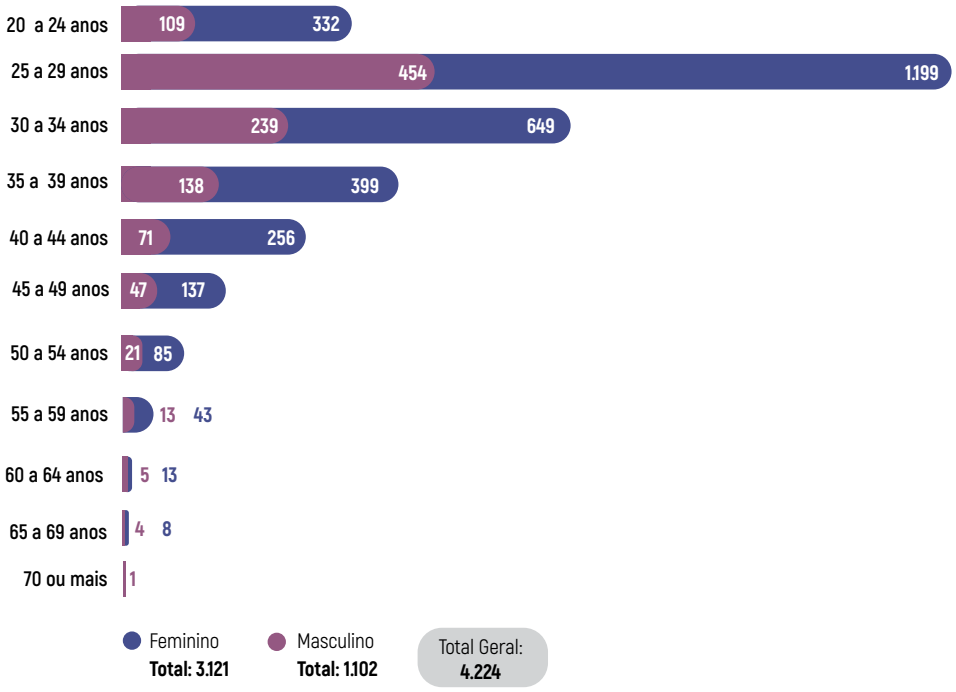


GERSON TOMANARI

Mestre e doutor em Psicologia Experimental pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), onde é Professor Titular do Instituto de Psicologia. É vice-coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comportamento, Cognição e Educação (MCT/CNPq/FAPESP). É Coordenador da Área de Psicologia da CAPES onde foi Coordenador Adjunto entre 2014 e 2018.

Em relação aos alunos matriculados nos PPGs de Psicologia, nota-se um predomínio de pessoas do sexo feminino entre 25 e 29 anos, representando 28,4% do total matriculados. As mulheres representam quase 74% do corpo discente, atualmente. As pessoas do sexo masculino compreendem 26% dos alunos matriculados e 16,4% se concentram na faixa etária entre 25 e 34 anos.

PERFIL DO CORPO DISCENTE MATRICULADO EM 2020



Fonte: Coordenação da Área de Psicologia da Capes

A despeito dos avanços no Programa de Pós-Graduação, Tomanari aponta quatro desafios que considera importantes no campo da Psicologia:



VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE DA PSICOLOGIA

"Contemplar a diversidade constituinte da Psicologia como um valor a ser mantido. Esta diversidade está presente internamente na maioria dos PPG, na composição do corpo docente e, consequentemente, nas subáreas e linhas de pesquisa. Ela se reflete no tipo de pesquisa realizada, quantitativa e qualitativa; na produção bibliográfica, constituída predominantemente por artigos ou livros e capítulos de livros; na internacionalização da produção; nas redes de pesquisa que se formam; na amplitude dos âmbitos de pesquisa, básica e aplicada; na dedicação à produção técnica e tecnológica; na propensão à inserção social etc. O desafio, portanto, é avaliar esse conjunto diverso, a partir de indicadores calibrados por um sistema que se fundamente na identidade da Psicologia e que, simultaneamente, considere as especificidades das subáreas".



A PSICOLOGIA EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS

"Ainda há quatro estados da federação que não contam com programas de pós-graduação *stricto-sensu* em Psicologia – Acre, Amapá, Roraima e Tocantins. Ações de incentivo e de orientação poderiam auxiliar na identificação de demandas de formação pós-graduada nestes estados e favorecer a proposição de programas que possam atendê-las. Neles, a implantação de mestrados acadêmicos certamente contribuirá para a formação de docentes, assim como a implantação de mestrados profissionais atenderá a necessidade de aprimoramento de psicólogos no exercício da profissão".



PRODUÇÃO INTELECTUAL DE QUALIDADE

"Em relação à produção intelectual, privilegiar a qualidade em relação à quantidade. Em relação à internacionalização, contemplar as suas diversas dimensões, nos diferentes níveis de ações

→

que a constituem, e ampliar a abrangência de interações com a Iberoamérica, África, Ásia. Adoção da autoavaliação no seu processo de desenvolvimento dos programas de pós-graduação, dedicando-se a elaborar seu plano estratégico, estabelecendo, monitorando e avaliando suas metas e resultados".



RESGATE DO FOCO NA FORMAÇÃO

"É preciso retomar as razões da implantação dos programas de Pós-graduação no Brasil: formar mestres e doutores para atuar como professores dos cursos de graduação do país. Ao longo do tempo, houve um distanciamento em relação a este propósito, à medida que foi sendo dada maior ênfase às atividades de pesquisa e, consequentemente, à produção intelectual. A atuação na graduação não pode ser vista como um empecilho para a dedicação à atividade de pesquisa e à Pós-graduação. Uma mudança nessa direção não significa em absoluto abandonar o desafio científico de formar pessoas com independência intelectual, que possam contribuir para o avanço do papel científico da Psicologia, que detém a capacidade de contribuir significativamente para as discussões de interesse do país, sobretudo nas políticas e ações nos âmbitos da Saúde e da Educação".●

> "Contemplar a diversidade constituinte da Psicologia como um valor a ser mantido. Esta diversidade está presente internamente na maioria dos PPG, na composição do corpo docente e, consequentemente, nas subáreas e linhas de pesquisa. [...] O desafio, portanto, é avaliar esse conjunto diverso, a partir de indicadores calibrados por um sistema que se fundamente na identidade da Psicologia e que, simultaneamente, considere as especificidades das subáreas."

ILUSTRAÇÕES: ADOBE STOCK



Diálogos e estratégias para construção de uma Psicologia Latino-americana

O olhar da União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI) para a Psicologia latina.



Diálogos Qual é o estado da arte deste movimento de luta conjunta por uma Psicologia Latino-americana?

ANA LÍGIA Esse movimento tem início na década de 70. É importante resgatar a história para compreendermos a realidade atual. Desde a década de 70, as psicólogas e os psicólogos brasileiros vêm construindo o movimento de uma Psicologia que tem relação com o seu povo, com a sua população, com o seu território. Nossa história é de colonização civilizatória e consequentemente do saber psicológico e científico. Até a década de 70, o conhecimento predominante era produzido nos Estados Unidos e na Europa. Porém, a partir do momento em que psicólogas e psicólogos começam a atuar e buscar em seu arcabouço teórico a fundamentação de suas práticas, eles acabam encontrando um certo descompasso entre aquilo que encontram – enquanto a realidade subjetiva da população – e o conhecimento científico existente, até aquele momento. Então, esses psicólogos passam a se mobilizar e participar de eventos científicos na América Latina para estabelecer um novo diálogo, mais sistemático, sobre ter uma Psicologia, cientificamente e teoricamente, produzida e construída a partir dos nossos territórios. Daí a importância de pensarmos nossas realidades, as nossas questões e, sobretudo, o que a nossa população demanda para Psicologia.

Diálogos Quais são as características comuns que unificam esse novo território?

ANA LÍGIA Em sua grande maioria são povos colonizados; são povos que passaram por processos políticos de ditadura militar; e que vivem em situações de desigualdade social que se impõe nos nossos territórios. A questão da luta de classes também. A partir daí, psicólogas e psicólogos vão construindo também um novo saber. Eles passam a materializar um novo acervo teórico e técnico e documental para a Psicologia pudesse se sustentar numa perspectiva diferente da até então vigente.

Diálogos Qual seria ela? E qual é a sua relação com a chamada Crise da Psicologia?

ANA LÍGIA Uma Psicologia com um olhar positivista, individualista que estava a serviço de uma normatização, de uma categorização dos comportamentos dos sujeitos. Então, emerge um movimento com uma concepção crítica, que você refere como uma Crise da Psicologia, que vai colocar novas questões no debate e um novo olhar sobre todos esses processos, refletindo sobre a importância de problematizarmos a respeito da nossa história, como, por exemplo,



ANA LIGIA BRAGUETO COSTA

Psicóloga e mestra em Ciências Sociais aplicadas, especialista em Psicopatologia e Psicanálise e em Gestão Pública/ Direitos Humanos. É membra do Conselho Executivo da União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), como secretária tesoureira.

do aniquilamento dos povos originários nos nossos territórios, o que é bastante comum na América Latina; da escravização e seus impactos sobre as nossas subjetividades. Então, a partir disso, esses profissionais passam a se conectar no âmbito da América Latina, falando desse ensejo de construção de uma Psicologia sustentada nas questões, subjetividades e modos de viver que são próprios dos nossos povos. Então, alguns coletivos passam a se organizar melhor dentro de congressos, encontros e seminários e eles acabam encontrando eco também nos demais países da América Latina. Vemos emergir uma série de entidades e organizações políticas em torno da Psicologia. Na própria Psicologia brasileira, dentro do Conselho Federal de Psicologia e nos Conselhos Regionais, essas questões passam a ser debatidas e construídas como referências de atuação, a partir da importância de construirmos uma Psicologia Latino-americana.

Diálogos Este movimento se reflete na produção científica?

ANA LÍGIA Sim. Com o surgimento desses movimentos, surgem também novas produções teóricas, científicas e novas publicações de conhecimento. Passamos a contar com as revistas científicas. Hoje, por exemplo, temos uma revista científica da União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI). Temos outros espaços, como os Cadernos de Psicologia Ulapsi, que têm outra perspectiva: a das práticas que estão sendo realizadas nos diferentes países da América Latina, para que possamos dialogar e divulgar diferentes práticas, a partir da perspectiva crítica, emancipadora e de transformação social.

Diálogos Há dificuldades para publicar essa produção científica em revistas tradicionais e como vocês superam essa dificuldade?

ANA LÍGIA Há dificuldades de encontrar espaços para publicação de artigos que falem de uma prática, de um exercício da Psicologia em determinado território, com determinada população, porque são produções novas, como, por exemplo, o trabalho de psicólogas e psicólogos em territórios indígenas. A ideia dos Cadernos ULAPSI é oferecer justamente o espaço disseminação desse conhecimento – que não deixa de ser conhecimento científico – a respeito das práticas realizadas por psicólogas e psicólogos nos mais diferentes territórios da América Latina, com as mais diferentes populações. Essas publicações têm características de relatos de experiências. Esse tipo de conhecimento, acredito, encontra um pouco mais dificuldade de entrada nas revistas científicas, porque elas têm outros critérios.

Diálogos Neste contexto, quais são as conquistas e desafios no âmbito da ULAPSI?

ANA LÍGIA O trabalho da ULAPSI é o de vencer desafios: das diferenças culturais, linguísticas, de práticas. É um exercício contínuo, de idas e vindas que não vai apenas em direção. É inegável o crescimento da ULAPSI desde a sua constituição. Há grandes avanços, desde quando foi pensada há mais de 20 anos, como um projeto de construção de uma Psicologia Latino-americana, de diálogos, de construção de um saber que seja nosso e que nos represente, que diga das nossas particularidades e das nossas subjetividades, enquanto latino-americanos. Uma das grandes contribuições dessa →

organização é justamente a possibilidade produção de conhecimento. Seminários, congressos, reuniões do Conselho Deliberativo, do Conselho Executivo e as Assembleias Gerais ULAPSI são momentos de grande exercício de diálogo, de construção coletiva e de respeito. Nós, brasileiras e brasileiros, temos muito cuidado, nesse sentido, pela dimensão do nosso território e pelo número de entidades que temos no Brasil em relação aos demais países da América Latina, embora também sejamos colonizados. É um exercício de respeito ao movimento e às produções dos demais países sem deixar de ocupar um lugar dentro desta entidade e de nos posicionarmos também, abordando nossa realidade. O grande legado da ULAPSI é justamente a construção de um acervo, de um de referencial teórico e bibliográfico sobre as diferentes práticas na América Latina, a partir da importância do reconhecimento de um processo de decolonização do nosso saber e de reconhecimento dos saberes já produzidos na América Latina. E de que que saberes considerem os nossos processos históricos e os processos históricos dos diferentes países.

Diálogos E os desafios pela frente, considerando a nossa diversidade Latino-americana?

ANA LÍGIA Por conta de todas essas diferenças culturais e territoriais da América Latina, temos ainda muitos desafios ainda a serem enfrentados. Esta é uma das características deste movimento, que já mencionei, de idas e vindas. A ULAPSI vem se construindo, enquanto a entidade, pensada e gestada por diferentes profissionais, diferentes países ao longo dos anos. Ela já adquiriu um corpo, estrutura, robustez. Ela possui um estatuto. É uma entidade constituída juridicamente que possui novos desafios, por exemplo, em relação à filiação de diferentes entidades de outros países que muitas vezes são pequenas organizações, pequenos coletivos. Elas precisam de documentações que muitas vezes não possuem para se filiar juridicamente à ULAPSI. Há pouco mais de um ano, quando assumi a Tesouraria do Conselho Executivo, discutia-se se a ULAPSI deveria permanecer como pessoas jurídica ou se deveríamos desfazer a pessoa jurídica para facilitar o intercâmbio das relações dos diálogos com os diferentes países.

“O grande legado da ULAPSI é justamente a construção de um acervo, de um de referencial teórico e bibliográfico sobre as diferentes práticas na América Latina, a partir da importância do reconhecimento de um processo de decolonização do nosso saber e de reconhecimento dos saberes já produzidos na América Latina.”

Diálogos E como essa questão foi encaminhada?

ANA LÍGIA O Conselho Deliberativo definiu que era importante manter a pessoa jurídica, entendendo todo esse percurso de constituição da organização mais robusta dentro dessa tipologia Latino-americana. O entendimento foi o de que se desfazer a pessoa jurídica não necessariamente significaria conseguir agregar novas entidades. Então decidimos, naquele momento, por manter a pessoa jurídica da ULAPSI. Hoje, pensamos alternativas, sempre orientadas pelos especialistas do direito, de como a podemos oferecer espaço para que entidades que são menores e menos organizadas também se somem e agreguem dentro dessa organização, para ampliar cada vez mais esse diálogo da ULAPSI.

Diálogos Quais são as atividades da ULAPSI previstas para os próximos períodos?

ANA LÍGIA Estamos no período pós-pandemia, que nos trouxe um sofrimento muito intenso, por conta do isolamento social. Por outro lado, trouxe também um grande aprendizado como o acesso às diferentes tecnologias que permitem promover encontros de uma forma facilitada. É claro que não é como um encontro presencial, onde estamos a poucos metros de distância, mas não é mais aquele encontro que até então sabíamos fazer. De toda forma, a questão do sofrimento que a pandemia trouxe por conta distanciamento social foi muito intenso em todo em todo mundo. E também na América Latina, com um esquema de vacinação muito mais lento e angustiante e grande número de mortes. O Uruguai foi uma exceção porque conseguiu organizar um sistema de detecção precoce das pessoas que estavam contaminadas. Com isso, eles conseguiram rastrear e isolar melhor o vírus. Mas na maioria dos países da América Latina houve uma grande dificuldade de acesso à testagem e uma série de fatores intensificaram nosso sofrimento. Isso teve impacto também em nossas atividades, naturalmente. As pessoas não conseguiram se dedicar e produzir o conhecimento a que se propuseram. Nesse sentido, precisamos ser muito mais acolhedores com todas as questões que nos foram apresentadas, em termos de prazos para apresentações de trabalhos. Neste momento, por exemplo, adiamos para 2024 o 3o Seminário da Internacional da ULAPSI. Esse evento foi adiado por conta das consequências da pandemia, do cansaço das pessoas em relação à virtualidade, do esgotamento mental, de não conseguirem apresentar seus trabalhos. Além disso, a Bolívia estava vivendo um momento de aumento de casos com um número pequeno de pessoas vacinadas. Os eventos maiores foram restritos, com impactos no tempo de organização e planejamento. Mas, em 2023, vamos realizar um Congresso no Uruguai.

Diálogos Quais seriam as contribuições específicas do Brasil para este pensamento latino-americano?

ANA LÍGIA O Brasil tem grande influência na construção dessa identidade da Psicologia latino-americana, não só pela dimensão do nosso território mas também pelo número de entidades da Psicologia brasileira. Só dentro da ULAPSI há mais de 20 entidades brasileiras. A grande contribuição brasileira para toda discussão é o próprio surgimento da Psicologia Social Comunitária. Esse movimento, que emerge no Brasil por volta da década de 70, com

olhar um olhar mais crítico que buscava a conexão com a nossa realidade social com as questões que emergiam do chão da fábrica do fazer psicológico, nos diferentes espaços, no campo da saúde, no campo da educação e da saúde mental. Todos esses movimentos e acontecimentos históricos estão muito conectados e a Psicologia se insere dentro desse processo com o processo de redemocratização. E com a Constituição Federal, que instituiu direitos e garantias de direitos civis, à saúde, à educação, da criança e do adolescente, por exemplo. Esses profissionais vão atuar justamente com a população que estava em situação de maior vulnerabilidade, nas políticas públicas, e vão sentir a necessidade da construção de novos saberes. O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), criado em 2006, é uma ferramenta extremamente importante que vai até a base, conversar com esses profissionais, descobrem que fazer é esse e depois voltam para academia para estabelecer essa conexão da prática a um referencial teórico.

> “O Brasil tem grande influência na construção dessa identidade da Psicologia latino-americana, não só pela dimensão do nosso território mas também pelo número de entidades da Psicologia brasileira. Só dentro da ULAPSI há mais de 20 entidades brasileiras. A grande contribuição brasileira para toda discussão é o próprio surgimento da Psicologia Social Comunitária.”

Diálogos **Você destacaria alguma questão emergente, em especial, sobre a qual estão se debruçando?**

ANA LÍGIA Há uma pauta que estamos debatendo e construindo com outros parceiros, como o Instituto Silvia Lane e Rede Matraga, de olharmos para o aniquilamento das nossas subjetividades, a partir das tecnologias. Estamos discutindo o quanto as tecnologias da informação e comunicação capturam nossa subjetividade. Talvez as novas gerações que já nasceram e cresceram nesse ambiente da virtualidade, em que tudo é mediado pelas tecnologias, tenham mais familiaridade e aproximação com o tema. Mas hoje já existem diversas pesquisas de doutorado e mestrado que estão pensando essas questões. Entender todos os emaranhados que formam essa rede e o quanto as nossas próprias informações estão vulnerabilizadas, à disposição das pessoas que compreendem profundamente as tecnologias. Esse é um dos grandes desafios que precisamos



CARMEN BETTINA

Secretaria General da ULAPSI, Presidente da Sociedade Paraguaia de Psicologia (SPPs) e Diretora Acadêmica na Universidade do Norte do Paraguai.

enfrentar, fomentando essa discussão no âmbito da formação e de graduação e pós-graduação nos cursos de Psicologia, como questões emergentes e seus impactos em nossas vidas.

Diálogos No Brasil, comemoram-se os 60 anos da regulamentação da profissão Psicologia. Qual é a contribuição da rede de Psicologia Latino Americana na trajetória desta profissão e campo de conhecimento?

BETTINA Na ULAPSI, realizamos intercâmbio de informações entre as entidades associadas e também com entidades nacionais e internacionais congêneres, organizando seminários e congressos que nos permitem fortalecer os vínculos internacionais das entidades de Psicologia, para consolidar novos ordenamentos e estratégias, frente à realidade latino-americana, em geral, e de cada país em particular. Cumprindo nossos objetivos, buscamos gerar estratégias para dar visibilidade às práticas e conhecimentos que expressem esse compromisso para o desenvolvimento de uma Psicologia, como ciência e profissão, comprometida com a melhoria e otimização da qualidade de vida e o bem-estar psicológico na América Latina.

Diálogos Quais avanços podemos identificar nessa jornada por uma Psicologia que tenha uma identidade latina?

BETTINA No desenvolvimento de suas atividades, a ULAPSI respeita a autonomia das entidades associadas e a diversidade histórica, étnica, social e cultural da América Latina, assegurando-lhes tratamento isonômico, inclusive por meio da utilização dos idiomas espanhol e português. Enquanto vamos construindo espaços de diálogo e de produções científicas e também sobre as práticas psicológicas no âmbito da América Latina, contribuímos para a formação da nossa identidade latina enquanto psicólogos. As entidades e associações de Psicologia têm um papel importante nessa construção e o intercâmbio entre as entidades também, pois construímos esses espaços de debate, diálogo, produção de conhecimento nos congressos, seminários, revistas científicas, como nos Cuadernos de Psicologia da ULAPSI.

Diálogos Quais aspectos da Psicologia social, como ciência e profissão, você destacaria como contribuições mais importantes para a Psicologia latina ao longo dos últimos anos? De que modo o contexto político, social, econômico e a realidade social alteram a forma de compreensão das subjetividades? Quais são os novos campos de estudo que a sra. poderia destacar?

BETTINA Questões sociais como povos indígenas, direitos das mulheres, políticas públicas e a atuação do psicólogo foram introduzidas e trabalhadas, vendo como essas questões ocorrem em cada um dos países que compõem a ULAPSI. Houve troca de experiências e ações muito interessante que também contribuíram para fortalecer a ideia de unidade, e não de isolamento geográfico e político. Não seriam campos novos, mas poderiam ser mais requeridos pela Psicologia Forense, Psicologia do Esporte e especializações nas diversas áreas de atuação do psicólogo.

Diálogos Seria possível identificar as contribuições desta rede Latino Americana no cenário curricular de graduação e pós-graduação de países latino-americanos? Ou se não, nas grades curriculares, onde esta contribuição se faz presente?

BETTINA Para a formação, procuramos definir aspectos que se refiram às competências, habilidades e conhecimentos para cada campo de aplicação da Psicologia na América Latina, com base em critérios de formação básica e especializada.

Diálogos Lançando um olhar para o futuro, quais são os desafios para a construção de uma Psicologia Latino Americana?

BETTINA A possibilidade de gerar teorias e práticas típicas de nossa América Latina e Caribe, respeitando as idiossincrasias de cada país e buscando promover intervenções e ações baseadas em realidades e problemas semelhantes. A atenção para problematizar as reais necessidades e dificuldades de nossos povos, com teorias e contribuições próprias, e não de outras realidades.

Diálogos Como atuam os Grupos de Trabalho da ULAPSI?

BETTINA A ULAPSI tem os Grupos de Trabalho (GTs) que estão destinados a contribuir com a investigação, desenvolvimento e divulgação do conhecimento psicológico e promover ações que mapeiem e fomentem uma discussão das temáticas de acordo com o objeto de estudo de cada GT, evidenciando as brechas e vazios de conhecimento em Psicologia na América Latina. Para isso se formam como uma rede de psicólogos e psicólogas, reunidos em uma área da Psicologia ou tema de interesse para a Psicologia latino-americana.



Argentina	3	
Bolivia	1	
Brasil	28	
Chile	1	
Cuba	2	
El Salvador	1	
Guatemala	2	
Honduras	1	
México	6	
Paraguay	1	
Peru	1	
Puerto Rico	1	
Uruguay	3	

REDE MATRAGA

A Rede Matraga se define como "fruto de um esforço coletivo de centenas de pessoas e dezenas de organizações, principalmente da Psicologia", que tem duas linhas principais de atenção:

1) Apontar e combater os riscos de que processos e aparatos baseados em inteligência artificial produzam malefícios à saúde mental e à convivência democrática; e
2) Identificar formas de utilização dessas tecnologias para o desenvolvimento humano/cidadão

A participação é aberta a todas as áreas, com ênfase em aspectos da dinâmica psicológica envolvida nos processos cibernéticos, tem relação com a nossa percepção de que a manipulação de subjetividades traz riscos importantes para o nosso futuro e que a Psicologia tem dívida com esse tema.

O nome Matraga se refere a Marcus Vinícius de Oliveira, graduado em Psicologia pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (1982). Marcus Vinícius foi professor adjunto do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrou o Conselho Federal de Psicologia nas gestões de 1988–1989, 1992–1995, 1997–1998, 1998–2001 e 2004–2007 e também compôs os Conselhos Regionais de Minas Gerais e Bahia. Sua trajetória foi marcada pelo pensamento crítico em relação às desigualdades sociais e um exercício profissional intrinsecamente ligado à defesa dos direitos humanos. Comprometido com a justiça, a igualdade e a democracia, Matraga foi brutalmente assassinado em 4 de fevereiro de 2016, em Pirajuia, no Recôncavo baiano, conhecido palco de conflitos agrários. As circunstâncias de sua morte até hoje não foram elucidadas e o crime permanece sem resolução.

CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP)

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é uma iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), criada em 2006 para promover a qualificação da atuação profissional de psicólogas(os) que atuam nas diversas políticas públicas. Além de um papel técnico, o CREPOP tem importante papel ético e político, tanto na qualificação profissional, orientando um fazer alinhado com a garantia de direitos e a transformação de vidas, quanto como espaço que demarca as contribuições da Psicologia para o campo das políticas públicas, voltadas para transformação social.

INSTITUTO SILVIA LANE

O Instituto foi criado em 2007, na data de aniversário de Silvia Lane, 3 de fevereiro, "como uma instituição civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade pública, apartidária, de caráter educativo, cultural, de assessoria e prestação de serviço, como afirmado no artigo 1º. de seus Estatutos".

Seu objetivo é contribuir para a construção de uma Psicologia e outras Ciências Humanas, de forma crítica e comprometida com as necessidades da maioria da população brasileira e com a construção de condições de vida digna para todos.

A professora Silvia Tatiana Maurer Lane, (1933–2006), é considerada uma das mais importantes teóricas da Psicologia Social brasileira. Formada em Filosofia na USP, em 1956, sua produção teórica permitiu a construção de novas perspectivas nesse campo e suas ideias sobre a prática permitiram a construção da Psicologia Comunitária. Silvia Lane foi guiada pelo princípio de que o conhecimento produzido deveria sempre ser útil para a transformação da realidade na direção da criação de condições dignas de vida para todos.



ILUSTRAÇÃO: ADOBE STOCK





Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB)

Parte da história da Psicologia no Brasil passa pelo fortalecimento de inúmeros espaços coletivos de fomento de saberes e articulação institucional, e o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) é um dos mais tradicionais. Constituído por entidades que atuam nas frentes profissional, sindical, científicas e estudantis, o Fórum é um agente vivo e dinâmico no desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão.

Com o intuito de trazer uma visão abrangente sobre o universo das especialidades, a atuação de suas entidades representativas e o que pensam sobre os desafios para os próximos 60 anos da Psicologia, a Diálogos entrevistou as atuais representações de algumas entidades que compõem o FENPB. Confira a seguir!

ABRAPSIT

"A PSICOLOGIA DE TRÁFEGO SE DIVIDE ENTRE ANTES E DEPOIS DA ABRAPSIT."



PATRÍCIA SANDRI

Psicóloga especialista em Psicologia do trânsito e presidente da ABRAPSIT.

Conhecida como área responsável pela aplicação dos famosos testes psicotécnicos, a Psicologia de Tráfego é, na realidade, diversa e conectada à produção de conhecimento científico como forma de aprimoramento profissional. A cada ano, vem aumentando sua relevância e a tendência é de crescimento para o futuro.

À Diálogos, a presidente da Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego (ABRAPSIT), Patrícia Sandri, destaca três razões centrais que levaram ao desenvolvimento mais acelerado da área nos últimos anos. A primeira se deve ao surgimento da entidade representativa da categoria, em 2015. "Podemos dizer que a Psicologia de Tráfego se divide entre antes e depois da ABRAPSIT, cuja atuação trouxe e continua trazendo uma maior valorização da nossa área para toda a sociedade e para a própria área em si", ressalta.

A segunda é a participação da entidade no FENPB. "Temos conquistado destaque também como resultado das lutas que tivemos nos últimos anos, onde fomos ocupando alguns espaços que são fundamentais, incluindo os laços construídos no FENPB, que são essenciais nesse processo", reforça. Nessa troca de saberes, a especialidade se conecta com outras especialidades como a Psicologia ambiental, social, clínica e hospitalar.

Outra razão destacada por Sandri é o aumento do comprometimento da saúde mental do povo brasileiro. "Nossa atuação vai além da perícia psicológica. Nós atuamos na prevenção e na promoção da saúde mental em uma área estratégica para o país, que é o transporte. Inclusive, um aspecto interessante é observar que muitas pessoas têm um primeiro contato com um atendimento psicológico por meio da Psicologia de tráfego", observa.

ABRAPEE

"VEJO COM MUITA ESPERANÇA, EXPECTATIVA E OTIMISMO O FUTURO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL."



ROSELI CALDAS

Psicóloga doutora em Psicologia Escolar e presidente da ABRAPEE.

A Psicologia Escolar e Educacional conquistou uma importante vitória após 19 anos de luta: a aprovação da Lei nº 13.935/2019, que visa a garantir a presença de profissionais da Psicologia e do Serviço Social na educação básica. Roseli Caldas, presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar (ABRAPEE), destaca que a lei é um marco não apenas para as categorias profissionais mas também para a educação brasileira.

"É o instrumento que chegou para trazer mais clareza sobre qual é, de fato, a possibilidade de atuação do psicólogo na Educação. Queremos contribuir integrando equipes multiprofissionais, por uma educação de qualidade com direito para todas as crianças e jovens no Brasil", frisa.

A ABRAPEE vem atuando fortemente para ampliar a regulamentação da lei e a expectativa é que isso expanda o número de profissionais que atuam em ambientes escolares. "É importante que a regulamentação da lei se dê numa condição para que todos os profissionais de fato façam a diferença na educação", ponderou.

Segundo Roseli, a contribuição efetiva da Psicologia Escolar na Educação envolve articulação de saberes e atuação prática com diferentes contextos e profissionais. "Os dados dos encaminhamentos de crianças e adolescentes para o tratamento clínico mostram que grande parte da demanda nasce de inúmeras situações que acontecem no ambiente escolar e que afetam a subjetividade de cada um. Por isso, metodologias e intervenções devem perpassar outros profissionais como assistentes sociais, psicólogos jurídicos, professores etc.", explica.

ABPJ

"CADA VEZ MAIS, O SISTEMA JURÍDICO VEM SENTINDO A NECESSIDADE DE UM ENTENDIMENTO MAIS PROFUNDO DAS SITUAÇÕES ESPECIALMENTE NOS PROCESSOS DE FAMÍLIA."



LÍVIA DE TARTARI E SACRAMENTO

Psicóloga especialista em Psicologia jurídica e vice-presidente da ABPJ.

De caráter científico e profissional, a Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ) nasceu nos anos 1990 com intuito de reunir profissionais e pesquisadores para fomentar saberes e trocas entre Psicologia e Direito no âmbito jurídico. Já na função de campo do conhecimento e de pesquisa, a especialidade vem se organizando desde os anos 1960.

Muito embora a profissional possa atuar nas diversas ramificações do Direito (penal, família, civil, criança e adolescente), são nos processos de Família e de Infância e Juventude que o trabalho mais se destaca. A vice-presidente da ABPJ, a psicóloga Lívia de Tartari e Sacramento, explica que advogados, juízes e promotores têm sentido cada vez mais a necessidade de terem um entendimento mais profundo nos processos de família e de infância e juventude. "Os juízes têm demandado nosso trabalho na maioria dos processos de família e de infância e juventude. Esses pedidos chegam para o setor técnico mediante essa necessidade de eles compreenderem de uma maneira mais ampla o que está acontecendo e o que é melhor para a criança e/ou adolescente", detalha.

Por se originar na Psicologia Clínica, a Psicologia Jurídica atua com diversas ferramentas e técnicas como entrevistas e avaliações psicológicas. Por outro lado, também atua de maneira próxima com a Psicologia Social, quando há necessidade de encaminhamento para a rede socioassistencial do município. "Então, existe uma grande articulação entre a clínica, jurídica e social. Inclusive, usamos esses instrumentos como entrevistas, dinâmicas, testes, que vão fazer sentido no entendimento daquele processo", complementa.

Neste sentido, Lívia destaca o quanto é importante a participação da ABPJ no Fórum de Entidades. "No FENPB temos a possibilidade de congregar saberes e fazer articulações com outras áreas da Psicologia e isso é muito interessante para o crescimento de todas as especialidades", completa.

ABPSA

"AS PSICÓLOGAS DA SAÚDE CONSIDERAM AS POTENCIALIDADES DAS PESSOAS E DAS COMUNIDADES PARA QUE SE APROPRIEM DE SEUS PROCESSOS DE SAÚDE E DESENVOLVAM SUAS PRÓPRIAS ESTRATÉGIAS DE SAÚDE."



RICARDO DURÃES

Doutor em Psicologia da Saúde e Vice-Presidente da ABPSA.

Fundada em 2006, a Associação Brasileira de Psicologia da Saúde (ABPSA) foi criada para promover a produção e a divulgação do conhecimento científico e tecnológico na área de Psicologia da Saúde. Uma resposta à crescente necessidade dos pesquisadores em organizar, cada vez mais, o campo de atuação.

"A partir da compreensão da saúde como um valor fundamental, atuamos pelo fortalecimento científico e profissional da Psicologia da Saúde e sempre numa perspectiva de articulação em rede. Ou seja, sempre buscamos parcerias nacionais e internacionais para criar diálogos e saberes entre as diversas áreas do conhecimento", destaca Ricardo Durães, Vice-Presidente da ABPSA.

Apesar de reconhecer os avanços da especialidade, Ricardo reforça que, para o futuro, existem importantes desafios para a consolidação e crescimento do campo. Destaca, por exemplo, a necessidade de aprimoramento da formação acadêmica com foco em saúde pública/comunitária, voltada às políticas de saúde e às formas de intervenção nos níveis de atenção primário, secundário e terciário.

A luta pelo fortalecimento do SUS e pelo desenvolvimento de programas de políticas públicas de promoção e prevenção à saúde também são considerados estratégicos para o campo. Na perspectiva profissional, Durães destaca que o desafio é ampliar a inserção das profissionais psicólogas nas diversas áreas da saúde sempre observando as condições dadas ao trabalho das profissionais e, ainda, a constante observação e compreensão dos avanços tecnológicos e científicos no âmbito da saúde, uma vez que requerem novas formas de intervenção e atuação por parte da(o) psicóloga(o).

Ao refletir sobre o perfil da atuação, Ricardo Durães conta que a psicóloga da saúde tem um vasto campo de trabalho, em que "pode atuar nos diversos contextos e se articular entre os saberes da psicologia clínica, comunitária, social, sociológica, antropológica, medicina comportamental, entre outros".

ABRAPESP

"ANTES, A PSICOLOGIA DO ESPORTE ERA MAIS ESTIGMATIZADA, MAIS LIMITADA AO CONTEXTO DE ALTO RENDIMENTO. HOJE, A SOCIEDADE BRASILEIRA JÁ É MUITO MAIS CONSCIENTE SOBRE NOSSO PAPEL, INCLUSIVE NUMA PERSPECTIVA PREVENTIVA DE SAÚDE."



RODRIGO PIERI

Mestre em Psicologia Social e especialista em Psicologia e Neurociência do Esporte.

A Psicologia do Esporte é uma especialidade em ascensão no Brasil e vem se desenvolvendo, como ciência e profissão, desde pelo menos a terceira década do século XX. Rodrigo Pieri, presidente da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP), contou à Diálogos que até 2019 a profissão vinha em trajetória crescente, com fatos que marcaram a história da área e da ABRAPESP.

"Em 2016, tivemos o primeiro Grupo de Trabalho em Psicologia do Esporte na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), marco fundamental que resultou, em 2019, na primeira publicação nacional sobre Psicologia do Esporte. Uma obra importante para nossa especialidade porque foi escrita por autores e autoras de todas as regiões e traz a diversidade de atuações, linhas teóricas, modalidades e formas de pesquisar a Psicologia do Esporte", celebra Rodrigo.

Ainda em 2019, foram inseridas referências técnicas para os profissionais no Centro de Referências Técnicas em Psicologia em Políticas Públicas (CREPOP), outro fato importante para a profissão. "E podemos dizer que o triste período da pandemia fez com que mais pessoas se interessassem por atendimentos especializados de uma psicóloga do esporte. Hoje, a sociedade brasileira é muito mais consciente sobre nosso papel, inclusive numa perspectiva preventiva de saúde", reforça.

A ABRAPESP possui presença no FENPB desde sua constituição, em 2006. Para Rodrigo, a interação com as entidades parceiras é essencial para o desenvolvimento da Psicologia do Esporte. "É fundamental para a gente manter essa parceria, manter nossa presença nas reuniões, encontros e desenvolvimento de projetos", destaca Pieri.

Ao falar sobre a integração entre a Psicologia do Esporte com outras áreas, Rodrigo reforça a importância da formação em Psicologia para que se atue no ramo. "Antes de sermos psicólogas(os) do esporte, somos psicólogas(os). A Psicologia do esporte é uma especialidade da Psicologia e temos uma potência gigantesca para atuar em diversos contextos como SUS, lazer, reabilitação, nas unidades penitenciárias etc. Se a gente amplia a lente e para de olhar para a Psicologia do Esporte voltada para o esporte de alto rendimento, a gente entende a importância do diálogo com várias áreas da Psicologia", finaliza.

ABRAP

"NOSSO OLHAR, HOJE, VISLUMBRA OPORTUNIDADES SE ABRINDO EM RAZÃO DO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS ."



EMILIA APARECIDA

Psicóloga especialista em Psicologia Clínica e Psicoterapia e presidente da ABRAP.

Fundada em 2004, como entidade supra-abordagens, a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP) tem como principal missão acolher psicoterapeutas das mais diversas linhas psicoterápicas para promover intercâmbio científico e profissional. Para a psicóloga Emília Aparecida Calixto, presidente da atual gestão, a entidade se preocupa em "dar voz e apoio aos novos profissionais que buscam um lugar onde possam receber ciência, conhecimento, informação, oferecendo-lhes aprimoramento profissional e pessoal".

A atuação da ABRAP é pautada na busca pelo conhecimento e atuação em diversas áreas de saberes. "Acreditamos que é imprescindível atuar com uma visão interdisciplinar e com respeito às diversas abordagens teóricas, pois múltiplos saberes e práxis (prática e reflexão) beneficiam o bem cuidar da saúde mental do ser humano", diz Emília.

Diante do que chama de "perigos contemporâneos", que têm colocado cada vez mais em risco a saúde mental do ser humano, Emília cita que um dos principais desafios para o futuro da Psicoterapia no Brasil é justamente garantir a formação de qualidade. "Questões sérias como a degradação do meio ambiente, a desagregação familiar, a solidão urbana, a fluidez das relações sociais, dentre outras, tornam necessário que se invista em maior profissionalização e especialização no campo do indivíduo, do particular, do pessoal e da espiritualidade a partir de uma perspectiva científica. Afinal, como serão as pessoas com quem iremos lidar no futuro?", pondera.

Um aspecto importante para as(os) profissionais do campo têm a ver com as possibilidades trazidas pela inovação tecnológica que, segundo Emília, devem ser vistas com cautela. "Nosso olhar, hoje, vislumbra oportunidades se abrindo em razão do uso das novas tecnologias no dia a dia do profissional psicoterapeuta, principalmente nos anos de pandemia. Nos parece que permanecerá, apesar de que nada substitui o contato, a proximidade. On-line facilita, mas só o presencial acolhe e humaniza. Além dos nossos conhecimentos teóricos, nós, psicoterapeutas, somos almas humanas tocando almas humanas", reflete.

Emília cita que a entidade é ativa em sua atuação científica, participando de diversos eventos nacionais e internacionais, e profissional, por meio de parcerias para promoção de cursos e aprimoramentos diversos. Como projetos, a presidente destaca que atualmente a entidade está empenhada na construção da REDE ABRAP, para trazer benefícios aos associados, na formação do Grupo de Trabalho para o Congresso Brasileiro de Psicoterapia e na elaboração do edital para apoiar projetos de associados.

SBPH

"É PRECISO DEMONSTRAR O VALOR DO PSICÓLOGO HOSPITALAR."

Reconhecida como especialidade em 2000 e regulamentada em 2007, a Psicologia Hospitalar vem se constituindo, como ciência e profissão, ao longo dos anos. Para a psicóloga e presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, Ana Merzel Kernkraut, ainda há desafios para o fortalecimento do campo, como estabelecimento de regras trabalhistas mais concretas, até a percepção de outros profissionais e das direções hospitalares sobre a importância da Psicologia Hospitalar.

"É uma ciência nova. Nos anos 1980, as psicólogas(os) davam o nome de Psicologia Clínica porque não se conhecia o que era Psicologia Hospitalar. Hoje já sabemos que levar a clínica para o hospital não funciona porque os pacientes não estão ali em busca de psicoterapia, mas sim de tratamento para alguma condição de saúde. Então, o objeto de estudo foi sendo definido e aperfeiçoado ao longo do tempo", conta Ana, que também atua como coordenadora de serviços de psicóloga do hospital Israelita Albert Einstein.

"Nosso papel é lidar com as repercussões dos adoecimentos para pacientes, famílias e equipes, porque causam impactos no campo da saúde mental", destaca. Neste sentido, ela cita a pandemia como um marco para a especialidade, uma vez que o efeito no ambiente hospitalar foi inédito e volumoso.

"Houve uma valorização maior do nosso trabalho porque a saúde mental veio para o centro do impacto, junto com a doença. As pessoas (pacientes, familiares e profissionais) enfrentaram adversidades extremas durante as internações, trazendo repercussões muito importantes e nós estávamos lá para lidar com essas repercussões", destaca. Ana destaca que hoje as direções hospitalares estão mais empenhadas em trazer o cuidado humanizado para o centro de atendimento. Com isso, acredita que o campo de atuação ainda é bastante vasto desde que a categoria esteja presente e atuante para mostrar sua importância.

Entre as muitas missões da Psicologia Hospitalar, agregar conhecimento aos demais profissionais da saúde é uma delas. Isto porque, a(o) psicóloga(o) tem um papel importante na conexão entre o paciente e as equipes, especialmente a de enfermagem. "Muitas vezes nós vamos trabalhar com os profissionais que lidam diretamente com o paciente de modo que o ajude nas diversas situações que acontecem no hospital e os outros profissionais podem se beneficiar dos nossos conhecimentos", reforça.

"Faz parte da nossa atuação entender qual a possibilidade de articulação que ele tem para com o paciente, sem que seja necessário a intervenção direta do psicólogo, sempre respeitando o espaço do profissional para que ele possa entregar uma melhor experiência para o paciente," comentou.

Na jornada por maior valorização da categoria, há o trabalho incansável realizado pela Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH) desde sua fundação, em 1997. Membro do FENPB desde 2002, a entidade emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei que determina a contratação de pelo menos dois psicólogos a cada duzentos leitos de hospital, e ao aumento de remuneração das(os) profissionais psicólogas(os) que atuam no SUS, além de se envolver ativamente nas discussões sobre o ato médico.



ANA MERZEL

Psicóloga especialista em Gestão de Saúde e atual coordenadora do serviço de Psicologia do Hospital Israelita Albert Einstein.

ABRAPSO

"CONSIDERAR A VERDADE COMUNITÁRIA BRASILEIRA É O QUE A PSICOLOGIA SOCIAL VEM FAZENDO NOS ÚLTIMOS ANOS."



HILDEBERTO VIEIRA MARTINS

Doutor em Psicologia social e presidente da ABRAPSO.

Conhecida por estabelecer pontes entre a Psicologia e as Ciências Sociais, analisando os modos pelos quais as pessoas pensam e convivem em coletivo, a Psicologia Social brasileira e latina fez história nos anos 1970 e 1980. A chamada Crise da Psicologia Social significou o rompimento com o modelo teórico hegemônico à época, o norte-americano, muito mais voltado a uma visão individualista e positivista, desconectado das inúmeras questões sociais que afetam diretamente a vida dos seres humanos.

Dessa contraposição nasceu a Psicologia Social tal como a conhecemos, que ajuda a compreender o papel do coletivo em temáticas relevantes, tais como a desigualdade social, racial e de gênero, podendo assim construir instrumentos de intervenção que sejam mais equilibrados com a nossa própria realidade.

No Brasil, a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em 1979, foi um dos reflexos desse embate, como contou Hildeberto Martins à Diálogos, presidente da ABRAPSO. "É a partir dessa base que a Psicologia Social ampliou sua atuação para vários espaços sociais onde, em certa medida, consegue contribuir, como na saúde, na educação, na institucionalidade, nas comunidades", ressalta. A entidade reúne pessoas interessadas no estudo, no ensino e na prática da Psicologia Social e seu principal objetivo é incrementar a produção e a difusão do conhecimento nessa área científica.

A Psicologia Social não pensa a realidade de maneira estática. "Essa ciência leva em consideração o próprio espaço de atuação do psicólogo, ou seja, sua realidade social (construída histórica, social, política e economicamente). Isso faz com que a especialidade possa repensar as práticas continuamente", como ressalta Martins.

Para Hildeberto, um papel marcante das(os) psicólogas(os) da área é imprimir uma crítica à visão ainda reducionista praticada por uma certa fatia da Psicologia, ao apontar problemáticas no uso de determinados instrumentos e métodos que não levam em consideração o contexto histórico social na qual a(o) psicóloga(o) está inserida(o). Daí que se constroem novas formas de atendimento, novos instrumentos, metodologias, técnicas e intervenções.

Para o futuro, Hildeberto vê a área se expandindo cada vez mais. "Creio que futuramente a área de Psicologia Social estará relacionada à atuação das(os) psicólogas(os) em temas como a defesa dos direitos dos grupos LGBTQIA+, das populações ribeirinhas e quilombolas, em conjunto com essas identidades, respeitando suas condições de vida, discutindo e ampliando estratégias para a construção de uma sociedade cada vez mais democrática, justa e igualitária", comenta.

SBPOT

"O FUTURO DA POT SE APRESENTA COMO UM CAMPO AMPLO DE POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO E NECESSÁRIO À SOCIEDADE, EM QUE SUA PRÁTICA VISE À PROMOÇÃO DE EMPREGOS DE QUALIDADE, ORGANIZAÇÕES ÉTICAS E COMPROMETIDAS COM A SUSTENTABILIDADE, MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR DE TRABALHADORAS(ES) E A DIVERSIDADE NO MUNDO DO TRABALHO."



DAIANE BENTIVI

Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho e ex-presidente da SBPOT.

A história do surgimento da Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil quase se confunde com o surgimento da própria Psicologia em nosso país. Entretanto, foi apenas em 2001 que nasceu a Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT), com o objetivo de expandir e fortalecer a área nas vertentes profissional e científica.

À Diálogos, a psicóloga Daiane Bentivi, ex-presidente da SBPOT, relata que parte dos desafios da especialidade está conectado com o futuro do mundo do trabalho e todas as suas implicações para a sociedade. "O futuro do mundo do trabalho está cada vez mais dinâmico, incerto, flexível e mediado por tecnologia, impulsionando nossa área a atuar nesse contexto e considerando todos os impactos às(aos) trabalhadoras(es) e às organizações", comenta Daiane.

Com isso, a missão da SBPOT é continuar criando e mantendo um ambiente sempre atualizado e conectado com as demandas que surgem no mundo do trabalho de modo que contribua efetivamente com a expansão da área. "Nesse sentido, o futuro da POT se apresenta como um campo amplo de possibilidades de atuação e necessário à sociedade, em que sua prática vise a promoção de empregos de qualidade, organizações éticas e comprometidas com a sustentabilidade, melhoria da qualidade de vida e bem-estar de trabalhadoras(es) e a diversidade no mundo do trabalho", argumenta.

Como área em constante evolução, Daiane afirma que para atuar como especialista é necessário sempre aliar a prática aos saberes científicos, uma vez que a pesquisa científica tem trazido elementos importantes para o crescimento da área. "A prática na POT se estrutura justamente da comunhão dos saberes científicos com os instrumentos, metodologias e intervenções. E, para orientar a(o) psicóloga(o), a SBPOT lançou, em 2020, o Referencial de Competências em POT, que apresenta o campo e indica as competências necessárias para a atuação", explica.

A atuação institucional da SBPOT tem sido fator determinante para a expansão da área. Para os associados, a entidade mantém uma agenda ativa de eventos como congressos, cursos, rodas de consultoria e supervisão, publicação de materiais técnicos, além de parcerias de cooperação com entidades nacionais e internacionais. A entidade é membro do FENPB desde sua fundação e, desde 2021, tem atuado em conjunto com o CFP na linha de frente da produção do próximo Censo da Psicologia.

IBNEC

"COMO ENTIDADE, TRABALHAMOS PARA DIMINUIR A DISTÂNCIA ENTRE AS ÁREAS CIENTÍFICA E APLICADA."



SERGIO FUKUSIMA

Mestre e doutor em Psicobiologia, docente no departamento de Psicologia da USP e atual presidente do IBNec.

Foi o médico pediatra Antonio Branco Lefévre que, em 1950, em sua tese de doutoramento intitulada "Contribuição para a psicopatologia da afasia em crianças", inaugurou a Neuropsicologia no Brasil. Nos anos seguintes, o desenvolvimento científico da área teve como marca uma forte interdisciplinaridade entre a Psicologia, a Neurologia, a Psiquiatria e a Fonoaudiologia, bem como a Fisioterapia e a Terapia Ocupacional. Dessa forma, enquanto outras especialidades da Psicologia desenvolvem os eixos científico e profissional de maneira mais próxima, na Neuropsicologia isso ainda é um desafio.

No FENPB, estão presentes as duas entidades voltadas exclusivamente para profissionais e pesquisadores da Psicologia: a Associação Brasileira de Neuropsicologia (ABRANEP), fundada em 2002, que teve um papel fundamental para que a Neuropsicologia se tornasse especialidade da Psicologia; e o Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento (IBNec), fundado em 2009, que tem atuação mais voltada para pesquisa científica, porém com a missão de promover pontes entre as áreas científica e profissional.

À Diálogos, Sérgio Fukusima, presidente do IBNec, conta que esse desafio, de trabalhar por maior proximidade entre pesquisadores e profissionais que atuam na área aplicada, é uma oportunidade para o futuro. "Acredito que essas duas áreas devem conversar mais, porque uma complementa a outra e quando falamos de atualização profissional precisamos garantir que esteja conectada com as descobertas científicas, e por isso estamos em busca dessa maior conexão", conta.

Outro desafio para as(os) psicólogas(os), segundo Sérgio, consiste no fato de que a graduação ainda se mostra frágil para garantir ao menos conhecimentos mais básicos na área biológica. Dessa forma, parte dos esforços do IBNec é dedicado na construção de agendas de eventos que sejam atrativos aos estudantes de Psicologia. Segundo ele, 80% dos sócios do IBNec são estudantes de graduação e pós.

A formação básica em Psicologia ainda é fraca na parte de fisiologia ou da compreensão do cérebro, dessa parte mais neurofisiológica. Existem alguns laboratórios de pesquisa, mas são poucos estudantes de Psicologia que têm interesse. Então, para se atuar na área, que é promissora, é preciso fazer cursos de especialização ou formações paralelas que garantam a qualidade profissional na atuação.

DESAFIOS DA PROFISSÃO DE PSICÓLOGAS(OS): o que dizem os Conselhos de Psicologia

Os CRPs cumprem um papel que vai muito além das funções cartoriais. É por meio deles que a profissão se faz presente nos mais diversos debates públicos que impactam as populações das localidades.

É função da representação exercida pelos Regionais ouvir e cuidar da categoria de maneira mais próxima e conectada. Assim, nesta edição de aniversário não poderia faltar a contribuição especial dos Regionais que atuam para que o exercício profissional seja realizado com ética e com compromisso público em todos os cantos desse imenso país.

A eles pedimos que trouxessem uma breve reflexão sobre os desafios da Psicologia e também elementos que ajudem a pensar o futuro da nossa profissão a partir dos contextos e especificidades socioculturais de cada localidade. Boa leitura!

CRP-01
Distrito Federal

A Psicologia do Distrito Federal conta com pouco mais de 14 mil profissionais registradas no Conselho Regional e ativas na sociedade. Atuantes nas políticas públicas, nas instituições de ensino, nas clínicas de saúde, na assistência social, no sistema judiciário, nos hospitais e na rede de atenção psicossocial, ocupam setores sociais diversos - com enfoque específico na formação e na atuação psicológica - voltados para a promoção da cidadania, da defesa de direitos e do cuidado territorial em liberdade.

As profissionais da Psicologia da nossa região conhecem e participam de um sistema mais amplo: a Psicologia brasileira, onde há uma disputa em relação ao seu significado. Para que serve a Psicologia? Quais as forças sociais, políticas e econômicas saem vitoriosas em suas disputas internas, em seus documentos normativos, em suas tomadas de posição em momentos históricos decisivos, na eleição de suas representantes, enfim, em seu projeto de sociedade?

Assim como em outras partes do nosso país, a classe trabalhadora da Psicologia do Distrito Federal enfrenta a uberização da profissão, decorrente da fragilidade e da injustiça dos vínculos de trabalho na contemporaneidade. Sofremos também com o aprofundamento da precarização do ensino de nossa ciência humana. Sofremos com a drenagem de nossos aparelhos públicos de intervenção psicossocial. Sofremos com cortes de investimentos públicos na área da saúde, da assistência social, da educação e em todos



cenários estratégicos de atuação em rede de profissionais da Psicologia e áreas parceiras. Sofremos com as tentativas de captura das instituições que zelam pela Psicologia por grupos que a aviltam e a destroem, cujas práticas contribuem para a manicomialização e para a mercantilização das políticas de saúde mental em curso no Brasil.

No contexto do Distrito Federal, temos o desafio de construir mecanismos de prevenção e de combate à tortura nas instituições totais: presídios, comunidades terapêuticas e unidades de internação de jovens em conflito com a lei. Temos a tarefa de fazer valer a lei da Reforma Psiquiátrica, além da lei distrital, e de derrubar os manicômios e depósitos humanos ainda vigentes no DF. Temos a tarefa de observar e cuidar dos direitos daquelas e daqueles privados de liberdade nas alas psiquiátricas de nossas prisões. Temos o objetivo de cumprir com as tarefas precípuas de nosso Conselho: orientar e fiscalizar a atuação profissional sempre, sempre que direitos forem violados.

Além disso, temos o desafio da integração e da articulação da Psicologia da Região Centro-Oeste. O Distrito Federal é território estratégico no coração do Cerrado. Brasília é capaz de protagonizar a conscientização sobre o seu papel central na manutenção do equilíbrio climático global. Nosso bioma já foi amplamente desmatado e hoje é ocupado pela agropecuária. O avanço desordenado de empreendimentos do agronegócio tem representado taxas altíssimas de desmatamento, sendo que apenas no primeiro semestre de 2022 uma área de Cerrado equivalente ao Distrito Federal foi desmatada: cerca de 472.816 hectares (segundo o SAD Cerrado).

O cenário desafiador se aprofunda diante de uma Câmara Legislativa conservadora nos costumes e liberal na economia; com um executivo privatista; com uma poderosa oligarquia rentista, protetora das comunidades terapêuticas e organizada no interior do Governo do DF. Os desafios do povo do quadrado são complexos e duradouros e a Psicologia do DF tem um projeto contra esse estado de coisas: pauta-se em favor da dignidade, da integridade e da liberdade humanas. Onde houver uma psicóloga do quadrado trabalhando, a vida justa é exigida. Como nos ensina Adorno, "não há vida correta na falsa".

CRP-02
Pernanbuco

Para falar de futuro é importante resgatar um pouco do passado da Psicologia de Pernambuco, o CRP da 2ª região. A Psicologia do Nordeste praticamente iniciou sua história por aqui, o Instituto de Psicologia de Pernambuco, com o Prof. Ulysses Pernambucano, Anita Paes Barreto e tantas outras pessoas que contribuíram para a modernização e formação de profissionais da Psicologia, com base na ciência e na pesquisa, com uma compreensão humanística, ética e social dos problemas psiquiátricos e psicológicos, como destaca Paulo Rosas no livro Memórias da Psicologia de Pernambuco[1].

Muitos outros movimentos foram surgindo, atrelados às necessidades políticas, culturais e sociais da época, construindo e produzindo uma psicologia com compromisso social e libertadora.

Hoje a Psicologia tem como grande desafio vencer paradigmas e retrocessos por meio da sua prática, com os dois principais pilares: a defesa da democracia e o combate ao fascismo. O risco do retorno dos manicômios, das instituições asilares que sequestram a liberdade e a subjetividade das pessoas e desrespeitam a diversidade humana têm sido a maior ameaça. Cabe aos profissionais da Psicologia a luta constante pelo fortalecimento de políticas públicas com vistas a ampliar a acessibilidade por meio da promoção da saúde para todas as pessoas.

Psicologia é a ciência que promove vida, que enfrenta as desigualdades sociais e que luta contra todas as formas de opressão. A Psicologia antirracista, antiproibicionista, que combate o sexismo, o etarismo, o capacitismo e os preconceitos contra a população LGBTQIA+. O maior desafio para os próximos 60 anos é de fazer Psicologia com compromisso social cuidando em liberdade, em defesa dos direitos humanos e da vida de todas as pessoas.

[1] Rosas, P. (2001). *Memória da Psicologia de Pernambuco. Conselho Regional de Psicologia*. Recife, PE: UFPE.

CRP-03
Bahia

Fazendo uma retrospectiva histórica da Psicologia no contexto baiano, observa-se que o desenvolvimento das atividades da Psicologia desenvolveu-se timidamente na capital baiana por meio do primeiro curso de Psicologia na cidade de Salvador UFBA (Universidade Federal da Bahia), logo em seguida surge a sede do Conselho Regional de Psicologia CRP-03, que possibilitou que o rápido processo de expansão para os mais diversos locais e campos de atuação se avançasse para o interior.

A Psicologia, ao longo desses três anos da gestão do XVI Plenário, enfrentou diversos desafios, entre eles citamos dois que tiveram vários impactos: O de promover a interiorização, visto que houve crescente aumento dos cursos de Psicologia no interior da Bahia, possibilitando que todos os serviços que antes eram centralizados na capital baiana pudessem também ser ofertados para os profissionais do interior, sem a necessidade dos deslocamentos para a capital. Foi necessário promover ações como Conselho Itinerante, criação de grupos de trabalhos de interiorização (GTI), revitalização das equipes gestoras nas subsedes, sempre garantindo os aspectos da regionalidade, territorialidade com maior equidade em todo território baiano.

Outro desafio foi o da crise sanitária da Covid-19 (causada pelo novo coronavírus), que foi declarada como pandemia pela OMS em 11 de março de 2020. Foi um grande problema enfrentado pelas(os) profissionais, que antes trabalhavam de forma presencial tiveram que se adaptar aos atendimentos on-line. Essa modalidade já era permitida para as(os) psicólogas(os), porém na pandemia este formato de trabalho precisou ser intensificado.

Pensando o futuro de nossa profissão, para os "próximos 60 anos", devemos buscar aprofundar os estudos e pesquisas sobre a utilização das ferramentas tecnológicas a favor da Psicologia, construindo instrumentos que possibilitem orientação e fiscalização desse espaço virtual, a fim de garantir o cumprimento do que preconiza o código de ética, bem como articulação política, civil organizada, lutando pela valorização e consolidação da Psicologia como ciência e profissão em prol de uma sociedade mais justa, equânime.

▸ CRP-04
Minas Gerais

Em Minas temos um desafio premente que impacta a vida de nossa população de diversas formas; estou falando das mineradoras. O impacto ambiental, cultural, econômico, político, na saúde são profundos e acompanha a própria história do estado, que carrega em seu nome a marca desta presença devastadora, afinal somos o estado das Minas Gerais.

Este desafio se desdobra nos diversos campos de atuação da psicóloga: no campo da saúde temos que enfrentar os efeitos diretos e indiretos de um trabalho que desgasta física e psiquicamente as pessoas que estão, na maioria das vezes, descobertas de amparo das empresas mineradoras e do poder público. As pessoas adoecem pelo contato com substâncias tóxicas, por falta de condições adequadas de trabalho e por pressão pela produtividade.

No campo político, vemos governos prestigiando acordos com mineradoras sem nenhum retomo as comunidades, tirando das pessoas seu território sem garantir ganhos para elas. Na economia, observamos a desigualdade de renda se acentuando, os trabalhadores cada vez mais explorados e os donas de mineradoras fazendo fortunas com a riqueza do país, aumentando a desigualdade e a miséria. Na cultura, presenciamos a destruição de espaços, a desintegração de comunidades tradicionais e de suas histórias, a desconfiguração de territórios e de seus povos. Acerca do impacto ambiental, se não bastasse o que já foi relatado, ainda precisamos nos deparar com as calamidades criminosas dos rompimentos de barragens mal cuidadas e mal planejadas, cidades históricas como Ouro Preto e Congonhas, só para citar duas referências, vivem num cenário constante em que temos de ver suas construções serem invadidas pela lama tóxica das mineradoras que as cercam.

Todo este contexto impõe à psicologia mineira o desafio de crescer nas áreas da Psicologia ambiental, da Psicologia política e crítica, da Psicologia de emergencial e desastres, da Psicologia do trabalho, da Psicologia antirracista, da Psicologia social, da clínica; todas com o compromisso de construir saberes e práticas que permitam a nossa profissão e ciência promover condições de enfrentamento a este problema das mineradoras.

Precisamos estar atentos ao compromisso que a Psicologia tem com os direitos humanos e entender que 60 anos talvez sejam poucos para conseguirmos resgatar a dignidade de povos indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais diante do histórico descaso que os governos de nosso estado e as mineradoras sempre tiveram com estas pessoas.

▸ CRP-05
Rio de Janeiro

Apontam-se como desafios: (1) produzir o encontro de profissionais de Psicologia com a construção histórica, social e política da profissão. Para conjugar o verbo esperançar, é necessário conhecer a história de lutas pelas quais passou a profissão, nos 60 anos que antecedem essas novas seis décadas; (2) construir um cotidiano para a profissão em que as análises da conjuntura sejam parte estratégica do exercício profissional; (3) fazer constar, na formação, o tema políticas públicas – de forma central. E que, neste processo, os cadernos CREPOP sejam matriz principal das referências utilizadas.

E que, no fim dos próximos sessenta anos, as(os) profissionais de Psicologia possuam entendimento crítico do que foram os anos de pandemia no Brasil – pelo vírus e pelos desafios impostos pelo executivo federal. Em que, assim, fique-se evidente a necessidade de lutar para que a Psicologia esteja cada vez mais próxima da população e contra os retrocessos em curso em qualquer época, especialmente no Brasil, país marcado pela desigualdade. Que os tempos sombrios que porventura virão conclamem a resistência e a luta: pelas políticas públicas, pela transformação da desigualdade social, por uma Psicologia socialmente compromissada. E que a resistência emerja por dentro: que tenhamos ocupado – nos próximos 60 anos – miríades de instâncias de monitoramento e controle social, apontando a possibilidade de caminhos de diálogo, necessários para a luta.

CRP-06
São Paulo

Sancionada a Lei nº 4.119, de 1962, a Psicologia se torna uma profissão no convívio com o recrudescimento da repressão da ditadura militar. Métodos e técnicas psicológicas alinhadas a ideais homogeneizantes, normatizantes e disciplinares respondiam à organização de processos de ajustamento e adaptação.

Em resistência a tal alinhamento e ao exercício tecnicista, a Psicologia consonante aos movimentos sociais para a redemocratização brasileira na década de 1980 posiciona sua função social pelo compromisso com as demandas das pessoas brasileiras e os impactos cotidianos de uma sociedade injusta, violenta e segregadora.

Ao considerarmos sua função social e suas práticas, como ciência e profissão, a Constituição de 1988, que torna possível a convocação às políticas de saúde e assistência social, entre outros marcos, como a democratização do Sistema Conselhos de Psicologia em 1996, vimos o processo de ampliação da diversidade e da pluralidade do exercício profissional referenciado pela prática e pensamento crítico na Psicologia acerca das estruturas sociais produtoras de sofrimento, aniquilação e morte.

Respondendo a demandas da sociedade, a Psicologia se reinventa e resiste, como pudemos acompanhar nas práticas realizadas na pandemia.

Para nós, profissionais da Psicologia, permanece o desafio de respeitar a história e a ela aliarmos práticas emancipatórias capazes de enfrentar a produção do sofrimento e a captura da subjetividade para a manutenção de um contexto violador de pactos sociais e da dignidade humana. A Psicologia é para todo mundo e se faz com Direitos Humanos!

CRP-07
Rio Grande do Sul

Comemoramos 60 anos da Psicologia em um momento em que os valores mais caros para a profissão estão ameaçados, como a laicidade do Estado, os direitos humanos, o respeito à diversidade de gênero e de raça e a valorização à ciência e à liberdade. Vivemos em uma sociedade cujo funcionamento causa crescente sofrimento mental, profundo sofrimento social. A imensa desigualdade, o estímulo ao individualismo e uma competição selvagem, a falta de expectativas e oportunidades levam a um trabalho contínuo, sem nenhum direito e nenhuma proteção. O crescimento generalizado da depressão é resultado direto do existir em uma sociedade que exclui, explora e oprime. Fome, desemprego, crimes de ódio, racismo, homotransfobia crescem em escala assustadora por todo o país.

Diante do desmonte das políticas públicas, do avanço do ensino a distância, da destruição dos atendimentos substitutivos em saúde mental, do retorno dos manicômios, a Psicologia tem, teve e terá papel fundamental a cumprir para os próximos anos. Continuaremos a ser chamadas a atuar e seguiremos essenciais.

O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul trabalha na defesa de uma Psicologia laica, democrática e diversa, reafirmando uma profissão comprometida com a defesa intransigente dos direitos humanos, a democracia a serviço da justiça social, inclusiva, antirracista, anticapacitista e antimanicomial. Um novo mundo não é apenas possível mas também absolutamente essencial: menos injusto e menos desigual.

▸ CRP-08
Paraná

Os desafios que permeiam profissionais de Psicologia estão, em grande parte, ligados aos entraves da sociedade brasileira, marcada fortemente pelo modo de organização neoliberal, pelo crescimento de perspectivas que ameaçam a democracia e os direitos humanos, e caracterizada pela violência e opressão.

Nesse contexto, o desmonte de políticas públicas tem se apresentado a Psicólogas(os) que atuam na educação, na assistência social e na saúde como cenários cada vez mais desafiadores. Equipes desfalcadas têm dificuldade para atender com qualidade o crescente número de usuárias(os), as estruturas são precárias e a descontinuidade de programas sociais, impelidos por uma pretensa austeridade fiscal, tornam uma rotina que já era difícil ainda mais desgastante. Soma-se a essas condições a sobrecarga de trabalho que implica desafios éticos e o adoecimento de profissionais.

Especialmente quem atua nas políticas de saúde mental vê, com tristeza e indignação, se ampliarem os já frequentes ataques à Reforma Psiquiátrica e o crescimento do investimento em práticas já há muito superadas pela ciência psicológica, as quais não consideram o cuidado em liberdade e no território. Isso quando não se configuram simplesmente como formas de repasse de verbas públicas da RAPS a quem não presta serviços de saúde e, ao contrário, usa espaços para violar direitos de pessoas em sofrimento mental decorrente do uso de drogas, população LGBTQIA+, incluindo crianças e adolescentes.

Quem atua no âmbito privado enfrenta a desvalorização salarial e uma crescente desregulamentação do trabalho, que retira direitos e estende jornadas, afastando aspectos mais elementares como o direito à previdência. A crise econômica e social amplia, por um lado, a demanda por atendimento psicológico e, por outro, atinge duramente a condição de famílias no acesso a esses serviços.

Os desafios são inúmeros e a resposta, complexa. Se não a temos de pronto, sabemos que o único método possível é o encontro, o coletivo, o diálogo. A Psicologia não pode abrir mão de seu compromisso social e de uma atuação crítica – qualquer que seja o espaço em que a(o) profissional está –, considerando as relações de poder envolvidas e a ciência psicológica fortemente baseada na defesa dos Direitos Humanos. É preciso responder com participação política e controle social, unindo-se a grupos e instituições que se posicionam com ética, coragem e esperança.

▸ CRP-09
Goiás

O duro enfrentamento à pandemia da Covid-19 reforçou a importância que a Psicologia exerce em nossa sociedade. Para os próximos 60 anos, acreditamos que o nosso maior desafio é consolidar cada vez mais este espaço da Psicologia na vida cotidiana das pessoas, mostrando para elas a diferença que a nossa profissão é capaz de fazer no dia a dia. Para que isso seja possível, a Psicologia precisa abraçar perfis diferentes, que abrem espaço para as diversas vertentes e áreas da profissão e contemplam as mais variadas demandas da categoria.

Outro desafio significativo diz respeito à utilização das ferramentas tecnológicas, cada vez mais presentes em nossas vidas. A tecnologia deve ser utilizada em prol de um exercício ético e cauteloso, embasado por todos os valores e princípios presentes no Código de Ética. Ao mesmo passo em que facilita diversos processos e etapas de nosso trabalho, a tecnologia também pode resvalar na utilização de caminhos fáceis e incompletos, o que muitas vezes pode acabar afastando as pessoas e destruindo pontes.

Por isso, é preciso que nós, profissionais da Psicologia, saibamos equilibrar a utilização das novas ferramentas tecnológicas com práticas imprescindíveis para cultivar e florescer as relações humanas. A tecnologia pode reduzir burocracias e estreitar distâncias, mas jamais deve substituir o empenho, a dedicação e o contato físico.

Daqui a 60 anos, esperamos que seja possível estreitar ainda mais os laços que unem a nossa categoria, beneficiando-nos da tecnologia e de todas as ferramentas disponíveis, mas sem jamais nos esquecermos de nossas essências humanas. A nossa profissão tem diversas demandas e precisa continuar trilhando o caminho de fortalecimento e crescimento. Acreditamos que todos os esforços culminam em um ponto em comum: o orgulho da profissão e a vontade de vê-la valorizada cada vez mais por toda a sociedade.

CRP-10
Pará e Amapá

A Psicologia brasileira comemora 60 anos de regulamentação da profissão. O Conselho Regional de Psicologia 10ª Região-PA/AP, ao pensar os desafios da Psicologia para a região, entende que essa histórica trajetória, com escopo voltado para a região amazônica, sobretudo considerando os diversos e infindáveis ataques sofridos pela região, solicita posicionamentos de resistência e enfrentamentos, que possam dar visibilidade para outros processos de subjetivação que contestem estigmatizações e lancem contribuições para novos desenhos de políticas públicas na Amazônia, para a Psicologia, bem como para áreas afins, propondo fundamentos para novas práticas.

Estamos falando da maior reserva de recursos naturais e culturais do planeta; da maior pluralidade cultural e heterogeneidade linguística do território regional – as etnias amazônicas, cuja riqueza e valor são incalculáveis. Assim, há muitas questões implicadas cercando os diversos e plurais territórios fincados no coração da Amazônia. A colonização política, econômica, social e cultural dos povos tradicionais da Amazônia foi uma das mais brutais dominações europeias com extensões vivenciadas até os dias atuais. A matriz colonial implantada traz como sustentação o desmonte de povos, aldeias, suas línguas, a exploração do trabalho e o Eurocentrismo impondo toda a subjetivação dos sujeitos e produção de conhecimento.

Parece-nos relevante atentar para as realidades da região, para que possamos apontar, convenientemente, as demandas regionais à Psicologia, dando protagonismo à escuta atenta dos(as) moradores(as) desses territórios, à valorização e ao reconhecimento dos modos de existência e experiência ali produzidos como legítimos, entendida como produção de micropoderes periféricos e moleculares constituídos por diversas práticas sociais (Foucault, 2014).

A relação Psicologia e políticas públicas, ao se pensar nos múltiplos, diversos e complexos territórios amazônicos, apontam duas preocupações bastante instigantes: a) em um país com tamanha grandeza e complexidade, onde se conjugam a riqueza da diversidade com a contradição da desigualdade social, torna-se imperativo que a implantação e a consolidação real de políticas públicas, seja contextualizada no solo da história da região amazônica; e b) que as expressões da questão social e do planejamento na Amazônia sejam ancoradas por leituras historicizadas, fundadas em categorias, noções e conceitos em permanente atualização (Teixeira, 2013).

Um exercício permanente, portanto, de escuta e interlocução que faz ranger velhas certezas e causa em algumas ocasiões a sensação de estarmos diante de uma encruzilhada, uma vez que entram em disputa as demandas profissionais e a formação teórico-política construída por novos percursos teóricos a serem escolhidos como ferramenta de análise desse processo.

É urgente outras sensibilidades estéticas, de reorganização, gestão democráticas e autogestão, ressignificação simbólica e icônica formal, informal, artística, visual e virtual dos conhecimentos, dos saberes históricos dos povos amazônicos sejam reconhecidos e validados.

▸ CRP-11
Ceará

Falar da profissão que me escolheu é um desafio prazeroso e complexo. A regulamentação da Psicologia no Brasil se deu em um dos períodos mais difíceis do país: a Ditadura Civil-Militar. Nossa profissão foi forjada em um período de ataques à democracia, aos direitos humanos e desmontes na educação e na saúde, vivência que nos relembra dos dias sombrios aos quais enfrentamos. Nascemos sem posicionamento político, tentando conquistar o espaço da nossa profissão, focadas na ciência.

Entre as décadas de 1960 e 1980, fomos encontrando nosso lugar-no-mundo e descobrindo que Psicologia está para além da ciência, que não é possível fazer Psicologia sem um compromisso ético, político e social. Esse compromisso está cravado no nosso Código de Ética, iniciando pelos princípios fundamentais e perpassando os 25 artigos nele contidos. A construção desse lugar-no-mundo se fez a partir do entendimento de que todo pensar é político, todo posicionamento é político e que a Psicologia não pode estar à margem desse entendimento.

A profissão é regulamentada, orientada e fiscalizada por um sistema criado 9 anos depois de regulamentada a profissão de Psicologia no Brasil, e só a partir de então o Sistema Conselhos, formado pelo Conselho Federal e Conselhos Regionais, foi estabelecendo esse lugar de papel político e de participação popular da psicóloga no Brasil.

O nosso código de ética, aprovado em 2005 e vigente até os dias atuais, requer atualização, mas nos lembra a cada leitura para onde não podemos voltar. Não podemos voltar ao estado estático frente às violações de direitos e frente ao aviltamento da Psicologia, profissão que tem para com o mundo um compromisso político, ético e social.

CRP-12
Santa Catarina

Em 12 de abril de 2022, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (12ª Região) completou 30 anos de história. Uma parte importante da história da profissão de psicóloga(o) no Brasil. Atualmente, somos mais de 22 mil profissionais inscritos no CRP-12, dos quais aproximadamente 75% atuam efetivamente como psicólogas(os). Desafios e oportunidades ao exercício profissional em Psicologia em Santa Catarina nas próximas décadas apontam a necessidade de aperfeiçoamento de habilidades e competências das(os) psicólogas(os) para o trabalho especializado em Psicologia, mas baseado em inovações tecnológicas e conhecimentos produzidos em interfaces com outros campos científicos.

Após um aumento significativo de cursos e carreiras especializadas em diferentes campos da Psicologia em Santa Catarina, e no Brasil, nas últimas duas décadas, assiste-se a um processo de estabilização de oferta de matrículas, indicando a necessidade de aperfeiçoar a qualidade do processo de formação de discentes e docentes em Psicologia. Em função disso, matrizes curriculares de cursos de Psicologia, em diferentes níveis, deverão ser atualizadas em desenhos mais dinâmicos e voltados ao atendimento de novas demandas sociais, institucionais, educacionais, tecnológicas e de sustentabilidade socioambiental. Habilidades para pesquisar, planejar, programar, construir e avaliar projetos e intervenções voltadas ao desenvolvimento, aperfeiçoamento e mudanças no comportamento humano deverão ser valorizadas no exercício profissional das(os) psicólogas(os).

A produção de novos conhecimentos psicológicos, de âmbito interdisciplinar e transdisciplinar, deverá se consolidar nos próximos anos, com os avanços da psicobiologia, psicoimunologia, psicogenética, psicogerontologia, psicofarmacologia, neuropsicologia, psicoeducação, psicomarketing, psicoecologia, entre outros. O investimento no processo de formação profissional das(os) psicólogas(os) provavelmente seguirá novas trilhas de aprendizagem, com maior autonomia e autogerenciamento, exigindo, ao mesmo tempo, referências técnicas que possibilitem a afirmação do exercício profissional em Psicologia baseada em evidências científicas, na humanização do atendimento, no respeito à privacidade e à confidencialidade.

Santa Catarina tem se consolidado nacionalmente como um polo de startups da área tecnológica, inclusive com a participação de profissionais de Psicologia. Há pesquisas e atividades profissionais atualmente realizadas por estudantes e profissionais de Psicologia catarinenses no segmento de gamificação, desenvolvimento de plataformas digitais e aplicativos como recurso de estimulação, aprendizagem, capacitação, avaliação e apoio a processos educacionais, de gestão e de tratamentos clínicos. Nas próximas décadas, certamente essa tendência deverá se tornar um campo promissor de projetos e ações profissionais voltadas às necessidades de instituições e pessoas, em geral.

Novos métodos para observar e mensurar fenômenos e processos psicológicos deverão ser desenvolvidos por pesquisadores e profissionais de Psicologia já ambientados com realidade virtual, inteligência artificial, internet das coisas, veículos autônomos, entre outras inovações. A automação e virtualização de conexões e processos de trabalho permitirão ampliar a oferta de serviços psicológicos on-line, de diferentes tipos, e para diferentes regiões, impulsionadas pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de informação. Nessa direção, em função da tendência que já se verifica nos últimos anos a ampliação e diversificação de serviços de telessaúde, telepsicologia, ciberpsicologia e e-psicoterapia serão uma realidade para os psicólogos nas próximas décadas, que deverão operar mais sistematicamente em modalidades remotas, síncronas e assíncronas, seja no âmbito da atenção, promoção, prevenção, avaliação e tratamento e reabilitação em saúde mental (Cruz, & Zwielewski, 2021).

Em Santa Catarina, na última década, tivemos os primeiros psicólogos brasileiros a pesquisarem marcadores psicobiológicos e psicológicos em ambiente Antártico e a desenvolverem protocolos e intervenções especializadas em ambientes isolados, confinados e extremos (Delben, Cruz, & Wit, 2020). Certamente esse desafio se ampliará para outros contextos, com o desenvolvimento de pesquisa e intervenções profissionais no âmbito da exploração submarina e espacial (Suedfeld, 2010). Além disso, conhecimentos psicológicos sobre enfrentamento de crises, conflitos e gerenciamento de riscos à vida deverão ser valorizados, assim como métodos e programas voltados ao empoderamento pessoal/coletivo e aos sistemas de proteção e prevenção a riscos à vida, à saúde e à integridade pessoal.

Uma breve leitura do passado recente e do presente aponta para a necessidade de identificar desafios e possibilidades para o exercício profissional em Psicologia para as próximas décadas. Realizar essa leitura possibilitará às(aos) psicólogas(os) e aos Conselhos de Psicologia antecipar-se às tendências do futuro, preparando-se e atualizando-se frente aos novos cenários em construção.

Referências

Cruz, R. M., & Zwielewski, G. (2021). Manual de psicoterapia on-line. São Paulo: Vetor.

Delben, P. B., Cruz, R. M., de Melo, G. C., & Wit, P. de. (2020). Pesquisa e intervenção psicológica no Programa Antártico Brasileiro: Perspectivas metodológicas. Avances en Psicología Latinoamericana, 38(2).

▸ CRP 13
Paraíba

A Psicologia brasileira nos últimos 20 anos se consolidou como essencial nos serviços do SUS, do SUAS e na educação para o atendimento integral à população. Contudo, questões regionais que historicamente assolam o Nordeste permanecem sem o devido alcance.

Na Paraíba, o clima quente, o solo árido e o reduzido índice pluviométrico impactam nas condições de vida da população. A água, elemento vital, não é garantida na rotina de muitas famílias do Sertão, região que corresponde a 83 dos 223 municípios da Paraíba. Determinações geográficas, que explicam parcialmente as condições na região, seguem como elementos que naturalizam o problema produtor de exclusão, desigualdade e sofrimento e, portanto, necessitam da ampliação da consciência e compreensão das causas da manutenção da seca na região e a perpetuação da pobreza (Martín-Baró, 1988).

Em países desenvolvidos, a seca não é uma ameaça à vida, mas, em países em desenvolvimento, produz sofrimento, fome e adoecimentos que levam à morte. A seca, considerada como desastre ambiental, requer ação urgente da Psicologia, por meio do Estado, tendo em vista os impactos psicossociais na saúde mental da população. A lenta e longa evolução da seca durante meses produz riscos que merecem, inclusive, intervenção precoce, já que ao longo da história da humanidade a grande mudança em relação aos desastres naturais não é a sua ocorrência, mas o modo e a capacidade das sociedades para lidar com tais eventos (Coelho, 2007).

Desastres ambientais são consequência das condições geográficas e das ações humanas, de um sistema cultural, social, político e econômico que impacta no clima e nas respostas a estes eventos. Assim, pensar sobre os desafios da Psicologia na Paraíba implica refletir sobre estratégias orientadas para políticas públicas direcionadas às condições de vida no sertão do estado, as necessárias e urgentes intervenções da Psicologia, inclusive, em ações educativas relacionadas ao comportamento humano e meio ambiente.

Referências:

Coelho, A. E. L. (2007, julho). Percepção de risco no contexto da seca: Um Estudo Exploratório. Psicol. Am. Lat., 10 Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2007000200012&lng=pt&nrm=iso Martín-Baró, I. (1998). Psicología de la liberación. Madrid: Trotta, 1998.

▸ CRP-14
Mato Grosso do Sul

Os desafios são imanentes à Psicologia. Ao longo dos 60 anos de história, alguns desses desafios se configuraram por romper com a visão reducionista do ser humano, com a patologização da vida, com a naturalização das questões psicológicas na função de inerentes aos sujeitos, e não atreladas ao contexto social.

O Conselho Regional de Psicologia do Mato Grosso do Sul aposta em desafios para os próximos 60 anos da Psicologia, compreendendo-os como exercícios éticos e políticos de capilarização, participação ativa com psicólogas(os) nos interiores do estado, olhares e escutas situadas considerando as relações raciais, de gênero e classe que estruturam a sociedade e recaem diretamente na vida das(os) cidadãs(ãos).

Portanto, nosso desafio cotidiano deverá ser o de orientar nossas práticas de uma perspectiva de garantia de direitos, fortalecendo nosso compromisso social.

Ademais, nossas práticas devem ter como fundamento o cuidado com a vida dos povos originários, fortalecimento das alianças antirracistas, contra o etarismo, a LGBTfobia, o capacitismo e as demais formas de opressão e violências que colocam em risco a saúde mental e os direitos humanos e que criam vulnerabilidades.

CRP-15
Alagoas

Uma profissão que comemora 60 anos de regulamentação em um momento mundial adverso contraditoriamente mostra sua relevância e sua importância no cenário nacional. Na contrariedade pudemos fazer história, também mostrar nossa história de contribuição social para além do convencional.

Psicologia tão idealizada, tão demonizada e pouco valorizada, mas tão necessária em situações e contextos diversos, para universos distintos de sujeitos: pacientes, usuários e/ou beneficiários. Nasce em berço privilegiado, assim mantendo-se privilegiando, selecionando, marginalizando, segregando. Embora o acesso aos saberes e práticas psi nunca tenha sido restrito a grupos e/ou situações economicamente e socialmente favoráveis.

As políticas públicas, em seus primórdios no país e nos marcos legais de cada uma delas, contou com profissionais de Psicologia, engajados em ofertar a sociedade um projeto de vida pautado na ética das relações humanas, imbricadas com os direitos humanos e tudo que a estes se propõe.

A Psicologia foi, é e continuará sendo demandada tamanha nossa riqueza profissional de validar e valorizar as expressões humanas em suas singularidades. Que venham mais 60 anos de garantia de existências e diferenças!

CRP-16
Espírito Santo

O estado do Espírito Santo, localizado na região sudeste do Brasil, tem 78 municípios e tem uma população estimada em 4.108.508 pessoas (IBGE, 2021), composta, majoritariamente, por população indígena (cerca de 9 mil sobreviventes, desde o início da colonização do Brasil), descendentes de países africanos (pelo processo sequestro para a escravidão, durante a colonização) e de europeus (pós-independência do Brasil, na perspectiva do embranquecimento da população).

Embora apresente miscigenação e grande variedade cultural, o Espírito Santo é um estado conservador, com base cristã (católica e neopentecostal), que já foi palco de vários episódios de violência ao longo de sua história (ex.: extermínio da população indígena, elevado número de feminicídios, alta mortalidade da população prisional, violência estatal contra negros, violência contra criança adolescente, entre outras). Nesse cenário se insere a Psicologia capixaba.

O primeiro curso de Psicologia foi criado em 1978, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e permaneceu sendo o único curso no estado até o início dos anos 2000. Atualmente temos 26 Instituições de Ensino Superior ofertando a graduação. O CRP16/ES, inclusive, fez 18 anos em 2022. É importante mencionar que, mesmo com o aumento da visibilidade da Psicologia, no estado ainda carece de valorização e reconhecimento profissional, com o necessário aumento de postos de trabalho para absorver a demanda da população e do quantitativo de profissionais, além de melhoria salarial.

Sobre os desafios, citamos: baixa formação e baixo interesse em temas transversais (diversidade sexual, gênero, neoliberalismo, racismo, entre outros) e os seus impactos; baixa inclusão de profissionais com deficiência e reduzida formação sobre temas sobre acessibilidade; baixa ocorrência de concursos públicos, ocasionando vínculos frágeis de trabalho ou mesmo esvaziamento de profissionais em algumas políticas públicas baixa remuneração pela saúde suplementar, com hipervalorização do encaminhamento ao médico e consequente medicalização; carência de cursos, capacitações e formações continuadas ofertadas no território capixaba, sejam realizadas pelos ambientes de trabalho ou mesmo privadas; desrespeito à autonomia profissional na condução do Processo Terapêutico por alguns profissionais da Medicina e operadores de Direito (encaminhamentos pré-definidos sobre técnicas e abordagens teóricas a serem utilizadas); dificuldade de articulação para o trabalho inter/multidisciplinar; dificuldade na manutenção do compromisso ético-político na defesa de direitos humanos, principalmente por ser um estado com alto índice de violência às minorias e com desmonte de equipamentos públicos; falta de informação sobre a atuação de psicólogas, perpetuando mitos sobre o fazer profissional.

▸ CRP-17
Rio Grande do Norte

No ano em que a Psicologia brasileira completa 60 anos como profissão regulamentada, o Conselho Regional da 17ª Região / Rio Grande do Norte completa seus 15 anos. No decorrer desses anos, com as políticas de ampliação da Educação em Nível Superior, tivemos aumento exponencial das entidades formadoras e, atualmente, o estado conta com 12 cursos de graduação em Psicologia – dez deles em instituições privadas e dois cursos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (um na capital e outro na região do Trairi). O reflexo disso é um significativo aumento no número de profissionais inscritas nos últimos anos. Se, em 2008, primeiro ano após o desmembramento do CRP-13, tivemos 68 novos registros no CRP-17, durante o ano de 2021, recebemos cerca de 600 novos profissionais, a grande maioria é advinda das Instituições de Ensino Superior do próprio estado.

Até maio de 2022, foram inscritos 6.413 profissionais no CRP-17. O Rio Grande do Norte tem a maior parte das suas psicólogas exercendo suas atividades na capital e na Região Metropolitana. A atuação nas Políticas Públicas tem se ampliado, com destaque para a Política de Assistência Social, tanto em Natal quanto nas cidades do interior do estado. Parte expressiva das vagas ofertadas no serviço público não são ocupadas por meio de concurso, mas por processos seletivos para contratação temporária ou por nomeação em cargos em comissão, constituindo vínculos fragilizados, baixa remuneração e rotatividade de profissionais, o que prejudica a continuidades das ações e a qualidade dos serviços.

Por vezes, a psicóloga é a única em atuação no serviço público daquele município, sendo a profissional de referência não somente na Assistência Social mas também na educação, na saúde e na interface com a justiça, bem como nas políticas de segurança. A atuação torna-se limitada e o suporte psicossocial que deveria ser fornecido à população não acontece em conformidade com o que está prescrito devido às limitações de infraestrutura e recursos humanos que os serviços encontram.

O sistema de justiça consiste em outro espaço que se destaca como desafiador. Sem concurso público para o cargo de psicóloga no Tribunal de Justiça, as profissionais têm encontrado oportunidade de atuação nessa área ou interface de atuação especialmente a partir de estágios de pós-graduação e, no ano de 2021, a partir de contratação temporária, com possibilidade de permanência de até dois anos no cargo.

Existe a necessidade de ampliar a atuação da nossa categoria, nos diversos âmbitos nos quais a Psicologia se insere, na tentativa de abranger os 167 municípios do estado. O desafio não está apenas na ampliação dos espaços de atuação e vagas ofertadas mas também que as instituições (públicas e privadas) ofereçam condições que qualifiquem a atuação das profissionais.

O Conselho Regional de Psicologia da 17ª Região não tem medido esforços na busca para que a relevância da profissional de Psicologia seja reconhecida, não somente pela sociedade mas também pelo poder público e privado, de modo a garantir empregabilidade, salários adequados ao serviço prestado e favorecer à população a assistência psicológica em suas mais diversas possibilidades e de acordo com a realidade da região.

Falamos de um estado localizado no nordeste do Brasil, cuja área no mapa destaca-se por ter uma extensa área de região litorânea e uma região, no interior, destacadamente de clima semiárido, que sofre com aridez, estiagem e as desigualdades sociais e econômicas. Contudo, esta desigualdade social é característica geral. Na capital, Natal, região intensamente explorada pelo turismo, observamos, a olho nu, regiões muito desenvolvidas e contraposição a situações de extrema pobreza, com o aumento visível, nos últimos anos, de populações em situações de rua, por exemplo.

Com esta perspectiva, especialmente com a vivência histórica e mundial de uma pandemia, em que as expressões do sistema capitalista colocaram-se de forma escancarada, o CRP-17 assume o entendimento crítico de que o sofrimento psíquico está diretamente relacionado às formas de organização da sociedade atual, que assenta suas prerrogativas na divisão de classes, gerando violações de direitos, opressões e distanciamento social entre a população. Em detrimento disso, defender uma atuação baseada no enfrentamento das opressões provocada pelo sistema patriarcal, pelas dimensões do racismo, pelo capacitismo e LGBTfobia é atuar em consonância com a sociedade em que vivemos.

Sabemos que nosso desafio de orientar e fiscalizar o exercício profissional da categoria deve estar alinhado criticamente com as condições de vida da população na produção ou afetação da saúde mental de todas(os), e estarmos atentos aos mecanismos de opressões determinados pela forma como a sociedade se organiza é parte da nossa tarefa profissional.

CRP-18
Mato Grosso

Mato Grosso é caracterizado pelos seus três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. Esses territórios são habitados por uma diversidade de povos, tais como os quilombolas, os ribeirinhos, os extrativistas, os agricultores rurais do MST, as campesinas, os canoeiros, entre outros.

No entanto, atualmente, o estado é conhecido nacionalmente por ser um dos maiores produtores de agronegócio do país. Posto isso, somos um estado com muita desigualdade socioeconômica, população em vulnerabilidade social, fragilidade das políticas públicas (retrocesso), precarização do trabalho do psicólogo em várias áreas de inserção.

Acreditamos que devemos fortalecer a Psicologia como ciência e profissão em vários espaços a partir de abordagens que venham ao encontro das reais necessidades de cada coletivo. Por isso, devemos lutar por concursos públicos que mantenham o profissional psicólogo vinculado ao seu lugar de práxis e fortalecer uma perspectiva de "pesquisa", para viabilizar no CREPOP orientações técnicas e teóricas que fortaleçam nosso lugar diferenciado da "representação social" que ainda temos como "elitista, de doido ou quem é frágil/fraco".

Outra perspectiva com a ABEP/MEC é manter um olhar "vigilante" com IES de Psicologia, lutando por uma formação presencial, Ética, e sustentada em fundamentos teóricos, técnicos e metodológicos da Psicologia como ciência (minimizando a onda de pseudoconhecimentos).

CRP-19
Sergipe

60 Anos da regulamentação da profissão de Psicologia no Brasil e uma pandemia inesperada.

Gostaríamos de salientar o que já está posto e lúcido sobre a importância da Psicologia para a sociedade brasileira. Já tínhamos essa convicção, no entanto com a pandemia do Covid-19 essa convicção ficou evidenciada, portanto parabenizamos cada psicóloga que esteve na linha de frente em todas as áreas de atuação em que a Psicologia está inserida, especialmente aquelas que atuam no SUS e SUAS, mais especificamente as que atuam nos hospitais, nos CREAS, nos CRAS e no atendimento à população de rua. Nosso eterno agradecimento pelos serviços prestados.

Contudo, é necessário mencionar veementemente que a Psicologia não se furtará em continuar a lutar as lutas históricas, iremos evidenciar duas entre tantas: a luta antimanicomial e a inserção de psicólogas e assistentes sociais na educação básica. Em relação à primeira luta, muitos retrocessos aconteceram nos últimos anos, e nós estamos lutando para manter os avanços que conquistamos em décadas de batalhas, para garantir o mínimo da qualidade de vida para pessoas que sofrem com transtornos mentais e seus familiares, bem como propiciar autonomia e dignidade para esse público.

A segunda luta, que também já tem décadas de discussões e sensibilizações sobre a importância dela, tornou-se lei em 2019, especificamente a Lei nº 13.935/2019, que versa sobre a obrigatoriedade de inserção de psicólogas e assistentes sociais na educação básica, e para esta luta precisamos intensificar as discussões para que as casas legislativas possam legislar nos âmbitos municipais e estaduais.

Por fim, reforçamos e endossamos que a Psicologia continuará lutando, não apenas nas duas batalhas citadas, mas em todas as outras batalhas que já estamos travando há pelo menos 60 anos! Não recuaremos jamais, enfrentaremos sempre! Viva a Psicologia brasileira!

CRP-20
Amazonas e Roraima

O Conselho Regional de Psicologia da 20ª região, composto pelos estados do Amazonas e Roraima, localiza-se em uma região do Brasil vital para o mundo, principalmente pela Floresta que regula o sistema climático global e ainda tem a maior biodiversidade do planeta. Desde o século XVII, essa floresta é objeto do interesse de estudiosos, pesquisadores e empreendedores pelas suas riquezas naturais e culturais, as quais impactam diretamente na sobrevivência mundial. Essa "sobrevivência" nos convida a uma reflexão mais aprofundada sobre o papel da Psicologia na construção social.

Destacam-se aqui alguns aspectos relevantes para a compreensão das características dos povos da Amazonia na região: as diversas etnias indígenas, o processo sangrento de colonização, os constantes ciclos migratórios e os modelos de desenvolvimento que não priorizam o desenvolvimento regional. A riqueza cultural e peculiar dos povos indígenas da Amazônia exige novo marco epistemológico que considere os saberes tradicionais que exigem a decolonização e valorização dos povos amazônicos. O ciclo da borracha e a industrialização por meio da Zona Franca de Manaus foram marcados por modelos de desenvolvimento que mantêm a grande desigualdade social.

Outra variável importante a se destacar no processo de desenvolvimento da região são as dificuldades consequentes do chamado "fator amazônico" (longas distâncias, clima quente e úmido, chuvas torrenciais, dificuldades de comunicação, insetos e doenças tropicais, entre outros), que se não forem considerados no planejamento das políticas públicas prejudicam grandemente a efetivação da garantia de direitos sociais na Região Norte, a qual tem o pior IDH do país junto com o Nordeste (situação que se agrava no interior dos estados). A Crise na Venezuela e a migração de venezuelanos, principalmente para Roraima, contextualiza um novo desafio social e cultural a ser estudado e enfrentado na região.

A Psicologia no Amazonas teve seus primeiros passos em 1909 com a criação da Universidade Livre de Manaós e a inclusão da disciplina de Psicologia. O primeiro psicólogo chegou a Manaus em 1969. Em 1978 foi criada no Amazonas uma representação regional do Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região. Em 1992 a representação se tornou Núcleo, passando depois a Seção Amazonas do Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região, vindo a se tornar Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região em 2011, recebendo os estados do Acre, Rondônia e Roraima como Seções. Em 2019 os estados de Rondônia e Acre foram desmembrados do CRP20 e se tornaram o CRP24, permanecendo os estados do Amazonas e Roraima na composição da vigésima região.

Os primeiros cursos de Psicologia no Amazonas foram na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) (1992) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM) (1996), onde a partir da formatura das primeiras turmas houve o aumento da presença da Psicologia nos colégios, nas empresas, nos hospitais e nos programas sociais. Passados 113 anos da chegada da Psicologia no Amazonas, 53 anos do primeiro psicólogo e 44 anos de presença do Conselho de Psicologia na região, festejamos os 60 anos da Psicologia como profissão no Brasil.

Chegando a quase sete mil psicólogas inscritas nos estados do Amazonas e Roraima, percebem-se as especificidades nas atuações nos diferentes contextos amazônicos: problemas sociais acentuados pela falta de saneamento básico, analfabetismo, violência em suas diferentes formas, vulnerabilidade social e violações de direitos, tráfico de droga, entre outras situações que caracterizam o contexto de atuação e desafios das psicólogas na região.

Em meio a realidades regionais, a participação das psicólogas no processo de construção de políticas públicas regionais e nacionais é de suma importância para o compromisso ético-político da Psicologia. O grande desafio hoje do compromisso de proteção da sociedade e garantia de uma Psicologia forte na região por parte do CRP20 é ampliar os horizontes para além dos paradigmas colonizadores e no desenvolvimento de diálogos interculturais que favoreçam o desenvolvimento dos povos amazônicos.

CRP-21
Piauí

No ano em que a Psicologia brasileira completa 60 anos, a Psicologia piauiense completa seus 48 anos desde a chegada dos primeiros psicólogos por volta de 1974 (quando o Piauí ainda pertencia a jurisdição do Conselho Regional do Pernambuco) e 9 anos de desmembramento do Conselho Regional de Psicologia do Ceará. Durante esse 48 anos, as(os) psicólogas(os), conseguiram fazer com que a Psicologia no estado crescesse rapidamente, esse crescimento ocorreu principalmente após a abertura dos primeiros cursos de graduação no ano de 1998.

A expansão da Psicologia no Piauí, como apontado por Macedo e Dimenstein[2] (2011), ocorreu em conjunto aos intensos debates e desafios em relação ao processo de reforma psiquiátrica, fenômeno que abriu espaço para atuação do psicólogo nas políticas públicas da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no estado. Esse processo ocorreu consonante à revisão e mudanças quanto aos modelos de formação dos psicólogos no país. Logo a Psicologia no Piauí teve seu início em meio aos processos de mudanças que ocorriam em âmbito nacional. Outro marco para a Psicologia piauiense foi o desmembramento do Conselho Regional do Piauí – CRP-21ª –em 2013, antes os psicólogos do estado precisavam recorrer ao Conselho Regional do Ceará – CRP-11ª, o que tornava o processo de aquisição de Carteira de Identidade Profissional (CIP), fiscalização e orientação sobre o exercício da profissão mais demorado.

No Piauí contamos com quatro espaços de atuação que retêm boa parte dos profissionais: as políticas públicas, Psicologia clínica, seguido pelo à atuação na rede hospitalar e Psicologia do trânsito. Porém a maioria dos profissionais da Psicologia se concentram na capital, fazendo disso um grande desafio, interiorizar a Psicologia por todo o estado, ampliando as possibilidades de atuação, para além das políticas públicas, como também a própria clínica, nutrida de conhecimento sócio-histórico acerca da população regional. Contamos ainda com outras áreas emergentes que precisam ser ampliadas como a Psicologia de riscos, emergências e desastres, assim como áreas que precisam ter sua importância reconhecida no estado pela sua importância, como é o caso da Psicologia organizacional e jurídica.

Além desses desafios, a pandemia antecipou tendências dentro do fazer psicológico como o estreitamento da relação entre Psicologia e tecnologias, que ampliou as possibilidades de atuação a distância. No CRP-21, até março de 2022, eram apenas 188 psicólogos inscritos na plataforma on-line e-Psi, após a pandemia houve um salto para 1.671 psicólogos inscritos na plataforma. Assistimos também àchegada de novas identidades profissionais no Piauí, como as(os) psicólogas(os) transsexuais e transgênero, assim como a união de profissionais negros para o fortalecimento dos movimentos e prática psicológica racializada e decolonial. Partindo desses apontamentos, esperamos que nos próximos 60 anos a Psicologia nacional assim como a piauiense ampliem seus campos de prática, bem como possam desfrutar cada vez mais das possibilidades que a tecnologia pode oferecer para aprimoramento da prática. Que nos próximos anos a Psicologia piauiense se torne cada vez mais diversa e aberta para as possibilidades de atuação, atendendo às necessidades emergentes, permitindo-se reinventar sempre.

[2] Macedo, P. J., Dimenstein, M. (2011). Formação do psicólogo para a saúde mental: A psicologia piauiense em análise. *Interface: comunicação, saúde, educação*, 15(39), 1.145-57.

▸ CRP-22
Maranhão

Contextualizando, geograficamente, a região, o Maranhão localiza-se no nordeste brasileiro, faz fronteira com a região norte e grande parte de sua costa oeste compõe a Amazônia Legal, um dos maiores biomas do mundo. Além de sua vasta diversidade geográfica, a multiplicidade étnica e cultural é um dos elementos formadores de um território existencial composto por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, povo de terreiro, entre tantas outras comunidades e povos tradicionais que traçam as linhas de composição de um Estado singular que guarda o maior quilombo urbano da América Latina: o bairro da Liberdade, em sua capital São Luís, bem como é berço do Tambor de Mina, uma religião de matriz africana engendrada entre os séculos XVIII e XIX trazida por mulheres negras no processo de escravização colonial.

É sob este contexto que a Psicologia no Maranhão está inserida. Evidentemente as tensões históricas e epistemológicas produziram contingências de afastamento da Psicologia em relação a estes territórios existenciais impressos no Maranhão; entretanto, por meio de vasta reivindicação dos movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, bem como a entrada destas populações nas Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo nos cursos de Psicologia, fora possível iniciar um giro epistemológico e político fulcral para os novos rumos da Psicologia no Maranhão, a qual teceu alianças com os saberes indígenas e afrocentrados com o objetivo de produzir um saber territorial voltado para a pulsante vida destas terras.

Os fios deste grande desafio, a saber, colocam em exercício pragmático a produção de saberes a partir da realidade local, foram lançados; cotidianamente e manualmente uma parte desta história é tecida, seja nas IES, seja no exercício profissional nos múltiplos espaços nos quais a psicóloga está inserida. As Diretrizes Curriculares vêm possibilitando a capilarização dessas discussões, estabelece eixos estruturantes e garante a discussão dessa diversidade de questões teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional da psicóloga, quando orienta a organização dos Cursos de Psicologia em ênfases curriculares.

É a partir desse cenário que, nas próximas décadas, os desafios estão postos. A atuação das psicólogas estará diretamente relacionada à formação que receberão das IES, mas é necessário que o Sistema Conselhos, em especial o CRP-MA, esteja atento a essas questões e discuta, conjuntamente, com as IES, associações profissionais, sindicatos, entre outros, os novos rumos necessários para uma atuação ética, de qualidade e definitivamente comprometida com a transformação social.

▸ CRP-23
Tocantins

A diversidade do povo que constitui o estado do Tocantins expressa uma riqueza de elementos plurais, históricos e atuais que são um terreno potente de trabalho para psicólogas e psicólogos que atuam neste território, onde podem ser percebidas as contradições da necessidade de preservação e o avanço de modos de produção exploratórios que prejudicam as pessoas e o ambiente onde estão inseridas.

Neste cenário o próprio fazer do profissional da Psicologia vem ganhando um terreno diverso, mais consolidado e por vezes pioneiro, seja no atendimento às pessoas, às organizações e às comunidades. Conquistar espaços nas políticas públicas, no setor privado e outros lugares estratégicos da sociedade, consolidar a inserção em áreas que já vem sendo conquistadas e ter o reconhecimento da sociedade e do estado brasileiro são desafios importantes para o fortalecimento da Psicologia no estado.

Isso é possível a partir do diálogo com a categoria e com a sociedade. O reconhecimento da complexidade da prática psicológica permite o diálogo com a produção científica psicológica do país e a identificação do que nos é particular. Preocupar-se com a atuação profissional e reconhecer as especificidades do território que se constitui o Tocantins é um caminho e o desafio que permite fazer da Psicologia também um território forte, uma profissão digna e potente na construção do estado e na promoção da diversidade e pluralidade do povo o faz.

▸ CRP-24
Acre e Rondônia

O recém-criado CRP24, inicialmente pertencendo ao CRP01 e depois ao CRP20, foi resultado de jornada de diálogo, luta e mobilização da Psicologia em Rondônia e Acre, já nasceu com o perfil de "destemido pioneiro" e "Enche o peito de cada acreano de nobreza, constância e valor", pois imprime em seus inscritos, ares de conquista em sua autonomia administrativa e financeira, com a oportunidade de construção de um CR com identidade única como são os territórios de Rondônia e Acre.

Nossas características amazônidas, assim como possuem os CRs do Norte, são acrescidas de particularidades de povos e culturas que perpassam heranças de tradições do país inteiro e desafios que são discutidos internacionalmente nos maiores encontros e fóruns em pauta de preservação da Amazônia.

Enquanto o mundo discute a preservação das matas, dos rios e dos povos tradicionais, nosso CRP24 vive diariamente na prática, a urgente necessidade da construção de medidas efetivas para apoiar tecnicamente e com humanidade nossas psicólogas que lidam com a consequência dessa devastação e todos os impactos sociais, tais como a exploração sexual infanto-juvenil que chega por meio dos rios com dragas, da terra com extração ilegal de árvores e minerais, com a falta de acesso à educação e informação nas comunidades mais remotas ribeirinhas, nas quais existem ainda hoje o uso de arquétipos amazônicos como o "boto rosa", mantenedor de práticas ditas culturais que objetificam corpos de mulheres e meninas.

Soma-se a isso a crescente demanda de facções atraídos pelas fronteiras que perpassam ambos os territórios rondoniense e acreano; as aldeias indígenas, quilombos e outros povos da floresta, tanto quanto a população LGBTQIA+ que se desenvolve em Estados ainda carregados de conservadorismo e o racismo manifesto em meio a essa "multietnicidade".

Todo esse contexto cultural e social é permeado pela violência simbólica que mascara das próprias vítimas o seu sofrimento psíquico e tem em si o reforço provocado pela dificuldade de acesso às políticas públicas a que deveriam ter direito, tais como os serviços do SUS, SUAS, Judiciários, ONGs, Educação, Segurança Pública, nos quais existe a atuação de psicólogas compondo a rede multidisciplinar e lidando diariamente com as intervenções necessárias, buscando em nosso CR apoio técnico, diretrizes e orientações mediante a toda expressão de vulnerabilidade que surge no conjunto dessas vivências.

Com a conjuntura política econômica atual do Estado mínimo, a escassez dos concursos públicos impacta diretamente a vida e saúde de nossa classe, mediante a superlotação das agendas de intervenções e longas filas de espera. O CRP24 tem se debruçado a construir diálogos institucionais e políticos, provocando a abertura de vagas para concursos públicos (municipal e estadual) e/ou processos seletivos para a efetiva ocupação das psicólogas nesses espaços de intervenção que a população requer.

Para enfrentar questões como essa, entendemos que é preciso avançar na organização e na incidência política da categoria, pois já é tempo de resgatar o exemplo do amplo rio que brilha com a terra e, assim, demarcar a identidade amazônida da psicologia exercida por entre estradas que vão de Mâncio Lima à Acrelândia.

Nossos esforços na função de CRP se voltam para que "aqui toda vida se engalane, de beleza tropical", pois consideramos que, em tempos de elevadas demandas em saúde mental, a população anseia pela presença de um profissional da Psicologia, ela o reconhece como um potencial suporte e agente de desenvolvimento e mudança humana e institucional. O CRP24 existe e resiste, a exemplo das florestas e dos povos representados aqui.

CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA

CRP 01
SRTVN Quadra 701- Ed. Brasília Rádio Center - Ala A - Sala 4024
Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70.719-900
crp-01@crp-01.org.br
(61) 3030-1010
www.crp-01.org.br

CRP 02
Rua Treze de Maio, 47, Santo Amaro
Santo Amaro
Recife/PE
CEP: 50.100-160
crppe@crppe.org.br
(81) 2119-7272
www.crppe.org.br

CRP 03
Rua Professor Aristides Novis, 27
Estrada de São Lázaro
Salvador/BA
CEP: 40.210-630
diretoria@crp03.org.br
(71)3019-9208
www.crp03.org.br

CRP 04
Rua Timbiras, 1532, 6º Andar
Lourdes
Belo Horizonte/MG
CEP: 30.140-061
diretoria@crp04.org.br
(31) 2138-6767
www.crp04.org.br

CRP 05
Rua Teófilo Otoni, 93 Centro
Rio de Janeiro
CEP 20090-070
diretoria.administrativo@crprj.org.br
(21) 3613-8700
www.crprj.org.br

CRP 06
Rua Arruda Alvim, 89
Jardim América
São Paulo/SP
CEP: 05.410 020
direcao@crpsp.org.br
(11) 3061-9494
www.crpsp.org.br

CRP 07
Av. Protásio Alves, 2854, sala 301
Petrópolis
Porto Alegre/RS
CEP: 90.410-006
direcao@crprs.org.br
(51) 3334-6799/ 0800-001-0707
www.crprs.org.br

CRP 08
Av. São José, 699
Cristo Rei
Curitiba/PR
CEP: 80.050-350
crp08@crppr.org.br
(41) 3500-7996
www.crppr.org.br

CRP 09
Av. T-2 Qd. 76 Lote 18 Nº 803,
Setor Bueno
Goiânia/GO
CEP: 74.2010-010
administração@crp09.org.br
(62) 3253-1785/ 3285-6904
www.crp09.org.br

CRP 10
Av. Generalíssimo Deodoro, 511
Umarizal
Belém/PA
CEP: 68.901-020
cotec@crp10.org.br
(91) 3224-6322/ 3225-4491/ 3085-4281
www.crp10.org.br

CRP 11
Rua Carlos Vasconcelos, 2521
Joaquim Távora
Fortaleza/CE
CEP: 60.115-171
crp11@crp11.org.br
(85) 3246.6924/ 3246.6887
www.crp11.org.br

CRP 12
Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros
Florianópolis/SC
CEP: 88.080-300
diretoria@crpsc.org.br
(48) 3244-4826
www.crpsc.org.br

CRP 13
Rua Universitário Carlos Marcelo Pinto, 92
Torre
João Pessoa/PB
CEP: 58.070-350
crp13@crp13.org.br
(83) 3255-8282/ 3255-8250
www.crp13.org.br

CRP 14
Av. Fernando Correa da Costa, 2044, Joselito
Campo Grande /MS
CEP: 79.004-311
politica@crpms.org.br
(67) 3382-4801
www.crpms.org.br

CRP 15
Rua Coronel Murilo Otávio de Barros, 139
Gruta de Lourdes
Maceió/AL
CEP: 57.052-401
crp15@crp15.org.br
(82) 3241-8231
www.crp15.org.br

CRP 16
Rua Ferreira Coelho, 330 - Salas 804 - 808
Praia do Suá
Vitória - ES
CEP: 29052-060
crp16@crp16.org.br / assessoriagestao@crp16.org.br
(27) 99941-9152
www.crp16.org.br

CRP 17
Rua do Titanio, Nº25
Lagoa Nova
Natal/RN
CEP: 59.076-020
crprn@crprn.org.br
(84) 3301-0083/ 3301-0086
www.crprn.org.br

CRP 18
Rua 40, Nº 120
Boa Esperança
Cuiabá/MT
CEP: 78.068-536
crpmt@crpmt.org.br
(65) 3627-7188
www.crpmt.org.br

CRP 19
Rua Osvanda Oliveira Vieira, 128, Pereira Lobo
Aracaju/SE
CEP: 49.050-550
crp19@crp19.org.br
(79) 3214-2988/ 3213-0984
www.crp19.org.br

CRP 20
Rua Professor Castelo Branco (Antiga Rua 'B'), quadra 05, casa 01 - Cj. Jardim Yolanda
Parque 10 de Novembro
Manaus /AM
CEP: 69.055-090
crp20.am@gmail.com
(92) 3584-4320
www.crp20.org.br

CRP 21
Rua Vereador Luis Vasconcelos, 986
São Cristóvão
Teresina/PI
CEP: 64.052-250
coordenacao@crp21.org.br/ presidencia@crp21.org.br
(86) 3221.7539/ 3226.2614
crp21.org.br

CRP 22
Rua das Sucupiras, Quadra 53, nº 24, Renascença 1
São Luis-MA
CEP: 65.075-400.
(98) 3089-0595/(98) 3089-0600
www.crpma.org.br

CRP 23
Quadra 104 Norte, Rua Ne 07, Nº 42, Sala Comercial N° 11
Plano Diretor Norte
Palmas/TO
CEP: 77.006-018
coordenacaogeral@crp23.org.br
(63) 3215-7622
crp23.org.br

CRP 24
Avenida dos Imigrantes, 5109
Rio Madeira
Porto Velho/RO
CEP: 76821-471
crp24regiao@gmail.com
(69) 3224-3211

ISSN 1981-2418



Conselho Federal de Psicologia

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Sul (SAF/Sul), Quadra 2, Lote 2,
Edifício Via Office, sala 104,
CEP 70.070-600 - Brasília/DF